

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI) DE TÁBUA

**Comissão Municipal de Defesa
da Floresta de Tábuá**



MARÇO | 2013

Apoio: Fundo Florestal Permanente

CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA

NOTA INTRODUTÓRIA

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do Artigo 10.º do Despacho n.º 4345/2012, de 27 de Março “ Os PMDFCI atualmente em vigor, mantêm o período de vigência de cinco anos, contando a partir da data de aprovação pela AFN, findo o qual deve ser apresentado um novo PMDFCI ”.

Neste seguimento, e de acordo com o estabelecido no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Concelho de Tábua que teve um período de vigência de cinco anos (2008 - 2012), o novo PMDFCI com um período de vigência de cinco anos (2013 - 2017) foi elaborado pelo município e apresentado para aprovação em Abril de 2013 à Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Tábua (CMDF) (Anexo I).

A partir dos elementos apresentados e na sequência dos resultados obtidos, entende-se ter um longo caminho a percorrer, porquanto o fenómeno dos incêndios florestais (situações adversas) devido aos factores intervenientes, que são de vária ordem, obriga a uma gestão contínua que implica decisões de ordem temporal e espacial. Assim, e com o conhecimento de tudo o que acima foi dito e ainda considerando o PMDFCI como um instrumento de base e pragmático, parece ser importante focar, a pensar no ano de 2013, o esforço na organização da CMDF, tendo em vista um maior envolvimento das instituições que a compõem, que por sua vez trará resultados imediatos na gestão temporal e espacial dos meios e recursos, considerando que as situações adversas são realidades potencialmente constantes e que os recursos são escassos.

A Técnica Superior,

(Catarina Mendes, Eng.^a Florestal)

ÍNDICE

Índice de Figuras

Índice de Quadros

Lista de Anexos

	Página
<i>Caderno I – DIAGNÓSTICO (INFORMAÇÃO BASE)</i>	
1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	1
1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	1
1.2 HIPSOMETRIA	1
1.3 DECLIVE	2
1.4 EXPOSIÇÃO	2
1.5 HIDROGRAFIA	2
2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA	4
2.1 TEMPERATURA DO AR	4
2.2 HUMIDADE RELATIVA DO AR	5
2.3 PRECIPITAÇÃO	6
2.4 VENTO	6
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	18
3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL, POR FREGUESIA, POR RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO (CENSOS)	8
3.2 ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO	8
3.3 POPULAÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE	9
3.4 TAXA DE ANALFABETISMO	9
3.5 ROMARIAS E FESTAS	9
4. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO, REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO FLORESTAL	10
4.1 OCUPAÇÃO DO SOLO	10
4.2 ESPÉCIES FLORESTAIS	10
4.3 REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E REGIME FLORESTAL	11
4.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL	11
4.5 EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECEIO, ZONAS DE CAÇA E PESCA	12
4.6 REGRAS DE EDIFICABILIDADE	12

5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	14
5.1 ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	14
5.1.1 Distribuição anual.....	14
5.1.2 Distribuição mensal.....	16
5.1.3 Distribuição semanal.....	17
5.1.4 Distribuição diária.....	18
5.1.5 Distribuição horária	19
5.2 ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS FLORESTAIS	19
5.3 ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS, POR CLASSES DE EXTENSÃO.....	20
5.4 PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS.....	21
5.5 FONTES DE ALERTA.....	23
5.6 GRANDES INCÊNDIOS (Área superior ou igual 100 ha)	24
5.6.1 Distribuição anual.....	24
5.6.2 Distribuição mensal.....	26
5.6.3 Distribuição semanal.....	26
5.6.4 Distribuição horária	27

Caderno II - PLANO DE ACÇÃO

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SGT E NO SDFCI	29
2. ANÁLISE DO RISCO E DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS	31
2.1 MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS	31
2.2 RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL	32
2.2.1 Perigosidade de incêndio florestal	32
2.2.2 Risco de incêndio florestal proposto para o PDM.....	32
2.2.3 Risco de incêndio florestal	32
2.3 PRIORIDADES DE DEFESA	33
3. OBJECTIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI	34
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO CONCELHO	34
3.2 OBJECTIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI	34
4. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	6
4.1 AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	36
4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios	36

4.1.1.1 Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível	36
4.1.1.2 Rede viária florestal	38
4.1.1.3 Rede de pontos de água.....	39
4.1.2 Planeamento das Acções	39
4.1.2.1 Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível	39
4.1.2.2 Rede viária florestal	48
4.1.2.3 Rede de pontos de água.....	50
4.1.2.4 Síntese das acções	51
4.1.2.5 Metas e indicadores	51
4.1.2.6 Estimativa de orçamento e responsáveis	57
4.2 REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS	61
4.2.1 Avaliação	61
4.2.1.1 Comportamentos de risco	61
4.2.1.2 Fiscalização	61
4.2.2 Planeamento das Acções	64
4.2.2.1 Sensibilização	64
4.2.2.2 Fiscalização	64
4.2.2.3 Metas e indicadores	64
4.2.2.4 Estimativa de orçamento e responsáveis	65
4.3 MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS	72
4.3.1 Avaliação	72
4.3.1.1 Vigilância e detecção	72
4.3.1.2 1.ª intervenção	73
4.3.1.3 Combate, rescaldo e vigilância pós - incêndio	73
4.3.2 Planeamento das Acções	74
4.3.2.1 Metas e indicadores	74
4.3.2.2 Estimativa de orçamento e responsáveis	74
4.4 RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS.....	77
4.5 ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ.....	79
4.5.1 Competências das Entidades dos Intervenientes no SDFCI.....	79
4.5.2 Actividade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta.....	83

Caderno III - PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM)

1. MEIOS E RECURSOS	87
2. DISPOSITIVO OPERACIONAL DE DFCI	94

3. SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO	98
3.1 VIGILÂNCIA E DETECÇÃO.....	98
3.2 1.ª INTERVENÇÃO	99
3.3 COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO	100
 4. CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD).....	 101
 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 102
 ANEXOS	

Caderno I – DIAGNÓSTICO (INFORMAÇÃO BASE)

Índice de Figuras

	Página
Figura 1: Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos no concelho de Tábua (1951-1980)	4
Figura 2: Valores médios mensais da humidade relativa do ar às 9, 15 e 21 horas no concelho de Tábua (1951-1980).....	5
Figura 3: Precipitação mensal e máxima diária no concelho de Tábua (1951-1980).....	6
Figura 4: Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências (1989-2011)	14
Figura 5: Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2011 e média do quinquénio 2006 a 2010 por freguesia.....	15
Figura 6: Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2011 e média do quinquénio 2006 a 2010, por hectares de espaços florestais e por freguesia em cada 100 hectares.....	16
Figura 7: Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2011 e média (1997-2010).....	17
Figura 8: Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2011 e média (1997-2010).....	18
Figura 9: Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrências (1997-2011)	18
Figura 10: Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências (1997-2011)	19
Figura 11: Distribuição da área ardida em espaços florestais (1997-2011)	20
Figura 12: Distribuição da área ardida e do número de ocorrências, por classes de extensão (1997-2011).....	20
Figura 13: Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta (2003-2008)	23
Figura 14: Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta (2003-2011) ...	24
Figura 15: Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2011).....	25
Figura 16: Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2011).....	26
Figura 17: Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2011).....	27
Figura 18: Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2011).....	27

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1: Limites administrativos do concelho de Tábua	1
Quadro 2: Médias mensais da frequência e velocidade do vento no concelho de Tábua (1951-1980)	7
Quadro 3: Ocupação do solo do concelho de Tábua.....	10
Quadro 4: Distribuição das espécies florestais do concelho de Tábua	11
Quadro 5: Número total de incêndios e causas por freguesia (2003-2011)	21
Quadro 6: Distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área	25

Lista de Anexos

Anexo I: Acta da reunião de 05 de Abril de 2013	
Anexo II: Mapa do enquadramento geográfico	
Anexo III: Mapa hipsométrico	
Anexo IV: Mapa de declives	
Anexo V: Mapa de exposições	
Anexo VI: Mapa hidrográfico	
Anexo VII: Mapa da população residente e densidade populacional	
Anexo VIII: Mapa de índice de envelhecimento e sua evolução	
Anexo IX: Mapa da população por sector de actividade	
Anexo X: Mapa da taxa de analfabetismo	
Anexo XI: Mapa de romarias e festas	
Anexo XII: Mapa de uso e ocupação do solo	
Anexo XIII: Mapa de espécies florestais	
Anexo XIV: Mapa da rede fundamental de conservação da natureza e regime florestal	
Anexo XV: Mapa de instrumentos de planeamento florestal	
Anexo XVI: Acta da reunião de 22 de Dezembro de 2009	
Anexo XVII: Acta da reunião de 08 de Junho de 2011	
Anexo XVIII: Acta da reunião de 29 de Julho de 2011	
Anexo XIX: Mapa de equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e de pesca	
Anexo XX: Acta da reunião de 18 de Dezembro de 2008	
Anexo XXI: Acta da reunião de 23 de Fevereiro de 2009 (Regras de Edificabilidade)	
Anexo XXII: Mapa das áreas ardidas (1989 - 2012)	
Anexo XXIII: Mapa dos pontos prováveis de início e causas	
Anexo XXIV: Mapa das áreas ardidas dos grandes incêndios (1991 - 2012)	

Caderno II - PLANO DE ACÇÃO

Índice de Figuras

	Página
Figura 1: Componentes do modelo de risco	33
Figura 2: Critérios para as intervenções na recuperação de áreas ardidas	78

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1: Descrição dos modelos de combustível de acordo com o mapa de ocupação do solo	31
Quadro 2: Objectivos e metas definidos para o concelho de Tábua	35
Quadro 3: Intervenções na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013-2017	40
Quadro 4: Intervenções na rede viária florestal, por freguesia para 2013-2017.....	49
Quadro 5: Intervenções na rede de pontos de água, por freguesia para 2013-2017	50
Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	52
Quadro 7: Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	57
Quadro 8: Comportamentos de risco	62
Quadro 9: Fiscalização - Processos de contra-ordenação	63
Quadro 10: Sensibilização da população.....	66
Quadro 11: Fiscalização.....	67
Quadro 12: Metas e indicadores - Sensibilização	68
Quadro 13: Metas e indicadores - Fiscalização	69
Quadro 14: Estimativa de orçamento e responsáveis - Sensibilização	70
Quadro 15: Estimativa de orçamento e responsáveis - Fiscalização	71
Quadro 16: Postos de vigia	73
Quadro 17: Número de reacendimentos, por ano desde 2002 - 2011	74
Quadro 18: Vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio - Metas e indicadores	75
Quadro 19: Vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio – Estimativa de orçamento das acções propostas	76
Quadro 20: Quadro de competências das entidades intervenientes do SDFCI	81
Quadro 21: Principais responsabilidades de cada uma das entidades que constituem a CMDFCI	84
Quadro 22: Principais acções a desenvolver no âmbito da actividade da CMDF	85

Lista de Anexos

Anexo I: Mapa de modelos de combustíveis florestais

Anexo II: Mapa de perigosidade de incêndio florestal

Anexo III: Mapa de risco de incêndio florestal proposto para o PDM

Anexo IV: Mapa de risco de incêndio florestal

Anexo V: Mapa de prioridades de defesa

Anexo VI: Mapa das redes de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

Anexo VII: Acta da reunião de 28 de Agosto de 2009

Anexo VIII: Mapa da rede viária florestal

Anexo IX: Mapa da rede de pontos de água

Anexo X: Mapa das redes de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, Rede de pontos de água - 2013

Anexo XI: Mapa das redes de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, Rede de pontos de água - 2014

Anexo XII: Mapa das redes de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, Rede de pontos de água - 2015

Anexo XIII: Mapa das redes de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, Rede de pontos de água - 2016

Anexo XIV: Mapa das redes de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, Rede de pontos de água - 2017

Anexo XV: Mapa da rede viária florestal, Complementar 2013- 2017

Anexo XVI: Mapa de vigilância e detecção (Intervisibilidades)

Anexo XVII: Mapa de 1.^a intervenção (Tempo de chegada para a 1.^a intervenção)

Caderno III - PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM)

Índice de Figuras

	Página
Figura 1: Esquema de comunicação dos alertas amarelo, laranja e vermelho (1. ^a intervenção) do concelho de Tábua.....	95

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1: Entidades envolvidas em cada acção e inventário de viaturas e equipamentos ..	88
Quadro 2: Meios complementares de apoio ao combate	91
Quadro 3: Dispositivos operacionais - funções e responsabilidades.....	92
Quadro 4: Procedimentos de actuação nos alertas amarelo, laranja e vermelho	95
Quadro 5: Lista geral de contactos	96
Quadro 6: Postos de vigia	98

Lista de Anexos

Anexo I: Mapa da rede de vigilância e detecção de incêndios

Anexo II: Mapa de vigilância e detecção - Sectores Territoriais de DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento

Anexo III: Mapa de 1.^a intervenção - Sectores Territoriais de DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento

Anexo IV: Mapa de combate, rescaldo e vigilância pós - incêndio - Sectores Territoriais de DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento

Anexo V: Conjunto I: Cartografia de Apoio à Decisão (CAD) I; Cartografia de Apoio à Decisão (CAD) II; Cartografia de Apoio à Decisão (CAD) III.

Anexo VI: Conjunto II: Cartografia de Apoio à Decisão (CAD) I; Cartografia de Apoio à Decisão (CAD) II; Cartografia de Apoio à Decisão (CAD) III.

*Caderno I – **DIAGNÓSTICO***
(INFORMAÇÃO DE BASE)

1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho de Tábua localiza-se no distrito de Coimbra. Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS), o concelho encontra-se inserido na região NUTS de nível II do Centro e na região NUTS de nível III de Pinhal Interior Norte. Os limites administrativos do concelho de Tábua estão referidos no Quadro 1 (CAOP 2012.1, 2013).

Quadro 1: Limites administrativos do concelho de Tábua

Concelhos Limitrofes				
Norte	Sul	Este	Oeste	Noroeste
Carregal do Sal	Arganil	Oliveira do Hospital	Penacova	Santa Comba Dão

Fonte: CAOP 2012.1, 2013.

Este concelho ocupa uma área total de 19.978,59 ha (Anexo II) que se encontra dividida administrativamente por 11 freguesias: Candosa (1.139,12 ha), Carapinha (941,75 ha), Midões (2.006,71 ha), Mouronho (2.402,38 ha), Póvoa de Midões (952,00 ha), São João da Boa Vista (985,34 ha), Tábua (2.481,14 ha), União das Freguesias de Ázere e Covelo (2.547,49 ha), União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha (2.186,71 ha), União das Freguesias de Espariz e Sinde (2.352,45 ha) e União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros (1.983,50 ha) (CAOP 2012.1, 2013) (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro).

De referir, ainda, que o concelho de Tábua do ponto de vista da administração florestal se encontra inserido na Divisão de Gestão Operacional e Fiscalização (DGOF), Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro (DCNFC), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF, IP) (Portaria n.º 353/2012, de 31 de Outubro).

1.2. HIPSOMETRIA

No que respeita à hipsometria no concelho de Tábua, e como se pode constatar observando o Anexo III, verifica-se que o concelho se situa maioritariamente nas altitudes compreendidas entre os 200 e os 300 metros. O concelho encontra-se compreendido em vários níveis altimétricos, sendo a cota mais baixa de 149 metros que se encontra perto de Areias de Fontão e a cota mais alta a 518 metros de altitude, localizada perto do pinhal de Santa Cruz na Venda da Esperança. As áreas que registam maiores altitudes (entre os 400 e os 500 metros) encontram-se nos limites do concelho a Este, nomeadamente nas freguesias de Candosa e União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha. Estas freguesias fazem fronteira com o concelho de Oliveira do Hospital, sendo que uma pequena superfície da

área da União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha se encontra acima dos 500 metros de altitude.

1.3. DECLIVE

O relevo condiciona fortemente as características de um incêndio. Deste modo quanto maior for o declive do terreno, maior é a proximidade da chama relativamente aos combustíveis que se situam acima, numa progressão do incêndio em sentido ascendente. Esta maior facilidade de progressão traduz-se nas características da chama, a qual adquire maiores dimensões, e na maior velocidade de progressão do fogo (Silva, 2002).

Através da análise do mapa de declives (Anexo IV), pode constatar-se que a maior parte do concelho (25 % da área total) apresenta declives inferiores a 5 % e que os declives superiores a 15 % se encontram nas vertentes dos principais vales. É nas áreas mais centrais das freguesias de Midões e Tábua que se localizam em áreas menos declivosas correspondentes à classe entre 5 % e 10 %. Os declives superiores a 25 % localizam-se maioritariamente numa área que intersecta as freguesias de Candosa, Midões, Póvoa de Midões e União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, bem como, a Oeste do concelho, mais propriamente nas freguesias de Carapinha e União das Freguesias de Ázere e Covelo. Assim, estas zonas do concelho, que apresentam declive acentuado, conjugado com as características do material rochoso da vertente e a quantidade de água presente no interior da massa, representam áreas de maior risco de deslizamento de terras.

1.4. EXPOSIÇÃO

Segundo o mapa do Anexo V e a distribuição das classes utilizadas, pode-se verificar que as exposições dominantes no concelho, são as do quadrante Oeste (23,39 %), Plano (21,72 %) e do quadrante Norte (21,29 %).

Visto que as exposições a Sul apresentam normalmente condições mais favoráveis à progressão de um incêndio, na medida em que os combustíveis sofrem uma maior dissecação e o ar é também mais seco devido à maior quantidade de radiação solar incidente (Silva, 2002). Verificando-se que, no concelho de Tábua, a maioria das exposições não se enquadram no quadrante Sul, diminui a probabilidade de uma rápida dissecação dos combustíveis, logo diminui a perigosidade de risco de incêndio.

1.5. HIDROGRAFIA

O concelho de Tábua encontra-se inserido na bacia hidrográfica do Mondego, confinando e separando a Norte, o do concelho de Santa Comba Dão. A Sul, o concelho é delimitado pelo rio Alva que funciona como uma fronteira natural com o concelho de Arganil. A

rede hidrográfica (Anexo VI) local é constituída por cursos de água permanente, não permanente e uma massa de água relevante, tendo o rio Mondego e o rio Alva como principais afluentes os rios Cavalos e Ribelas e as ribeiras de Tábua, S. Simão, Covelo e São Paio.

No entanto, e no que se refere ao risco de incêndio florestal, o facto da maioria dos cursos de água serem temporários leva a que apresentem potencial para funcionar mais como corredores de propagação de fogos do que como locais de concentração da frente de chamas. Isto fica a dever-se à ocorrência de condições propícias para o desenvolvimento de vegetação ao longo das margens dos cursos de água durante o Outono e a Primavera, vegetação essa que no Verão se encontra com reduzido teor de humidade. Por outro lado, os cursos de água apresentam no Verão um caudal bastante reduzido ou inexistente, não conseguindo por esse motivo contrariar a propagação das chamas.

Sendo de salientar que este concelho engloba uma importante massa de água que é a albufeira da Aguieira, importantíssima para abastecimento dos meios aéreos no combate aos incêndios florestais.

2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Os dados usados na presente caracterização foram registados na Estação Udométrica de Santa Comba Dão, de coordenadas 40° 24'N e 8° 09'W, localizada a 250 metros de altitude, referentes ao período de 1951 a 1980. Dado não existirem todos os dados necessários para a presente caracterização usou-se os dados registados na Estação Climatológica de Coimbra, por ser a mais próxima do concelho, de coordenadas 40° 12'N e 8° 25'W, localizada a 141 metros de altitude, referentes ao mesmo período (Mendes *et al.*, 1990).

2.1. TEMPERATURA DO AR

A distribuição dos valores mensais de temperatura para um período de 1951-1980, está representada graficamente na Figura 1.

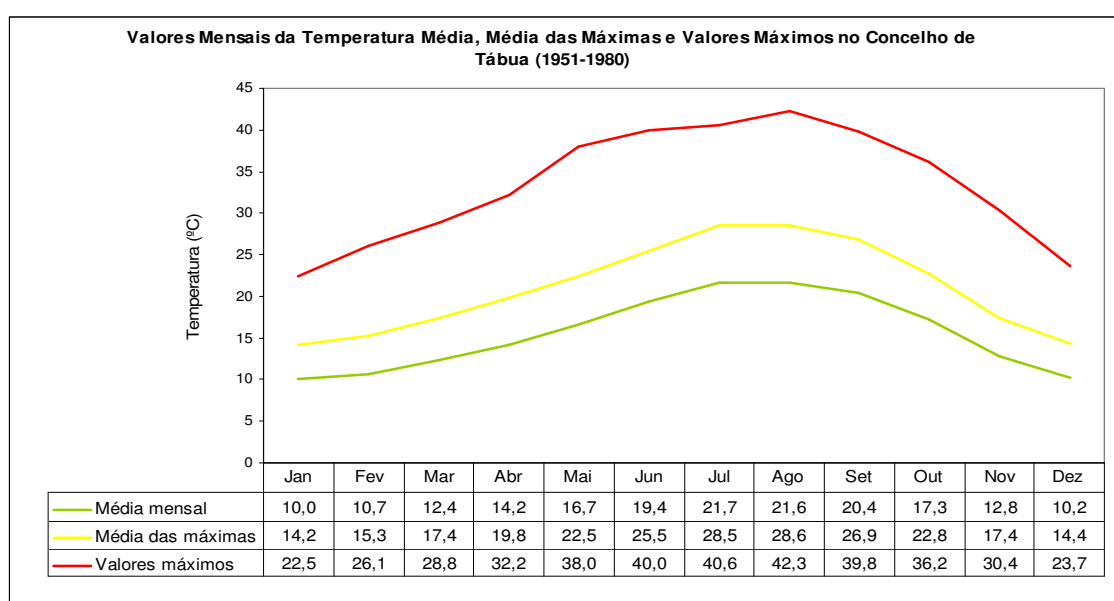


Figura 1: Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos no concelho de Tábua (1951-1980)

Fonte: Mendes *et al.*, 1990.

Através da análise da figura 1, constata-se que para o período de tempo considerado, a média da temperatura do ar é de 21,1 °C, sendo o mês de Agosto, aquele que regista a maior média de temperatura máxima com cerca de 28,6 °C. Relativamente à temperatura média mensal e média das máximas, a evolução ao longo do ano é bastante semelhante, sendo a sua diferença mais significativa nos meses estivais (6° C) e menos significativa nos restantes meses (4° C). No que se refere à diferença entre os valores extremos máximos mensais e a temperatura máxima, verifica-se que a variação global ao longo do ano apresenta as mesmas tendências de subida e descida, que a anterior (temperatura média mensal e média das máximas), no entanto a amplitude entre valores é bastante superior, na maioria dos casos

acima dos 10º C, atingindo o valor mais elevado em Junho, Julho e Setembro com uma diferença de cerca de 12º C. Comparando os valores extremos máximos mensais e a temperatura média mensal obtém-se, como seria de esperar, uma amplitude ainda mais elevada, sendo a diferença na maioria dos casos superior a 13º C, verificando-se o valor máximo novamente nos meses de Junho, Julho e Setembro com 16º C.

2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR

A distribuição dos valores médios mensais de humidade relativa do ar medida em três períodos do dia (9, 15 e 21 horas), para um período de 1951-1980, está representada graficamente na Figura 2.

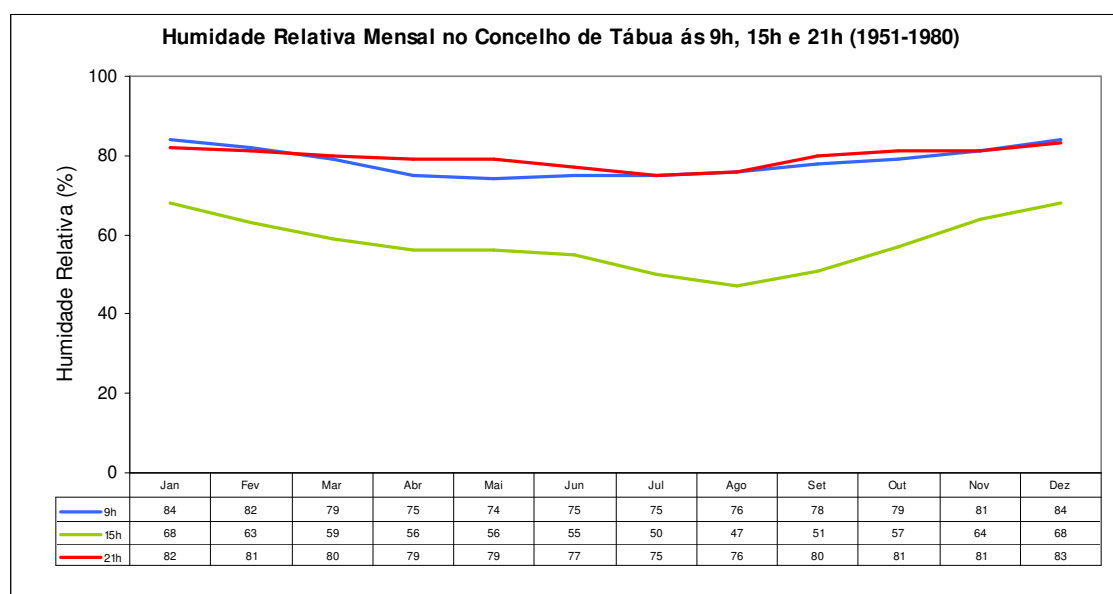


Figura 2: Valores médios mensais da humidade relativa do ar às 9, 15 e 21 horas no concelho de Tábua (1951-1980)
Fonte: Mendes *et al.*, 1990.

Analisando a variação da humidade relativa do ar ao longo do ano no concelho de Tábua, verifica-se que esta se encontra sempre abaixo dos 80 %, no período horário das 15 h / 21 h entre os meses de Abril e Agosto, atingindo o valor mínimo no mês de Julho (75 %). É de notar que os valores de humidade nos períodos mais frescos do dia (9 h / 21 h) são praticamente idênticos à excepção dos meses de Abril e Maio onde a variação é de cerca de 5 %. Por outro lado, as maiores variações de humidade relativa são registadas entre as 9 h / 21 h, e no mês de Agosto com cerca de 29 % de diferença.

Isto é, verifica-se um período seco que decorre entre os meses de Julho e Agosto.

2.3. PRECIPITAÇÃO

A distribuição dos valores mensais de precipitação, para um período de 1951-1980, está representada graficamente na Figura 3.

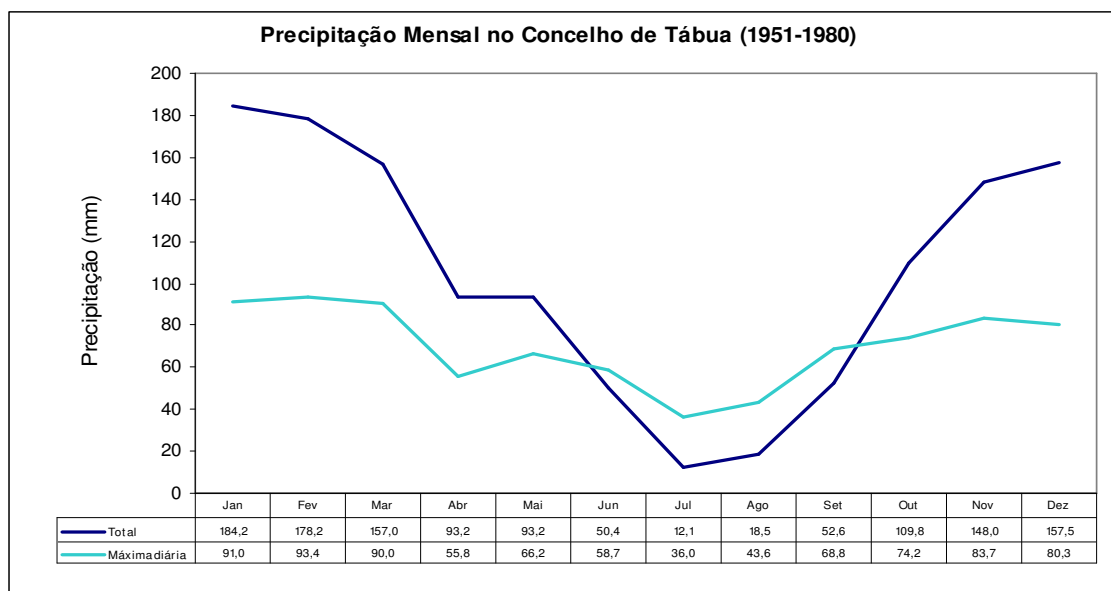


Figura 3: Precipitação mensal e máxima diária no concelho de Tábua (1951-1980)
Fonte: Mendes *et al.*, 1990.

Como se pode verificar os meses de Junho (50,4 mm), Julho (12,1 mm), Agosto (18,5 mm) e Setembro (52,6 mm) são aqueles que apresentam valores menores de precipitação total, contrastando com os meses de Janeiro (184,2 mm) e Fevereiro (178,2 mm) que são os mais pluviosos. A figura 3 também demonstra que a partir do mês de Abril, os valores de precipitação começam a diminuir acentuadamente, tendência que se verifica até ao mês de Julho.

Uma situação a realçar é ocorrência de incêndios florestais, onde temperaturas elevadas no Verão associadas a períodos de reduzida ou inexistência de precipitação ao longo do Verão, permitem que os combustíveis vegetais existentes se encontrem bastante secos, facilitando quer o processo de ignição (necessitam de menor energia para que se dê a ignição), quer o processo de propagação das chamas, uma vez que é necessária menor quantidade de energia para evaporar a água dos combustíveis que se encontram a jusante e atingir o seu ponto de ignição.

2.4. VENTO

A distribuição dos valores médios mensais da frequência (f) e velocidade do vento (v) para um período de 1951-1980, está representada graficamente no Quadro 2.

Quadro 2: Médias mensais da frequência e velocidade do vento no concelho de Tábua (1951-1980)

	N		NE		E		SE	
	f (%)	v (km/h)	f (%)	v (km/h)	f (%)	v (km/h)	f (%)	v (km/h)
Janeiro	5,4	7,6	5,1	10,9	13,4	14,8	23,7	13,4
Fevereiro	5,5	8,5	6,0	11,4	13,0	15,6	17,8	14,6
Março	7	9,7	4,7	13,6	9,1	16,3	16,2	13,9
Abril	9,2	10,0	5,3	13,1	7,7	14,5	10,4	11,4
Maio	7,2	9,6	2,6	10,7	4,6	13,4	7,6	10,8
Junho	5,4	10,1	2,3	11,2	3,7	11,8	5,2	9,5
Julho	6,5	9,4	1,4	9,1	3,2	11,9	2,5	7,8
Agosto	5,5	9,2	2,1	11,5	3,3	13,4	3,5	9,0
Setembro	6,2	8,2	3,2	8,5	3,9	10,6	7,7	9,7
Outubro	6,3	7,5	4,9	10,4	8,9	11,2	14,9	11,9
Novembro	6,3	7,8	6,2	11,8	13,6	13,5	19,3	13,9
Dezembro	6,5	7,5	6,0	10,8	15,8	13,9	20,5	11,6
	6,4	8,8	4,2	11,1	8,4	13,4	12,4	11,5

Fonte: Mendes *et al.*, 1990.**Quadro 2:** Médias mensais da frequência e velocidade do vento no concelho de Tábua (1951-1980) (Cont.)

	S		SW		W		NW		C
	f (%)	v (km/h)	f (%)	v (km/h)	f (%)	v (km/h)	f (%)	v (km/h)	f (%)
Janeiro	17,6	12,9	5,7	9,3	8,6	9,3	13,7	9,6	6,8
Fevereiro	15,9	13,2	6,6	10,6	11,0	10,2	17,1	9,6	7,0
Março	13,4	12,3	5,9	9,9	13,1	9,4	23,7	9,6	6,8
Abril	9,3	12,2	4,5	8,4	11,9	9,0	34,8	10,9	6,7
Maio	7,9	10,7	4,5	7,9	14,7	9,2	46,9	11,1	4,1
Junho	5,0	10,4	2,9	8,7	17,8	9,1	53,1	10,9	4,7
Julho	2,7	8,1	2,0	5,4	16,9	9,0	60,7	11,2	4,1
Agosto	3,6	7,9	2,2	4,7	16,0	9,0	58,1	11,0	5,8
Setembro	8,3	10,2	4,1	6,9	15,3	8,4	41,5	9,3	9,8
Outubro	13,5	12,0	5,0	7,2	10,3	7,6	25,8	8,4	10,4
Novembro	15,3	12,4	5,2	8,2	6,7	7,5	17,9	9,0	9,5
Dezembro	16,6	12,9	4,5	9,3	8,4	8,3	14,6	9,0	7,2
	10,8	11,3	4,4	8,0	12,6	8,8	34,0	10,0	6,9

Fonte: Mendes *et al.*, 1990.

No que respeita ao padrão dos ventos no concelho de Tábua, verifica-se que os ventos mais frequentes são os de sentido Noroeste e Oeste, sendo que em termos dos valores médios da velocidade do vento, estes oscilam entre 8 e os 14 km/h, registando-se os valores mais elevados de Este e Sudeste.

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

No concelho de Tábua, como em muitos outros da região centro e norte do País, o êxodo rural e a desertificação das aldeias e vilas levaram ao abandono de actividades como a recolha de mato e caruma para a cama dos animais e para a fertilização das terras. Além disso, a gestão florestal torna-se difícil devido às reduzidas dimensões das propriedades e da sua fragmentação, pelo que os proprietários se vêem incapacitados de retirar rendimentos das suas terras, levando ao seu abandono (Pereira, 2000). Como resultado ficam, no terreno, grandes cargas de material inflamável que facilmente servem de alimento a qualquer foco de incêndio.

3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL, POR FREGUESIA, POR RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO (CENSOS)

De facto o êxodo rural é uma realidade. De acordo com os dados definitivos do recenseamento realizado em 2011 (INE, Censos 2011), habitam no concelho de Tábua 12.071 habitantes, comparativamente com os dados de 1981, em que residiam no concelho 13.456 pessoas.

As freguesias abrangidas pelo concelho, são caracterizadas por situações muito díspares (Anexo VII), em que as variações fortemente negativas, caso de União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros, União das Freguesias de Espariz e Sinde e São João da Boa Vista, com decréscimos de população de 33,9 %; 30,2 % e 26,0 % respectivamente, se opõem ao caso de Tábua e de União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, em que se registaram aumentos significativos da população residente (valores superiores a 0,7 % e a 1,3 %).

Relativamente à densidade populacional, pode-se verificar que a maioria das freguesias apresenta registos de população entre 0-100 hab/km², somente as freguesias de Tábua e União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha apresentam uma densidade populacional superior a 100 hab/km². Assim sendo o risco de incêndio tende a aumentar devido ao decréscimo verificado, uma vez que a actividade humana também é menor.

3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO

De acordo com os dados definitivos do recenseamento realizado em 2011 (INE, Censos 2011), comparativamente com os dados de 1991, elaborou-se o Anexo VIII onde se ilustra o índice de envelhecimento e sua evolução. Pode-se concluir que se verifica um aumento do índice de envelhecimento. A população encontra-se mais envelhecida o que vai ter implicações na defesa da floresta contra incêndios, visto que esta se torna menos activa no

meio rural levando a um progressivo abandono das áreas agrícolas e todo o sistema agro-florestal, do qual aumenta a carga combustível.

3.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

De acordo com os dados do recenseamento realizado em 2011 (INE, Censos 2011), elaborou-se o Anexo IX onde se ilustra a população por sector de actividade. Da sua análise, pode-se concluir que em 2011, o maior número de empregados exercia a sua actividade no sector terciário (2.496 pessoas).

3.4. TAXA DE ANALFABETISMO

De acordo com os dados do recenseamento realizado em 2011 (INE, Censos 2011), comparativamente com os dados de 2001 e 1991, elaborou-se o Anexo X onde se ilustra a taxa de analfabetismo. Da sua análise, pode-se verificar que as freguesias que apresentam uma maior taxa de analfabetismo são: União das Freguesias de Ázere e Covelo, União das Freguesias de Espariz e Sinde, União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha e União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros com um valor de 18,72 %, 17,68 %, 14,08 % e de 13,37 % respectivamente.

3.5. ROMARIAS E FESTAS

O concelho de Tábua apresenta um grande número de romarias e festas, que se realizam ao longo de todo o ano, tal como se pode observar no Anexo XI. Assim sendo torna-se necessário dinamizar acções de sensibilização, tendo em vista as boas práticas de utilização dos espaços no sentido de minimizar riscos de incêndios florestais.

4. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO, REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO FLORESTAL

4.1. OCUPAÇÃO DO SOLO

No Anexo XII está representada a distribuição da ocupação do solo do concelho, o qual foi elaborado a partir da Carta de Ocupação do Solo (COS'90) com nomenclatura COS'90 à escala 1/25 000 do Instituto Geográfico Português.

Para uma interpretação dos dados, elaborou-se o Quadro 3 onde se encontra discriminado a ocupação do solo por freguesia do concelho de Tábua.

Quadro 3: Ocupação do solo do concelho de Tábua

Freguesia	Ocupação do Solo (ha)					
	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Superfícies Aquáticas	Áreas Sociais
Candosa	286,56	512,07	0,00	311,24	0,00	29,29
Carapinha	216,63	406,82	4,02	289,46	0,00	14,49
Midões	850,05	781,31	4,92	300,15	7,35	54,31
Mouronho	612,16	1320,34	4,92	411,27	7,22	41,56
Póvoa de Midões	342,71	342,83	0,00	229,39	20,27	14,50
São João da Boa Vista	252,21	468,39	0,90	243,68	1,03	19,17
Tábua	734,02	1047,11	18,80	556,70	31,45	91,30
União das Freguesias de Ázere e Covelo	586,52	1234,55	28,11	434,44	230,91	29,17
União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha	811,13	983,18	0,00	334,25	0,00	47,43
União das Freguesias de Espariz e Sínde	589,88	1412,31	8,74	302,69	0,00	38,93
União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	384,19	1252,08	0,00	309,73	9,41	20,08
TOTAL	5666,08	9760,97	70,41	3722,99	307,65	400,23

Fonte: COS, 1990.

Verificamos tratar-se de um concelho predominantemente florestal, salientando a importância da área agrícola, a qual pelas análises já efectuadas no presente relatório evidenciam o seu abandono e consequentemente o aumento dos problemas na Defesa da Floresta Contra Incêndios.

4.2. ESPÉCIES FLORESTAIS

A distribuição das espécies florestais do concelho está representada através do Anexo XIII.

Para uma melhor interpretação dos dados, elaborou-se o Quadro 4 onde se encontra discriminado a distribuição das espécies florestais do concelho de Tábua.

Quadro 4: Distribuição das espécies florestais do concelho de Tábua

Freguesia	Espécies florestais (ha)						Área florestal total (ha)
	Carvalho	Castanheiro	Eucalipto	Outras folhosas	Pinheiro bravo	Pinheiro manso	
Candosa	11,65	0,00	57,82	5,41	437,18	0,00	512,07
Carapinha	0,00	0,00	108,56	1,36	296,90	0,00	406,82
Midões	10,70	7,60	106,55	41,70	563,79	50,97	781,31
Mouronho	0,00	0,00	296,33	12,33	1011,69	0,00	1320,34
Póvoa de Midões	3,26	6,72	38,92	52,34	241,58	0,00	342,83
São João da Boa Vista	2,91	0,00	191,54	3,93	269,16	0,85	468,39
Tábua	21,18	0,00	200,53	101,84	705,06	18,49	1047,11
União das Freguesias de Azere e Covelo	28,98	0,00	831,17	48,21	326,19	0,00	1234,55
União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha	21,17	4,41	56,96	48,10	852,55	0,00	983,18
União das Freguesias de Espariz e Sinde	0,00	0,00	772,14	66,20	571,54	2,43	1412,31
União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	0,00	0,00	312,72	42,67	896,68	0,00	1252,08
TOTAL	99,85	18,73	2973,25	424,09	6172,32	72,74	9760,97

Fonte: COS, 1990.

Como se verifica, as espécies florestais mais importantes são o pinheiro bravo seguido do eucalipto.

4.3. REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E REGIME FLORESTAL

Os dados utilizados para a elaboração do Mapa da rede fundamental de conservação da natureza e regime florestal do concelho de Tábua (Anexo XIV), foram obtidos através do Instituto de Conservação da Natureza (ICN, 2006), em que se pode identificar o Sítio do Carregal do Sal (370,23 ha), que abrange parte da freguesia de Midões. Também se identificam três áreas de baldio que se encontram nas freguesias da Carapinha (81,80 ha), da União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros (89,97 ha) e de Tábua (2,73 ha).

4.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL

O Mapa de instrumentos de planeamento florestal (Anexo XV), identifica zonas que apresentam Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF), os quais têm parecer favorável condicionado (Anexos XVI, XVII e XVIII) e que num futuro próximo apresentarão Planos de Gestão Florestal, sendo estas designadas por Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Este processo foi muito bem desenvolvido pela CAULE - Associação Florestal da Beira Serra.

Como se pode verificar, todo o concelho de Tábua é dividido por zonas de gestão, nomeadamente por quatro zonas, com a denominação de **ZIF Tábua Mondego** (ZIF n.º 27,

processo n.º 053/06-DGRF), com a área de 4.572 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Ázere, Covelo, Espariz, Mouronho, Sinde e Tábua (Portaria n.º 890/2008, de 14 de Agosto); **ZIF Lourosa** (ZIF n.º 28, processo n.º 038/06-DGRF), com a área de 4.040,95 ha, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Pinheiro de Coja e parte do concelho de Arganil (Portaria n.º 892/2008, de 14 de Agosto); **ZIF Tábua Alva** (ZIF n.º 46, processo n.º 052/06-AFN), com a área de 4.632,17 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Carapinha, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Mouronho, Pinheiro de Coja e Sarzedo, dos concelhos de Tábua e Arganil (Portaria n.º 1470/2008, de 17 de Dezembro) e a **ZIF Tábua Nordeste** (ZIF n.º 47, processo n.º 37/06 AFN), com a área de 9.879,2 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Candosa, Covas, Espariz, Midões, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha, do concelho de Tábua (Portaria n.º 1495/2008, de 19 de Dezembro).

4.5. EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E DE PESCA

O Mapa de equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e de pesca (Anexo XIX), identifica a localização dos diferentes equipamentos florestais de recreio, nomeadamente cinco parques de merendas em zonas florestais por todo o concelho de Tábua. Estes estão localizados nas freguesias de União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, Candosa, São João da Boa Vista e União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros.

Como também se pode verificar no referido mapa, quase todo o concelho se encontra ordenado do ponto de vista cinegético, incluindo três zonas de caça. A **Zona de Caça Municipal de Tábua** (processo n.º 2997-DGRF), com a área de 11.478 ha, gerida pelo Clube de Caça e Pesca de Tábua, engloba os terrenos cinegéticos das freguesias de Ázere, Tábua, Sinde, Póvoa de Midões, Midões, Covas, Vila Nova de Oliveirinha, Candosa, Espariz, São João da Boa Vista, Covelo, Pinheiro de Coja, Meda de Mouros, Mouronho e Carapinha (Portaria n.º 812/2008, de 08 de Agosto). A **Zona de Caça Associativa de Caçadores de Espariz e Sinde** (processo n.º 5019-DGRF), com a área de 1.166 ha, gerida pela Associação de Caçadores de Espariz e Sinde, engloba vários prédios rústicos das freguesias de Espariz e Sinde (Portaria n.º 1035/2008, de 12 de Setembro). A **Zona de Caça Associativa de Tábua** (processo n.º 4057-AFN), com a área de 1.251 ha, gerida pelo Clube de Caça e Pesca de Tábua, engloba os terrenos cinegéticos das freguesias de Ázere, Carapinha, Covelo, Mouronho e Sinde, (Portaria n.º 1541/2008, de 30 de Dezembro).

4.6. REGRAS DE EDIFICABILIDADE

Na sequência da Reunião da CMDFCI do dia 18 de Dezembro de 2008 (Anexo XX), onde foi abordado o Comunicado do Conselho de Ministros de 23 de Outubro de 2008, em que

o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas no âmbito da política florestal, destacando-se o Decreto-Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho.

Este Decreto é o Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, vem introduzir alguns ajustamentos, clarificando a sua forma de estruturação, destacando-se a alteração às regras de edificação previstas nos n.º 2 e 3 do artigo 16.º.

Assim, em Reunião de Câmara de 10 de Fevereiro de 2009, foram aprovadas as regras de edificabilidade (Anexo XXI) que passam a fazer parte integrante do presente PMDFCI de Tábua.

5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios são uma das maiores ameaças que a floresta enfrenta e têm um impacto significativo no ambiente e na economia nacional. Cerca de 60 % da superfície florestal europeia está sujeita a um risco cíclico de fogos florestais, essencialmente nas regiões de clima mediterrâneo (Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia) (Botelho, 2001).

5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS

5.1.1. Distribuição anual

Com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (<http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>), cuja manutenção compete ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF, IP), a Figura 4 apresenta a distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências no período de tempo de 1989 a 2012. Da sua análise, pode-se concluir que 1993 é o ano que apresenta uma maior área ardida (1.880,3 ha), sendo 1991 o ano em que se registou um maior número de ocorrências (153 ocorrências).

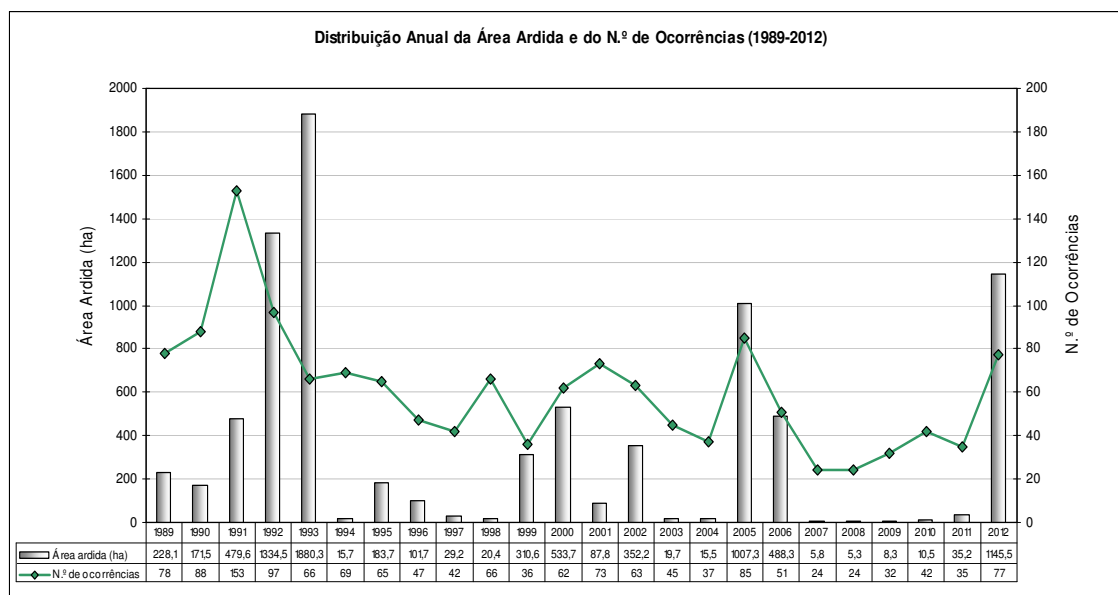


Figura 4: Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências (1989-2012)
 Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

Esta distribuição anual das áreas ardidas, encontra-se no Anexo XXII.

A Figura 5, representa graficamente os registos da distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média do quinquénio 2007 a 2011, por freguesia. Nesta

observa-se que relativamente a 2012, Póvoa de Midões apresenta uma maior área ardida (889,8 ha) e Covas um maior número de ocorrências (12 ocorrências). No quinquénio 2007 a 2011, a maior área ardida regista-se na freguesia de Tábua (6,7 ha) e o maior número de ocorrências é registado em Midões e Tábua (5 ocorrências).

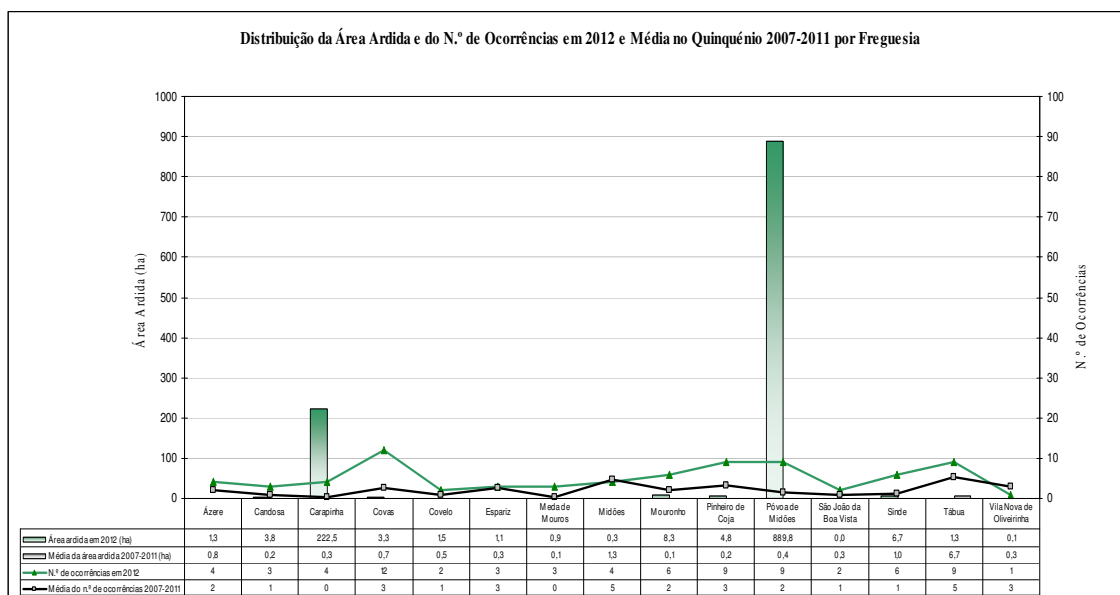


Figura 5: Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média do quinquénio 2007 a 2011, por freguesia

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

Verificando-se que no período de tempo considerado de 2007 a 2011, as freguesias com maior número de ocorrências são: Espariz, Midões, Pinheiro de Coja, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha, propõe-se que seja prioritária a sensibilização nestas freguesias, nomeadamente a agricultores, proprietários florestais e também á população escolar.

A Figura 6, representa graficamente a distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média do quinquénio 2007 a 2011, por espaços florestais em cada 100 hectares, por freguesia. Nesta observa-se que relativamente a 2012 Póvoa de Midões apresenta uma maior área ardida em 2012/ha em cada 100 ha (259,5 ha), Covas e Póvoa de Midões um maior número de ocorrências em 2012/ha em cada 100 ha (2 e 3 ocorrências). No quinquénio 2007 a 2011, a maior área ardida regista-se na freguesia de Tábua (0,6 ha), enquanto que o maior número de ocorrências é registado em Midões e Vila Nova de Oliveirinha (1 ocorrência).

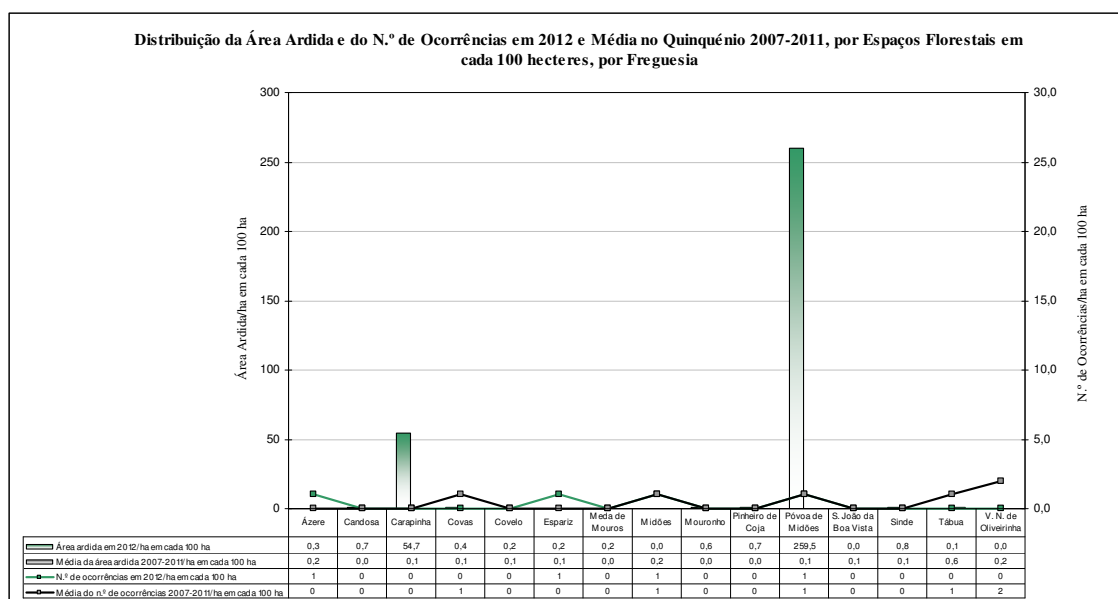


Figura 6: Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média do quinquénio 2007 a 2011, por espaços florestais em cada 100 hectares, por freguesia

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.1.2. Distribuição mensal

De modo a evidenciar a distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média (1997-2011), esta está representada graficamente na Figura 7. Observa-se que o mês de Setembro regista uma maior distribuição da área ardida em 2012 (1.103,2 ha) e o mês de Agosto regista uma maior distribuição da média da área ardida no período de 1997 a 2011 (79,6 ha). O mês de Maio regista um maior número de ocorrências da distribuição mensal para o ano de 2012 (17 ocorrências), e o mês de Agosto regista um maior número de ocorrência para a média de 1997 a 2011 (14 ocorrências).

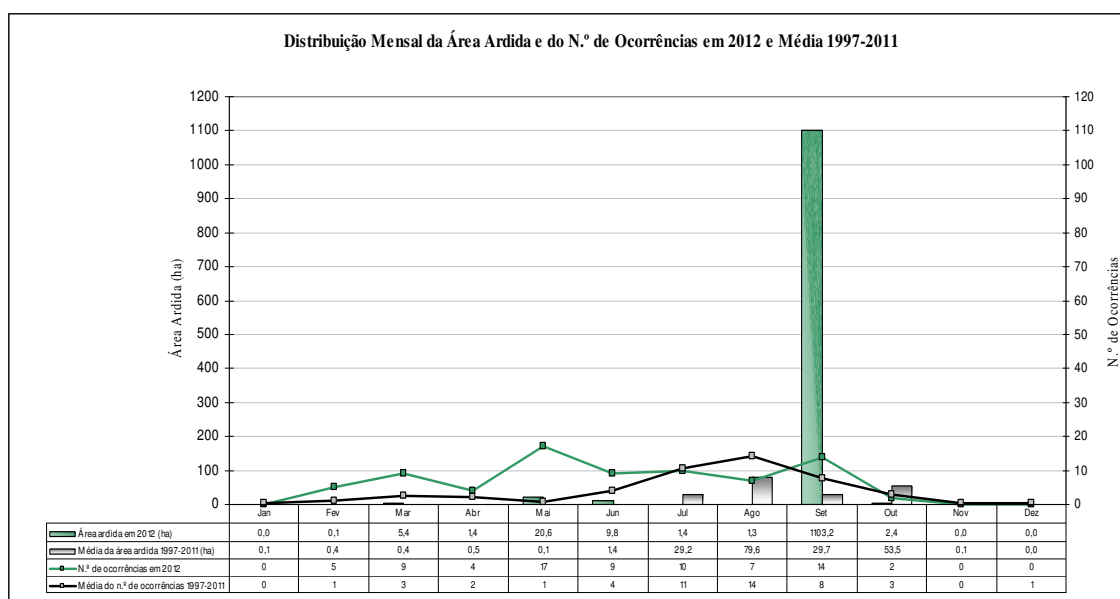


Figura 7: Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média (1997-2011)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

Em relação ao período de tempo considerado, verifica-se os meses com maior número de ocorrências são: Maio e Setembro, sendo estes os meses em que se irá programar um maior dispositivo de fiscalização e de vigilância, com objectivo de diminuir o número de ocorrências no concelho.

5.1.3. Distribuição semanal

Na Figura 8, está representada graficamente a distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média (1997-2011). Observa-se que o dia da semana que regista uma maior área ardida para o ano de 2012 é Terça-feira (889,6 ha). Em relação à média (1997-2011), verifica-se que a Segunda-feira regista uma maior área ardida (55,0 ha). No ano de 2012, verifica-se que o dia da semana Sexta-feira é o que apresenta um maior número de ocorrências (16 ocorrências). O número de ocorrências aumenta à Quarta-feira, Sábado e ao Domingo, relativamente à média (1997-2011).

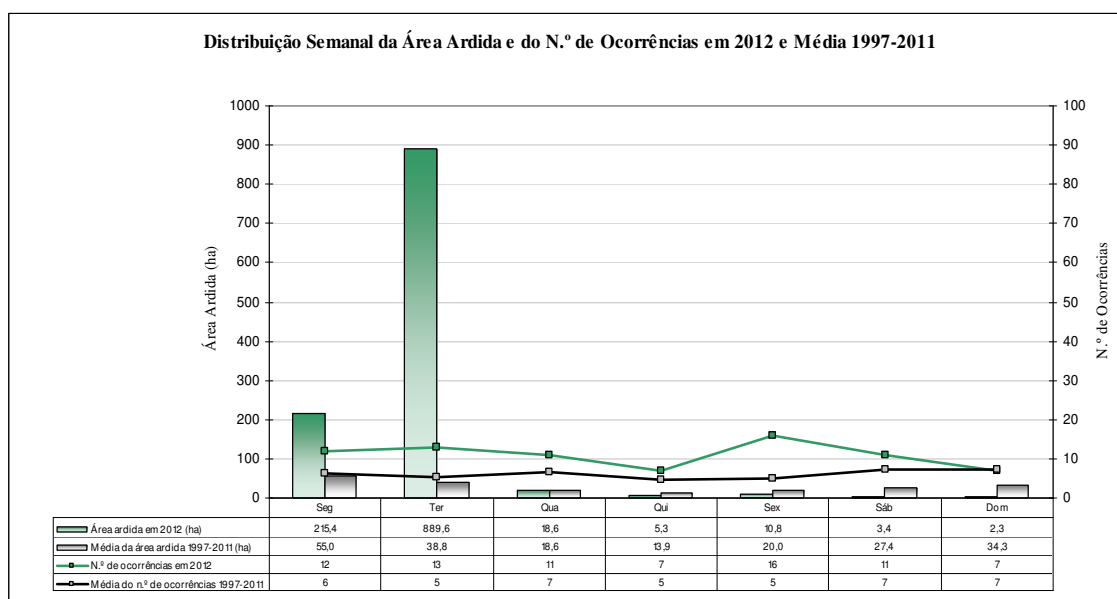


Figura 8: Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2012 e média (1997-2011)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.1.4. Distribuição diária

Os valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrências para o período de 1997 a 2012, estão representados na Figura 9, em que se evidencia os dias em que houve uma maior área ardida, sendo estes os dias 09 de Agosto, 04 de Setembro e 04 de Outubro. Em relação ao número de ocorrências também se evidencia dias em que estes atingem um maior registo, sendo estes os dias 04, 07, 11 de Agosto e 02 de Setembro.

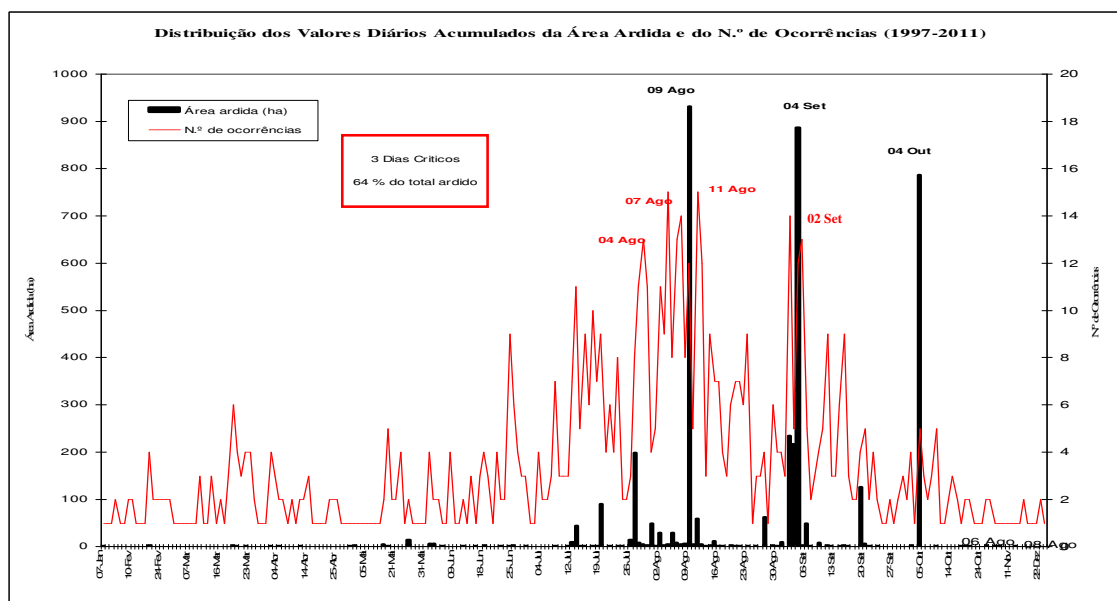


Figura 9: Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrências (1997-2012)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.1.5. Distribuição horária

Relativamente à distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências no período considerado de 1997 a 2012 (Figura 10), verifica-se que no período horário das 5:00 h às 5:59 h regista-se o maior número de área ardida e no período horário das 15:00 h às 15:59 h regista-se o maior número de ocorrências. O que se conclui que neste período horário deverá ser reforçado o sistema de vigilância e alerta na época de incêndios.

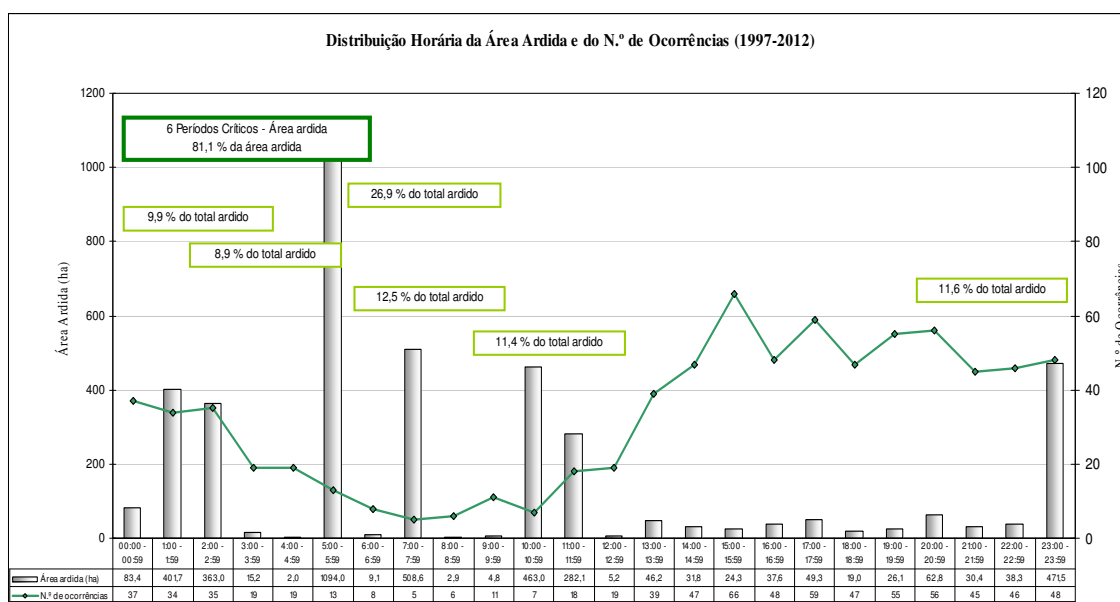


Figura 10: Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências (1997-2012)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.2. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS FLORESTAIS

Por análise da figura abaixo indicada (Figura 11), pode-se concluir que no período de 1997 a 2012 existe uma maior área ardida em povoamentos florestais (3.578,4 ha) em relação à área ardida de matos (490,3 ha).

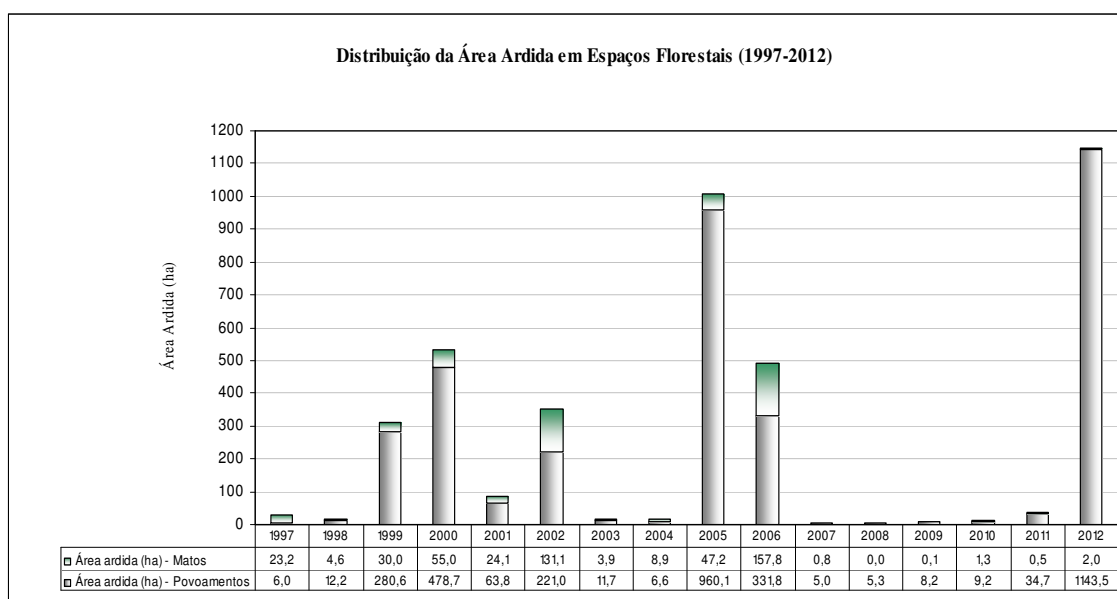


Figura 11: Distribuição da área ardida em espaços florestais (1997-2012)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO

De modo a evidenciar a distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão, referente ao período de 1997 a 2012, estes estão representados graficamente na Figura 12 e conclui-se que existe uma maior área ardida em incêndios com uma extensão de ardidos superior a 100 ha, e pelo contrário verifica-se um maior número de ocorrências em incêndios que resultam numa extensão de área inferior a 1 ha.

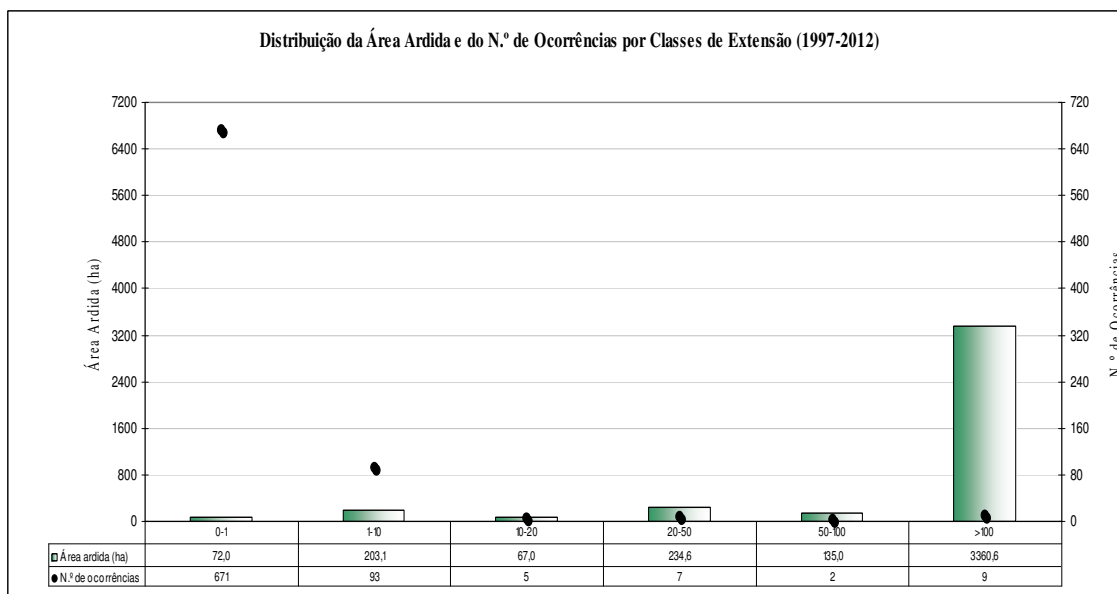


Figura 12: Distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão (1997-2012)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.4. PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS

No Anexo XXIII estão identificados e representados os pontos prováveis de início e causas dos incêndios no concelho de Tábua. As freguesias de Covas, Midões e Tábua apresentam uma elevada concentração de pontos prováveis de início.

Para uma melhor interpretação dos dados, elaborou-se o Quadro 5 onde se encontra discriminado o número total de incêndios e causas por freguesia (2003-2011).

Quadro 5: Número total de incêndios e causas por freguesia (2003-2011)

Freguesia	Causas	Total de Incêndios	N.º de Incêndios Investigados
Ázere	Uso do Fogo	31	2
	Acidentais		1
	Incendiarismo		11
	Indeterminadas		3
	<i>Sub-Total</i>		17
Candosa	Indeterminadas	13	2
	<i>Sub-Total</i>		2
Carapinha	Incendiarismo	6	1
	Indeterminadas		2
	<i>Sub-Total</i>		3
Covas	Uso do Fogo	58	9
	Incendiarismo		6
	Indeterminadas		2
	<i>Sub-Total</i>		17
Covelo	Uso do Fogo	7	1
	Incendiarismo		2
	<i>Sub-Total</i>		3
Espariz	Uso do Fogo	31	5
	Acidentais		3
	Incendiarismo		6
	Naturais		1
	Indeterminadas		1
	<i>Sub-Total</i>		16
Meda de Mouros	Uso do Fogo	6	1
	Incendiarismo		0
	Indeterminadas		1
	<i>Sub-Total</i>		2
Midões	Uso do Fogo	74	5
	Incendiarismo		9
	Naturais		1
	Indeterminadas		10
	<i>Sub-Total</i>		25

Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci>

Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dpci>

Da análise do quadro e do mapa acima apresentados constata-se que para um universo de 452 incêndios foram investigados 192, em que o peso da causa incendiarismo equivale a 15,9 %, seguido de indeterminadas com 13,1 %.

5.5. FONTES DE ALERTA

A Figura 13, apresenta a distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta, referentes ao período de 2003 a 2012 em que se conclui que os populares apresentam uma maior percentagem de alertas (72 %), em seguida e com 12 % do total de alertas, acontece a informação transmitida pelos postos de vigia.

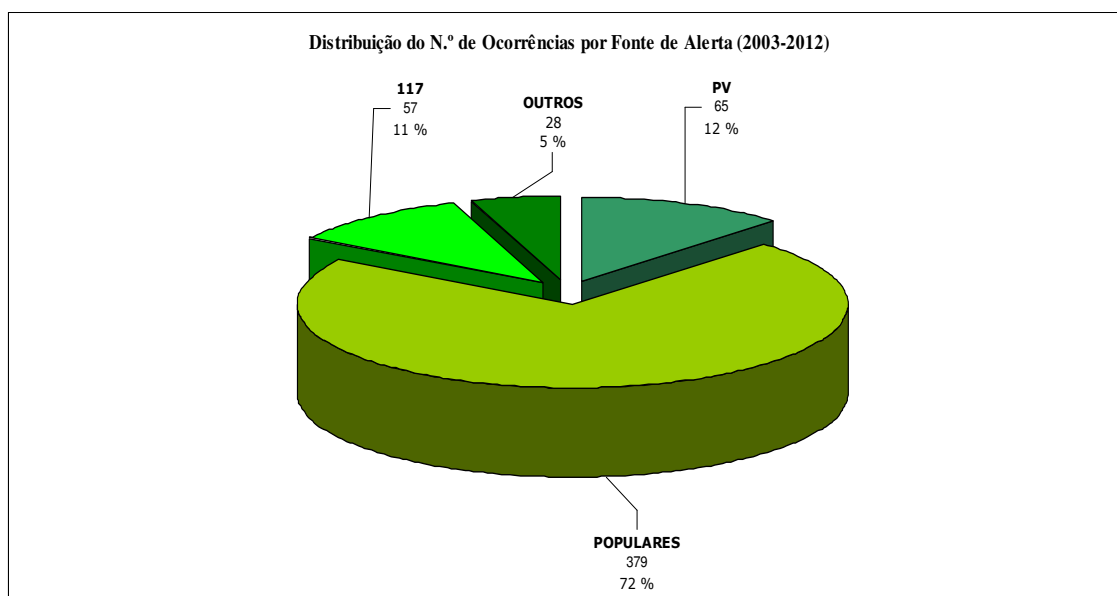


Figura 13: Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta (2003-2012)
Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dpci>

O estudo da distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta, é apresentado pela Figura 14. Observa-se um maior número de ocorrências no período horário das 14:00 h às 16:59 h, em que a fonte de alerta neste período é feito pelos populares.

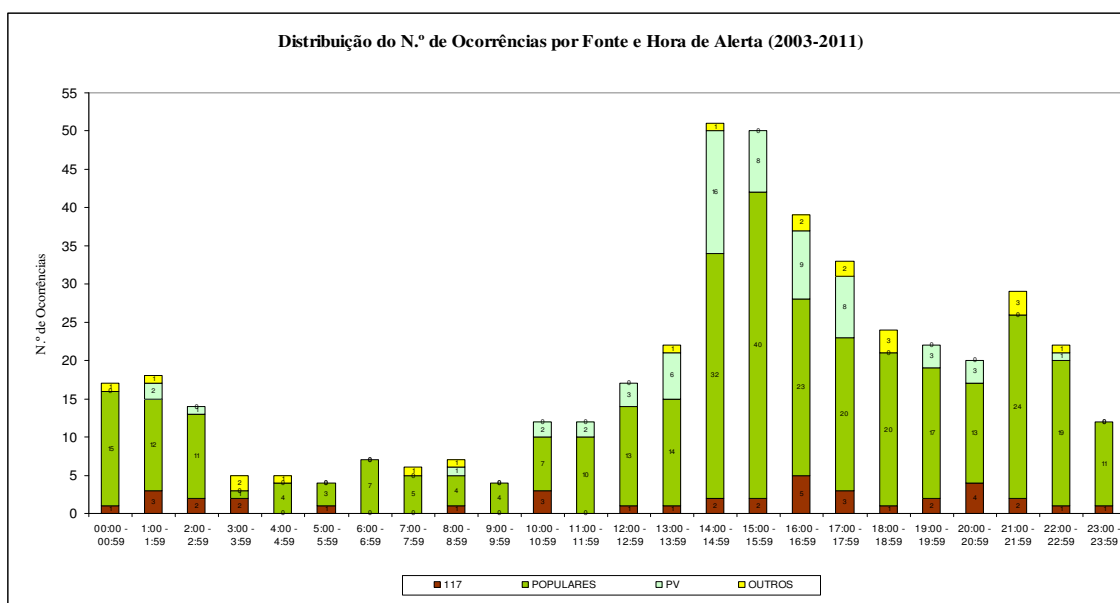


Figura 14: Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta (2003-2011)

Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci>

5.6. GRANDES INCÊNDIOS (Área superior ou igual a 100 ha)

5.6.1. Distribuição anual

As áreas ardidas dos grandes incêndios no concelho de Tábua, apresentam-se no Anexo XXIV e graficamente na Figura 15.

Por análise da figura, verifica-se que ocorreram um baixo registo de incêndios que tenham desencadeado incêndios de grandes proporções, cerca de 9 ocorrências. É claramente evidenciado no ano de 2012 o maior registo de área ardida (1.091,90 ha) e no ano de 2005 o número de ocorrências (3 ocorrências) em grandes incêndios no concelho.

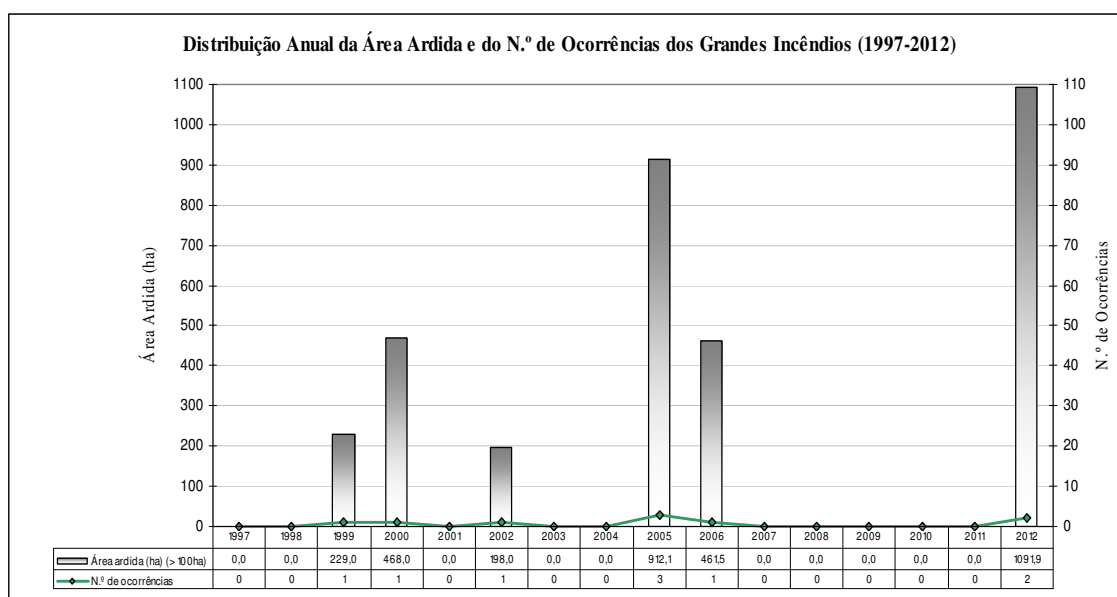


Figura 15: Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2012)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

O quadro abaixo indicado (Quadro 6) vai apoiar as conclusões da Figura 15, distribuindo anualmente o número de grandes incêndios por classes de área, em que se verifica, que a maioria dos grandes incêndios estão inseridos na classe dos 100 a 500 ha de área.

Quadro 6: Distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área

Ano	Classes de Área (ha)			TOTAL
	100 - 500	500 - 1000	> 1000	
1997	0	0	0	0
1998	0	0	0	0
1999	1	0	0	1
2000	1	0	0	1
2001	0	0	0	0
2002	1	0	0	1
2003	0	0	0	0
2004	0	0	0	0
2005	2	1	0	3
2006	1	0	0	1
2007	0	0	0	0
2008	0	0	0	0
2009	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
2011	0	0	0	0
2012	1	1	0	2
TOTAL	7	2	0	

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.6.2. Distribuição mensal

A Figura 16, representa a distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios num período de 1997 a 2012, verificando-se que Setembro é o mês onde se registou uma maior área ardida e número de ocorrências.

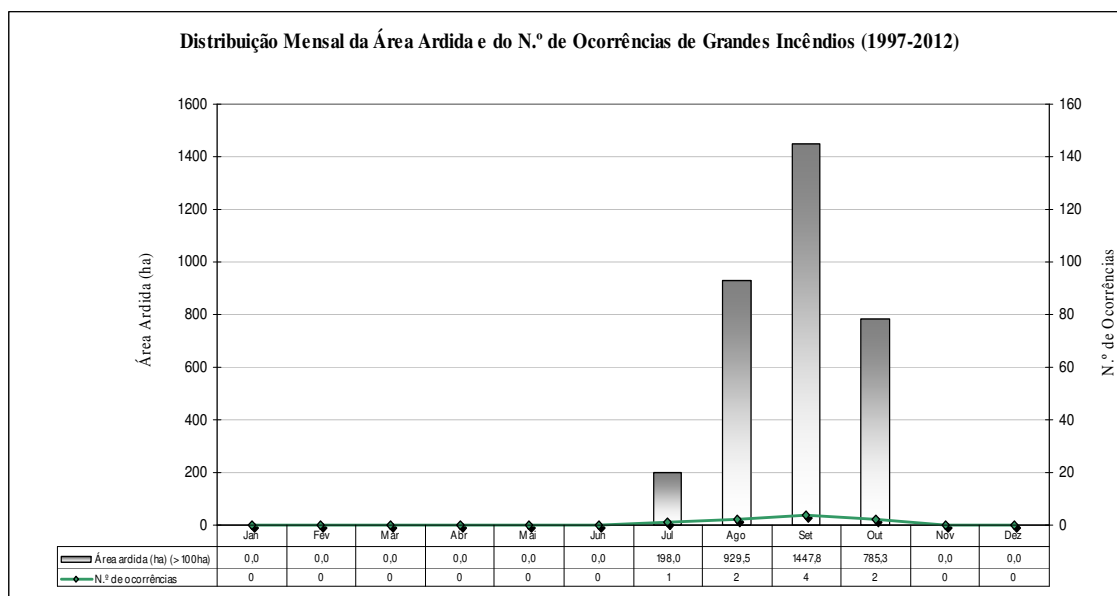


Figura 16: Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2012)

Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.6.3. Distribuição semanal

O estudo da distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios no período de tempo de 1997 a 2012, está representado na Figura 17, que se verifica que terça-feira apresenta um maior número de área ardida e de número de ocorrências.

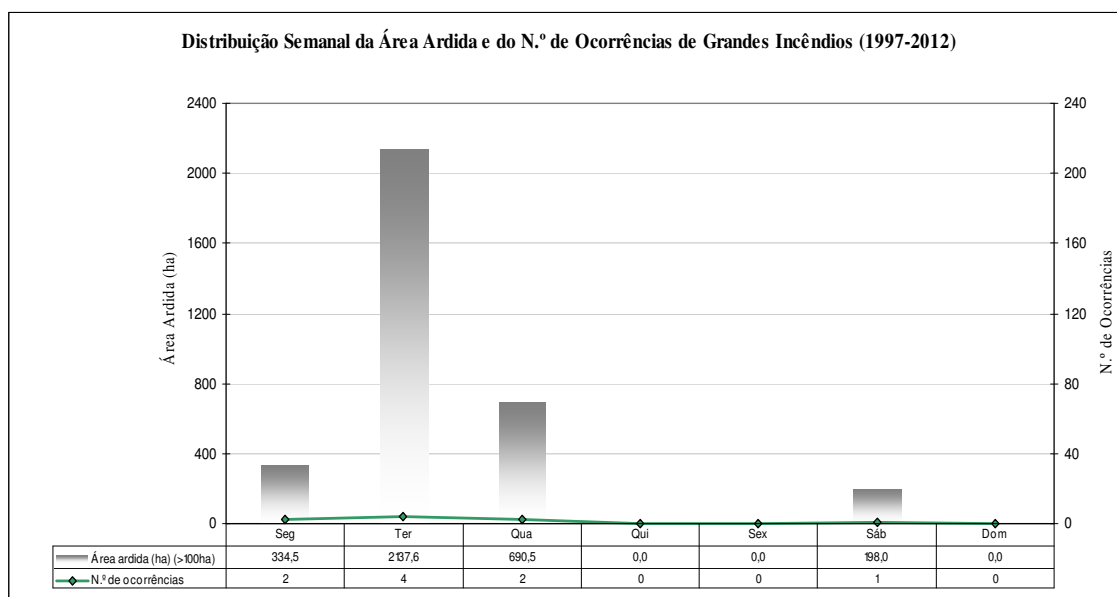


Figura 17: Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2012)
 Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

5.6.4. Distribuição horária

A figura abaixo indicada (Figura 18), relaciona as horas com a área ardida e o número de ocorrências de grandes incêndios. Este estudo permite avaliar que tanto em relação à área ardida como ao número de ocorrências o período horário das 5:00 h às 5:59 h é o que regista maiores valores.

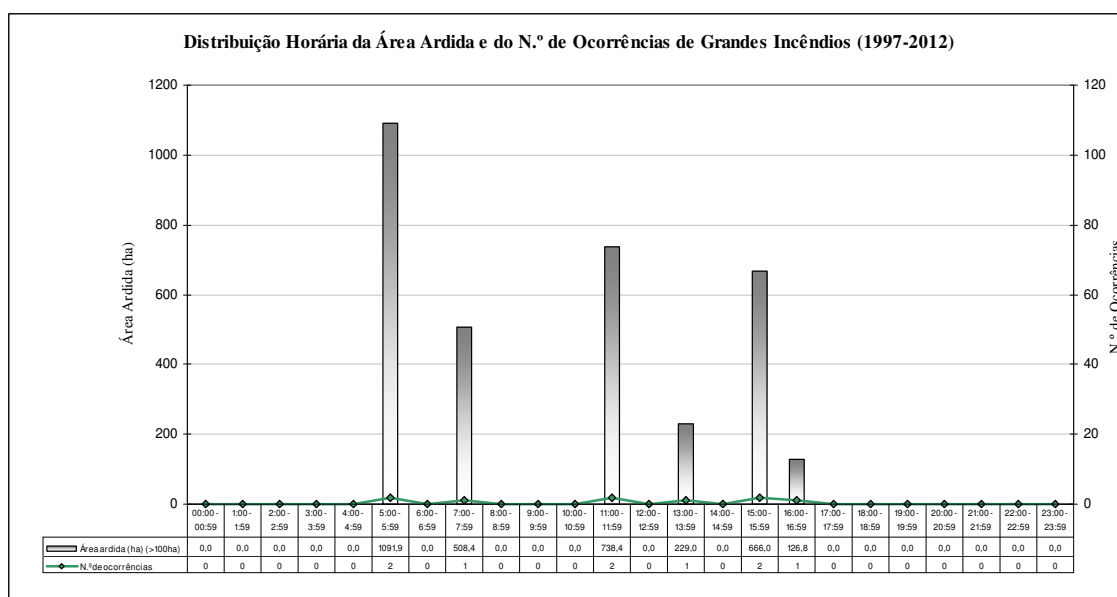


Figura 18: Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1997-2012)
 Fonte: <http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>

*Caderno II – **PLANO DE ACÇÃO***

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A floresta, pela diversidade e natureza dos bens e serviços que proporciona, é reconhecida como um recurso natural renovável, essencial à manutenção de todas as formas de vida, cabendo a todos os cidadãos a responsabilidade de a conservar e proteger (alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto).

Segundo a Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (n.º 2 do artigo 7.º), o **sistema de gestão territorial** organiza-se, num quadro de interacção coordenada, em três âmbitos distintos:

- o âmbito nacional, que define o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, estabelecendo as directrizes a considerar no ordenamento regional e municipal e a compatibilização entre os diversos instrumentos de política sectorial com incidência territorial;

- o âmbito regional, que define o quadro regional para o ordenamento do espaço regional em estreita articulação com as políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, estabelecendo as directrizes orientadoras do ordenamento municipal;

- o âmbito municipal, que define, de acordo com as directrizes de âmbito nacional e regional e com opções próprias de desenvolvimento estratégico, o regime de uso do solo e a respectiva programação.

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, estabelece as medidas e acções estruturais e operacionais relativas à prevenção e protecção das florestas contra incêndios, a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios** (Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro). Segundo o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios prevê o conjunto de medidas e acções de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e protecção das florestas contra incêndios, nas vertentes da compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infra-estruturação, vigilância, detecção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no sector florestal.

Assegurando a consistência territorial de políticas, instrumentos, medidas e acções, o planeamento da defesa da floresta contra incêndios tem um nível nacional, distrital e municipal (n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

O planeamento nacional, através do PNDFCI, organiza o sistema, define a visão, a estratégia, eixos estratégicos, metas, objectivos e acções prioritárias (n.º 2 do artigo 7.º do

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

O planeamento distrital tem um enquadramento tático e caracteriza-se pela seriação e organização das acções e dos objectivos definidos no PNDFCI à escala distrital (n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

O planeamento municipal tem um carácter executivo e de programação operacional e deverá cumprir as orientações e prioridades distritais e locais, numa lógica de contribuição para o todo nacional (n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

O principal objectivo do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) é o de constituir uma ferramenta ao nível do concelho, que permita a implementação das disposições presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) sendo um instrumento operacional do planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas.

Para o cumprimento do disposto anteriormente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios deverá ser centrado nos eixos de actuação definidos no PNDFCI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, sendo eles:

- 1.º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo - Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5.º Eixo - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Os PMDFCI são elaborados pelas comissões municipais de defesa da floresta em consonância com o PNDFCI e com o respectivo planeamento distrital de defesa da floresta contra incêndios (n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

A elaboração, execução e actualização dos PMDFCI tem carácter obrigatório, devendo a câmara municipal consagrar a sua execução no âmbito do relatório anual de actividades (n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

2. ANÁLISE DO RISCO E DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS

2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M..

A elaboração do Mapa de Modelos de Combustíveis Florestais (Anexo I), não é mais do que uma adaptação da cartografia relativa à ocupação do solo (COS' 90), com recurso a atribuição de um modelo de combustível existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogêneas (Quadro 1).

Quadro 1: Descrição dos modelos de combustíveis florestais de acordo com o mapa de ocupação do solo

Ocupação do Solo	Modelo de Combustível	Descrição
Agricultura	Modelo 2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
Floresta	Modelo 9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por forma uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , etc. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.
Improdutivos	Modelo 4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
Incultos		
Superfícies Aquáticas	Modelo 0	Áreas sem vegetação.
Áreas Sociais	Modelo 1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.

A partir da sua análise (Anexo I), pode verificar-se que o modelo de combustível dominante no concelho é o modelo 9 (49 % da área total do concelho), ou seja, modelo de combustível do grupo manta morta. De salientar que cerca de 1,6 % da área total do concelho encontra-se classificada no modelo 0, ou seja, áreas sem vegetação.

2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

A cartografia de risco de incêndio florestal tem por objectivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como a optimização dos recursos e infra-estruturas disponíveis para a defesa e combate aos fogos florestais.

2.2.1. Perigosidade de incêndio florestal

O Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal (Anexo II) resulta de um modelo desenvolvido pelo Instituto Geográfico Português (metodologia SCRIF), recorrendo às variáveis fisiográficas que podem explicar de forma mais relevante a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal (SCRIF, 2012).

De acordo com o guia técnico para elaboração do PMDFCI, documento publicado pela AFN em Abril de 2012, este mapa cumpre o essencial da componente de perigosidade, isto é, **reflecte a componente estrutural do risco de incêndio**. A partir da sua análise constata-se que a maioria dos espaços do concelho apresenta classes de perigosidade elevada (47,6 % da área total do concelho).

2.2.2. Risco de incêndio florestal proposto para o PDM

A partir da cartografia anterior e de acordo com a reunião da CMDFCI em 18 de Dezembro de 2008, elaborou-se o Mapa de Risco de Incêndio Florestal proposto para o PDM (Anexo III) que inclui a proposta de ordenamento.

2.2.3. Risco de incêndio florestal

No seguimento do Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, uma vez que se optou pela utilização da metodologia SCRIF, o seu produto final só se pode considerar completo se, sobre esse mapa, produzir o Mapa de Risco de Incêndio Florestal (Anexo IV) multiplicando as variáveis do dano potencial (Figura 1), isto é, **este mapa contabiliza além do risco estrutural a vulnerabilidade e o valor económico**.

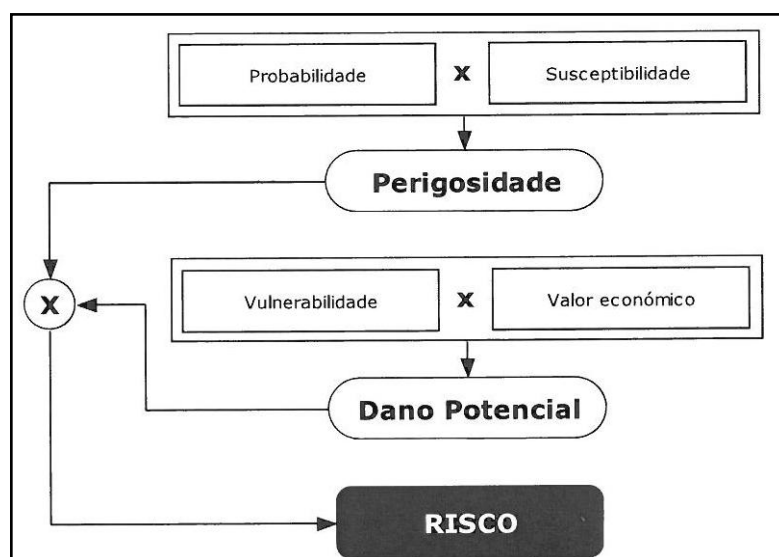


Figura 1: Componentes do modelo de risco
 Fonte: AFN, 2012.

A partir da sua análise (Anexo IV) constata-se que a maioria do concelho apresenta um risco muito elevado (49,8 % da área total do concelho).

Como facilmente se depreende esta cartografia tem tão só este objectivo, defesa da floresta, das pessoas e bens e mais nenhum outro.

2.3. PRIORIDADES DE DEFESA

O Mapa de Prioridades de Defesa (Anexo V) tem identificado as áreas com risco de incêndio florestal elevado e muito elevado que merecem especial atenção em termos de defesa da floresta contra incêndios, isto é, o objectivo deste mapa de prioridades de defesa é identificar claramente quais os elementos que interessa proteger, constituindo para esse fim prioridades de defesa.

3. OBJECTIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI

3.1. IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO CONCELHO

Com o intuito de cumprir o preconizado no PNDFCI, é necessário definir neste Plano um conjunto de objectivos e metas que assumam as directrizes da estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndios.

Esta definição de objectivos, de prioridades e de intervenções foram orientadas para responder de forma adequada às características do concelho de Tábua, nomeadamente no que diz respeito às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida.

A necessidade de classificar os concelhos do País em relação ao histórico de incêndios, e estratificar geograficamente o território de uma forma que se considera adequada para distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo, levou o ICNF, IP a definir uma tipificação do território, na qual se pondera o número de ocorrências e a área ardida pela área florestal dos respectivos concelhos. Esta classificação enquadra quatro tipologias, demarcadas de acordo com os limiares de “pouco” e “muito”, definidos pela mediana do conjunto (são utilizadas séries de 15 anos entre o período de 1990 - 2008) das ponderações do número de ocorrências e da área ardida em povoamentos e matos (a área florestal por concelho, utilizada na classificação desta tipologia, foi determinada recorrendo ao CORINE LAND COVER 2000 e agregando as áreas de classes de coberto do solo consideradas vulneráveis aos incêndios florestais). Deste modo, os municípios do território Continental podem ser divididos nas seguintes tipologias:

- Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1);
- Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2);
- Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3);
- Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4).

Assim, o concelho de Tábua enquadra-se na Tipologia T1, que corresponde a uma realidade histórica de poucas ocorrências e pouca área ardida.

3.2. OBJECTIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI

Os objectivos e metas definidos para o concelho de Tábua, apresentados no Quadro seguinte (Quadro 2), constituem uma tentativa de acompanhar metas e objectivos nacionais definidos no PNDFCI.

Quadro 2: Objectivos e metas definidos para o concelho de Tábua

Até 2015	Para além de 2015
Diminuição significativa do número de incêndios com áreas superiores a 1 ha.	Em 2017 verificar uma área ardida anual inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos.
Ausência de incêndios com áreas superiores a 100 ha.	
Redução da área ardida para menos de 10 ha/ano em 2015.	Eliminação até 2017 do número de incêndios activos com duração superior a 12 horas.
1.ª intervenção em menos de 10 minutos em 90 % das ocorrências.	
Ausência de tempos de intervenção superiores a 45 minutos.	Diminuição para menos de 0,5 % do número de reacendimentos.
Ausência de incêndios activos com duração superior a 24 horas.	
Redução do número de reacendimentos para menos de 1 % das ocorrências totais.	

O êxito dos objectivos e metas propostos está directamente relacionado com o alcance de aplicação que este PMDFCI consiga ter, e mais concretamente, com o grau de sucesso obtido nas actividades preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDFCI, apresentados nos próximos capítulos. De realçar neste âmbito, que a concretização das acções preconizadas neste Plano só será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1. AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Neste eixo de actuação é importante aplicar sistemas de gestão de combustível de forma a desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo.

É importante delinear uma linha de acção objectiva, tendo em conta os princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) de forma a diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as acções de pré-supressão e supressão.

Este eixo estratégico vai dar resposta ao n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infra-estruturas e onde se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível.

O **objectivo estratégico** para este eixo será o de promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas; e como **objectivos operacionais** proteger as zonas de interface urbano/floresta e implementar programa de redução de combustíveis.

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios

4.1.1.1. Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

O redesenho da paisagem através do estabelecimento de descontinuidades na estrutura das formações vegetais constitui uma das principais componentes da reestruturação dos espaços florestais, a par da alteração da composição e estrutura dos povoamentos ou do uso do solo (PROFPIN, 2006).

A alínea *n*) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2009, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, define como <<gestão de combustível>> a criação e manutenção da descontinuidade horizontal e vertical da carga de combustível nos espaços rurais, através da modificação ou da remoção parcial ou total da biomassa vegetal, nomeadamente por pastoreio, corte e ou remoção, empregando as técnicas mais recomendadas com a intensidade e frequência adequadas à satisfação dos objectivos dos espaços intervencionados.

O objectivo principal das **Faixas de Gestão de Combustível** (FGC), é o de reduzir o perigo de incêndio, em que se pode actuar com a remoção parcial do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), à supressão da parte inferior das copas e à abertura dos

povoamentos - Faixa de Redução de Combustível (FRC); ou ainda pode-se proceder à remoção total do combustível - Faixa de Interrupção de Combustível (FIC).

As FGC, são as faixas de redes secundárias que vêm referidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, nomeadamente rede viária, linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica, edificações, aglomerados populacionais e parques industriais, em que a execução das mesmas é da responsabilidade das entidades gestoras.

Nas linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão e em alta tensão, foi delimitada uma faixa de gestão de combustível de 10 m para cada um dos lados do traçado das linhas. Nas linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em média tensão foi estabelecida uma faixa de gestão de combustível de 7 m para cada um dos lados do traçado das linhas.

Na rede viária de 1.ª e 2.ª ordem, providenciou-se a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 m.

As edificações integradas em espaços rurais, foram identificadas com o apoio da carta militar e ortofotomapa, delimitando-se uma faixa de protecção de 50 m em volta destas edificações. A execução destas faixas é da responsabilidade dos proprietários arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham os terrenos confinantes a estas edificações.

Os aglomerados populacionais foram definidos segundo a definição apresentada na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, em que se define como o conjunto de edifícios contíguos ou próximos, distanciados entre si no máximo 50 m e com 10 ou mais fogos, constituindo o seu perímetro a linha poligonal fechada que, englobando todos os edifícios, delimite a menor área possível. Estas áreas foram digitalizadas segundo apoio da carta militar e ortofotomapa, delimitando-se uma faixa de protecção de 100 m em volta da área dos aglomerados. A execução destas faixas é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham os terrenos inseridos na faixa referida, podendo a Câmara Municipal realizar os trabalhos se até ao dia 15 de Abril de cada ano estas não tenham sido executadas, com a faculdade de o município ressarcir-se da despesa efectuada (n.º 10 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

Os parques industriais também foram digitalizados conforme o anteriormente descrito e foi delimitada uma faixa de protecção de 100 m em volta destes. A responsabilidade da execução dos trabalhos recai sobre a entidade gestora, que em caso de incumprimento ocorrerá a mesma situação descrita no ponto anterior.

A alínea r) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2009, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, define como <<**mosaico de parcelas de gestão de combustível**>> o conjunto de parcelas do território no interior dos

compartimentos definidos pelas redes primária e secundária, estrategicamente localizadas, onde, através de acções de silvicultura, se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais, com o objectivo primordial de defesa da floresta contra incêndios.

Os Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC), considerados neste Plano foram os terrenos agrícolas, as superfícies aquáticas, as áreas sociais e as áreas aridas dos 2 últimos anos. Para além destes mosaicos, e no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), Subprograma 2. Sustentabilidade do Espaço Rural, Medida 2.3. Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal, Acção 2.3.1. Minimização de Riscos e Sub-acção 2.3.1.1. Defesa da Floresta contra Incêndios foram delimitados mosaicos de parcelas com o objectivo primordial de defesa da floresta contra incêndios dos espaços florestais das zonas de intervenção florestal (ZIF).

O resultado do levantamento das redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível no concelho de Tábua pode ser visualizado nos Anexos VI e VII.

A partir da análise do Anexo VI, a área ocupada por FGC e MPGC, no concelho de Tábua é de 13.333,94 ha (67 % da área total do concelho), em que se torne necessário proceder à gestão de combustível de forma a diminuir o risco de incêndio.

4.1.1.2. Rede viária florestal

A protecção e luta contra incêndios exigem que os povoamentos florestais estejam equipados com uma rede viária apta e segura, prosseguindo os seguintes objectivos: a circulação de patrulhas móveis, encarregadas da vigilância dos povoamentos e do ataque inicial de pequenos incêndios; o acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndios; a constituição de uma linha de defesa, sobre a qual os veículos de combate poderão tomar posição, para combater um incêndio de maiores dimensões; o acesso a pontos de água (Silva, 2002).

A partir das suas características, a rede viária florestal (RVF) foi classificada como: rede viária florestal de 1.ª ordem (Plano Rodoviário Nacional); rede viária florestal de 2.ª ordem (Rede de Estradas Municipais) e rede viária florestal complementar (Caminhos Florestais) (ICNF, 2012) que estão representadas no Anexo VIII.

O Anexo VIII, apresenta a distribuição da rede viária florestal e informa que o concelho de Tábua apresenta 1.398,95 km de rede viária florestal, nomeadamente 76,26 km de rede viária florestal de 1.ª ordem; 217,52 km de rede viária florestal de 2.ª ordem e 1.105,17 km de rede viária florestal complementar.

4.1.1.3. Rede de pontos de água

A rede de pontos de água (RPA), é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água (Botelho, 2001).

As estruturas de armazenamento de água (cisternas) podem ser fixas (tanques de alvenaria ou betão e reservatórios metálicos (enterrados ou não), piscinas, poços, etc.) ou móveis (cisternas em metal ou tecido impermeável).

Os planos de água são naturais (lagos, rios e outros cursos de água, estuários, oceano) ou artificiais (albufeiras, açudes, canais de rega, charcas escavadas) (CNR, 2005).

As tomadas de água podem estar ligadas em redes públicas de abastecimento de água potável, a redes privadas de rega ou a pontos de água existentes no próprio maciço.

O sucesso das operações de combate aos incêndios depende, em grande parte, da existência de pontos de água operacionais e com boas condições de acesso, tanto para meios aéreos como terrestres.

No concelho de Tábua fez-se um levantamento de 30 pontos de água (10 aéreos, 9 mistos e 11 terrestres) como se pode observar a distribuição dos pontos de água no Anexo IX.

4.1.2. Planeamento das Acções

4.1.2.1. Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

No âmbito do Plano foram delimitadas áreas por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível para 2013 - 2017.

No que se refere aos meios de execução das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, estas deverão ser, na sua maioria, intervencionadas, no que se refere à gestão de combustíveis, pelos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades, que no concelho de Tábua serão a REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., EDP Distribuição - Energia, S. A., EP - Estradas de Portugal, S. A., Câmara Municipal de Tábua e CAULE - Associação Florestal da Beira Serra.

A calendarização das intervenções na rede secundária de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível por freguesia para 2013 - 2017 e respectivas áreas estão discriminadas no Quadro 3.

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Ázere	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		4,64	0	4,64	0	4,64	4,64	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	14,25	0	14,25	6,44	7,81	0	7,81	7,81	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	71,38	71,38	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			90,27	71,38	18,89	6,44	12,45	4,64	7,81	7,81	0	0	0
Candosa	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	38,84	0	38,84	9,94	28,90	9,48	19,42	9,94	9,48	9,48	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	6,91	0	6,91	1,66	5,25	0	5,25	5,25	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		3,14	0	3,14	0	3,14	3,14	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	9,02	0	9,02	6,89	2,13	0	2,13	2,13	0	0	0
			CM de Tábua	15,97	10,05	5,92	0	5,92	2,40	3,52	3,52	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			73,88	10,05	63,83	18,49	45,34	15,02	30,32	20,84	9	9	0

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Carapinha	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	3,76	0	3,76	0	3,76	0	3,76	3,76	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	11,13	4,18	6,95	0	6,95	6,95	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			14,89	4,18	10,71	0	10,71	6,95	3,76	3,76	0	0	0
Covas	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	41,66	0	41,66	20,83	20,83	0	20,83	20,83	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	26,84	9,38	17,46	8,08	9,38	0	9,38	0	9,38	9,38	0
	10	Linhas eléctricas de MT		10,98	5,31	5,67	0	5,67	0,36	5,31	0	5,31	5,31	0
	4	Rede viária florestal	EP	3,33	0	3,33	0	3,33	0	3,33	3,33	0	0	0
			CM de Tábua	10,07	0,84	9,23	0	9,23	9,23	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	35,59	35,59	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			128,47	51,12	77,35	28,91	48,44	9,59	38,85	24,16	14,69	14,69	0

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Covelo	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	50,06	0	50,06	25,03	25,03	0	25,03	25,03	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	3,36	0	3,36	0	3,36	0	3,36	3,36	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	10,77	0	10,77	10,77	0	0	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			64,19	0	64,19	35,80	28,39	0	28,39	28,39	0	0	0
Espariz	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	61,18	9,48	51,70	13,90	37,80	11,95	25,85	13,90	11,95	11,95	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	8,91	0	8,91	0	8,91	0	8,91	8,91	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	12,81	0	12,81	0	12,81	6,12	6,69	1,17	5,52	5,52	0
			CM de Tábua	5,48	0	5,48	0,11	5,37	0	5,37	5,37	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	28,10	0	28,10	28,10	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			116,48	9,48	107,00	42,11	64,89	18,07	46,82	29,35	17,47	17,47	0

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Meda de Mouros	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	41,47	8,61	32,86	0	32,86	16,43	16,43	0	16,43	16,43	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		4,95	0	4,95	0	4,95	0	4,95	4,95	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	4,27	0	4,27	4,27	0	0	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	122,37	0	122,37	122,37	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			173,06	8,61	164,45	126,64	37,81	16,43	21,38	4,95	16,43	16,43	0
Midões	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	4,29	0	4,29	4,29	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		2,40	0	2,40	0	2,40	2,40	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	5,10	5,10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	9,54	6,91	2,63	0	2,63	2,63	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	26,88	26,88	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			48,21	38,89	9,32	4,29	5,03	5,03	0	0	0	0	0

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Mouronho	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		0,08	0	0,08	0	0,08	0	0,08	0,08	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	22,02	12,04	9,98	0	9,98	9,98	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	4,07	0	4,07	4,07	0	0	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	194,01	40,12	153,89	42,61	111,28	111,28	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			220,18	52,16	168,02	46,68	121,34	121,26	0,08	0,08	0	0	0
Pinheiro de Coja	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	54,16	10,84	43,32	0	43,32	21,66	21,66	0	21,66	21,66	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		3,94	0	3,94	0	3,94	0	3,94	3,94	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	5,05	1,29	3,76	0	3,76	0,02	3,74	3,74	0	0	0
			CM de Tábua	12,56	0	12,56	5,91	6,65	0	6,65	0	6,65	6,65	0
	11	MPGC	CAULE	60,33	60,31	0,02	0,02	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			136,04	72,44	63,60	5,93	57,67	21,68	35,99	7,68	28,31	28,31	0

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Póvoa de Midões	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	4,24	0	4,24	4,24	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	10,47	1,99	8,48	0	8,48	8,48	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	47,44	47,44	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			62,15	49,43	12,72	4,24	8,48	8,48	0	0	0	0	0
São João da Boa Vista	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	44,39	1,47	42,92	0,88	42,04	20,58	21,46	0,88	20,58	20,58	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	4,61	0	4,61	0	4,61	0	4,61	4,61	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		8,39	0	8,39	1,25	7,14	7,14	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	4,09	0	4,09	2,38	1,71	0	1,71	1,71	0	0	0
			CM de Tábua	14,76	0	14,76	0	14,76	0	14,76	6,83	7,93	7,93	0
	11	MPGC	CAULE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			76,24	1,47	74,77	4,51	70,26	27,72	42,54	14,03	28,51	28,51	0

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Sinde	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	55,36	0	55,36	27,68	27,68	0	27,68	27,68	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	3,59	0	3,59	0	3,59	0	3,59	3,59	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	3,46	0	3,46	0	3,46	0	3,46	0	3,46	3,46	0
			CM de Tábua	0,07	0	0,07	0,07	0	0	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	111,47	0	111,47	64,77	46,70	46,70	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			173,95	0	173,95	92,52	81,43	46,70	34,73	31,27	3,46	3,46	0
Tábua	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		12,68	0	12,68	1,53	11,15	11,15	0	0	0	0	0
	4	Rede viária florestal	EP	24,91	0	24,91	19,64	5,27	0	5,27	0	0	5,27	0
			CM de Tábua	25,62	13,89	11,73	0	11,73	6,93	4,80	2,94	1,86	1,86	0
	11	MPGC	CAULE	42,44	42,44	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			105,65	56,33	49,32	21,17	28,15	18,08	10,07	2,94	1,86	7,13	0

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Quadro 3: Intervenção na rede secundária de FGC, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)														
Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total da FGC/MPGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					2013		2014		2015		2016		2017	
					Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção	Área c/ intervenção	Área s/ intervenção
Vila Nova de Oliveirinha	7	Linhas eléctricas de MAT	REN	40,32	0	40,32	20,16	20,16	0	20,16	20,16	0	0	0
	13	Linhas eléctricas de AT	EDP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Linhas eléctricas de MT		5,00	2,50	2,50	0	2,50	0	2,50	0	2,50	2,50	0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM de Tábua	4,38	0	4,38	0	4,38	4,38	0	0	0	0	0
	11	MPGC	CAULE	19,65	19,65	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	sub-total (ha)			69,35	22,15	47,20	20,16	27,04	4,38	22,66	20,16	2,50	2,50	0
Total 7				427,44	30,40	397,04	118,42	278,62	80,10	198,52	118,42	80,10	80,10	0
Total 13				66,51	9,38	57,13	18,27	38,86	0	38,86	29,48	9,38	9,38	0
Total 10				56,20	7,81	48,39	2,78	45,61	28,83	16,78	8,97	7,81	7,81	0
Total 4				100,92	22,61	80,81	28,91	51,90	23,07	28,83	12,08	11,48	16,75	0
				142,28	33,68	108,60	31,64	76,96	34,05	42,91	26,47	16,44	16,44	0
Total 11				759,66	343,81	415,85	257,87	157,98	157,98	0	0	0	0	0
TOTAL FGC E MPGC (ha)				1553,01	447,69	1105,32	457,89	647,43	324,03	323,40	195,42	122,71	127,98	0

4.1.2.2. Rede viária florestal

Considerando que o desenvolvimento do planeamento das acções depende de um levantamento exaustivo e de um efectivo trabalho de campo com a colaboração das juntas de freguesia, os valores estimados e apresentados no Quadro 4 são de 20 % da extensão total por freguesia.

Pela elevada densidade de rede viária que caracteriza o concelho, conclui-se que não é necessária qualquer construção, sendo antes essencial assegurar a beneficiação e a manutenção da rede viária existente. Assim, entre 2013 - 2017 deverá proceder-se à sua beneficiação com regularização de piso e alargamento se necessário, pois deverá ter-se em consideração que estas vias deverão ter largura suficiente para permitirem a passagem de auto - tanque.

Quadro 4: Intervenção na rede viária florestal, por freguesia para 2013 - 2017

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento total (m)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (m)									
			2013		2014		2015		2016		2017	
			Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)
Ázere	Complementar	59.921,3	11.984,3	47.937,0	11.984,3	35.952,8	11.984,3	23.968,5	11.984,3	11.984,3	11.984,3	-
Candosa	Complementar	65.272,2	13.054,4	52.217,7	13.054,4	39.163,3	13.054,4	26.108,9	13.054,4	13.054,4	13.054,4	-
Carapinha	Complementar	44.431,2	8.886,2	35.545,0	8.886,2	26.658,7	8.886,2	17.772,5	8.886,2	8.886,2	8.886,2	-
Covas	Complementar	111.954,3	22.390,9	89.563,5	22.390,9	67.172,6	22.390,9	44.781,7	22.390,9	22.390,9	22.390,9	-
Covelo	Complementar	58.323,2	11.664,7	46.658,6	11.664,7	34.993,9	11.664,7	23.329,3	11.664,7	11.664,6	11.664,7	-
Espariz	Complementar	52.462,7	10.492,5	41.970,1	10.492,5	31.477,6	10.492,5	20.985,1	10.492,5	10.492,6	10.492,5	-
Meda de Mouros	Complementar	51.719,2	10.343,8	41.375,3	10.343,8	31.031,5	10.343,8	20.687,7	10.343,8	10.343,8	10.343,8	-
Midões	Complementar	108.787,9	21.757,6	87.030,3	21.757,6	65.272,7	21.757,6	43.515,2	21.757,6	21.757,6	21.757,6	-
Mouronho	Complementar	152.773,7	30.554,7	122.219,0	30.554,7	91.664,2	30.554,7	61.109,5	30.554,7	30.554,7	30.554,7	-
Pinheiro de Coja	Complementar	70.510,0	14.102,0	56.408,0	14.102,0	42.306,0	14.102,0	28.204,0	14.102,0	14.102,0	14.102,0	-
Póvoa de Midões	Complementar	43.163,6	8.632,7	34.530,9	8.632,7	25.898,2	8.632,7	17.265,5	8.632,7	8.632,7	8.632,7	-
São João da Boa Vista	Complementar	61.052,8	12.210,6	48.842,2	12.210,6	36.631,7	12.210,6	24.421,1	12.210,6	12.210,5	12.210,6	-
Sinde	Complementar	72.724,7	14.544,9	58.179,8	14.544,9	43.634,8	14.544,9	29.089,9	14.544,9	14.544,9	14.544,9	-
Tábua	Complementar	118.952,7	23.790,5	95.162,2	23.790,5	71.371,6	23.790,5	47.581,1	23.790,5	23.790,6	23.790,5	-
Vila Nova de Oliveirinha	Complementar	29.574,3	5.914,9	23.659,5	5.914,9	17.744,6	5.914,9	11.829,7	5.914,9	5.914,9	5.914,9	-
Total		1.101.623,8	220.324,8	881.299,0	220.324,8	660.974,2	220.324,8	440.649,5	220.324,8	220.324,7	220.324,8	-

4.1.2.3. Rede de pontos de água

Considerando que o desenvolvimento do planeamento das acções depende de um levantamento exaustivo e de um efectivo trabalho de campo com a colaboração das juntas de freguesia, apresenta-se uma estimativa no Quadro 5.

Quadro 5: Intervenção na rede de pontos de água, por freguesia para 2013 - 2017

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo PA	Volume máximo (m³)	Tipo de intervenção				
					(C-Construção / M-Manutenção)				
					2013	2014	2015	2016	2017
Covas	22	115	Outros	32	M	-	-	-	-
	23	114	Tanque de rega	48	-	M	-	-	-
	24	214	Charca	200	-	-	-	M	-
	Sub-total		3	280					
Covelo	16	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	Sub-total		1	1.000					
Meda de Mouros	11	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	12	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	13	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	Sub-total		3	3.000					
Midões	5	214	Charca	200	M	-	-	-	-
	25	114	Tanque de rega	105	-	M	-	-	-
	26	214	Charca	200	-	-	M	-	-
	27	114	Tanque de rega	23	-	-	-	M	-
	28	214	Charca	200	-	-	-	-	M
	29	214	Charca	200	-	-	-	-	-
	30	114	Tanque de rega	400	-	-	-	-	-
	Sub-total		7	1.328					
Mouronho	9	113	Piscina	180	-	-	-	-	-
	10	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	14	214	Charca	200	-	-	-	-	-
	15	214	Charca	200	-	-	-	-	-
	Sub-total		4	1.580					
Pinheiro de Coja	8	214	Charca	200	-	-	-	-	-
	Sub-total		1	200					
Póvoa de Midões	2	214	Charca	200	-	M	-	-	-
	3	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	4	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	Sub-total		3	2.200					
São João da Boa Vista	6	114	Tanque de rega	23	M	-	-	-	-
	7	114	Tanque de rega	23	-	-	M	-	-
	20	214	Charca	200	-	-	-	M	-
	Sub-total		3	246					

Quadro 5: Intervenção na rede de pontos de água, por freguesia para 2013 - 2017 (Cont.)

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo PA	Volume máximo (m ³)	Tipo de intervenção				
					(C-Construção / M-Manutenção)				
					2013	2014	2015	2016	2017
Tábua	1	222	Rio	1.000	-	-	-	-	-
	17	113	Piscina	500	-	-	-	-	-
	18	115	Outros	48	-	-	-	-	-
	19	214	Charca	200	-	-	-	-	-
	21	113	Piscina	40	-	-	-	-	-
Sub-total			5	1.788					
TOTAL			30	11.622					

4.1.2.4. Síntese das acções

No âmbito das intervenções preconizadas e com o objectivo de facilitar a operacionalidade das intervenções a realizar no concelho, apresenta-se em síntese com a identificação das intervenções a realizar anualmente, em 2013 (Anexo X), 2014 (Anexo XI), 2015 (Anexo XII), 2016 (Anexo XIII), 2017 (Anexo XIV) e 2013 - 2017 (Anexo XV).

4.1.2.5. Metas e indicadores

O aumento da resiliência do território aos incêndios florestais constitui um objectivo primordial no âmbito da DFCL, que exige a definição rigorosa das metas a implementar durante a vigência do PMDFCL. Para tal, recorreu-se à definição das metas e indicadores, o que torna possível não só planificar a actividade da CMDF nas acções preventivas para aumento da resiliência do território, como também facilitar a monitorização da operacionalização das diferentes acções.

No Quadro 6 apresenta-se o programa operacional das acções previstas para 2013 - 2017.

Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Quadro 6: Metas e Indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais								
Freguesia	Acção	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				2013	2014	2015	2016	2017
Ázere	Implementação							
	FGC - MAT	0	Meios manuais e mecânicos	-	-	-	-	-
	FGC - AT	0		-	-	-	-	-
	FGC - MT	4,64		-	-	4,64	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	14,25		-	6,44	-	7,81	-
	MPGC	71,38		71,38	-	-	-	-
	Total (ha)	90,27						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	59.921,25	Meios mecânicos	11.984,25	11.984,25	11.984,25	11.984,25	11.984,25
	Total (m)	59.921,25						
Candosa	Implementação							
	FGC - MAT	38,84	Meios manuais e mecânicos	-	9,94	9,48	9,94	9,48
	FGC - AT	6,91		-	1,66	-	5,25	-
	FGC - MT	3,14		-	-	3,14	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	9,02		-	6,89	-	2,13	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	15,97		10,05	-	2,40	3,52	-
	MPGC	0		-	-	-	-	-
	Total (ha)	73,88						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	65.272,18	Meios mecânicos	13.054,44	13.054,44	13.054,44	13.054,44	13.054,44
	Total (m)	65.272,18						
Carapinha	Implementação							
	FGC - MAT	0	Meios manuais e mecânicos	-	-	-	-	-
	FGC - AT	3,76		-	-	-	3,76	-
	FGC - MT	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	11,13		4,18	-	6,95	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	0		-	-	-	-	-
	MPGC	0		-	-	-	-	-
	Total (ha)	14,89						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	44.431,20	Meios mecânicos	8.886,24	8.886,24	8.886,24	8.886,24	8.886,24
	Total (m)	44.431,20						

Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)

Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)								
Freguesia	Acção	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				2013	2014	2015	2016	2017
Covas	Implementação							
	FGC - MAT	41,66	Meios manuais e mecânicos	-	20,83	-	20,83	-
	FGC - AT	26,84		9,38	8,08	-	-	9,38
	FGC - MT	10,98		5,31	-	0,36	-	5,31
	FGC - RVF 1.ª Ordem	3,33		-	-	-	3,33	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	10,07		0,84	-	9,23	-	-
	MPGC	35,59		35,59	-	-	-	-
	Total (ha)	128,47						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	111.954,34	Meios mecânicos	22.390,87	22.390,87	22.390,87	22.390,87	22.390,87
	Total (m)	111.954,34						
Pontos de água	3	-	1	1	-	1		
Total	3							
Covelo	Implementação							
	FGC - MAT	50,06	Meios manuais e mecânicos	-	25,03	-	25,03	-
	FGC - AT	3,36		-	-	-	3,36	-
	FGC - MT	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	10,77		-	10,77	-	-	-
	MPGC	0		-	-	-	-	-
	Total (ha)	64,19						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	58.323,24	Meios mecânicos	11.664,65	11.664,65	11.664,65	11.664,65	11.664,65
	Total (m)	58.323,24						
Espariz	Implementação							
	FGC - MAT	61,18	Meios manuais e mecânicos	9,48	13,90	11,95	13,90	11,95
	FGC - AT	8,91		-	-	-	8,91	-
	FGC - MT	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	12,81		-	-	6,12	1,17	5,52
	FGC - RVF 2.ª Ordem	5,48		-	0,11	-	5,37	-
	MPGC	28,10		-	28,10	-	-	-
	Total (ha)	116,48						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	52.462,67	Meios mecânicos	10.492,53	10.492,53	10.492,53	10.492,53	10.492,53
	Total (m)	52.462,67						

Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)

Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)									
Freguesia	Acção	Total	Metas	Indicadores mensuráveis					
				2013	2014	2015	2016	2017	
Meda de Mouros	Implementação								
	FGC - MAT	41,47	Meios manuais e mecânicos	8,61	-	16,43	-	16,43	
	FGC - AT	0		-	-	-	-	-	
	FGC - MT	4,95		-	-	-	4,95	-	
	FGC - RVF 1.ª Ordem	0		-	-	-	-	-	
	FGC - RVF 2.ª Ordem	4,27		-	4,27	-	-	-	
	MPGC	122,37		-	122,37	-	-	-	
	Total (ha)	173,06							
	Manutenção								
	RVF - Complementar	51.719,16	Meios mecânicos	10.343,83	10.343,83	10.343,83	10.343,83	10.343,83	
Total (m)	51.719,16								
Midões	Implementação								
	FGC - MAT	0	Meios manuais e mecânicos	-	-	-	-	-	
	FGC - AT	4,29		-	4,29	-	-	-	
	FGC - MT	2,40		-	-	2,40	-	-	
	FGC - RVF 1.ª Ordem	5,10		5,10	-	-	-	-	
	FGC - RVF 2.ª Ordem	9,54		6,91	-	2,63	-	-	
	MPGC	26,88		26,88	-	-	-	-	
	Total (ha)	48,21							
	Manutenção								
	RVF - Complementar	108.787,89	Meios mecânicos	21.757,58	21.757,58	21.757,58	21.757,58	21.757,58	
Total (m)	108.787,89								
	Pontos de água	5	-	1	1	1	1	1	
	Total	5							
	Mouronho	Implementação							
		FGC - MAT	0	Meios manuais e mecânicos	-	-	-	-	-
		FGC - AT	0		-	-	-	-	-
FGC - MT		0,08	-		-	-	0,08	-	
FGC - RVF 1.ª Ordem		22,02	12,04		-	9,98	-	-	
FGC - RVF 2.ª Ordem		4,07	-		4,07	-	-	-	
MPGC		194,01	40,12		42,61	111,28	-	-	
Total (ha)		220,18							
Manutenção									
RVF - Complementar		152.773,69	Meios mecânicos	30.554,74	30.554,74	30.554,74	30.554,74	30.554,74	
Total (m)	152.773,69								

Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)

Quadro 6. Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)								
Freguesia	Acção	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				2013	2014	2015	2016	2017
Pinheiro de Coja	Implementação							
	FGC - MAT	54,16	Meios manuais e mecânicos	10,84	-	21,66	-	21,66
	FGC - AT	0		-	-	-	-	-
	FGC - MT	3,94		-	-	-	3,94	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	5,05		1,29	-	0,02	3,74	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	12,56		-	5,91	-	-	6,65
	MPGC	60,33		60,31	0,02	-	-	-
	Total (ha)	136,04						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	70.509,96	Meios mecânicos	14.101,99	14.101,99	14.101,99	14.101,99	14.101,99
Total (m)	70.509,96							
Póvoa de Midões	Implementação							
	FGC - MAT	0	Meios manuais e mecânicos	-	-	-	-	-
	FGC - AT	4,24		-	4,24	-	-	-
	FGC - MT	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	10,47		1,99	-	8,48	-	-
	MPGC	47,44		47,44	-	-	-	-
	Total (ha)	62,15						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	43.163,64	Meios mecânicos	8.632,73	8.632,73	8.632,73	8.632,73	8.632,73
Total (m)	43.163,64							
São João da Boa Vista	Pontos de água	1	-	-	1	-	-	-
	Total	1						
	Implementação							
	FGC - MAT	44,39	Meios manuais e mecânicos	1,47	0,88	20,58	0,88	20,58
	FGC - AT	4,61		-	-	-	4,61	-
	FGC - MT	8,39		-	1,25	7,14	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	4,09		-	2,38	-	1,71	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	14,76		-	-	-	6,83	7,93
	MPGC	0		-	-	-	-	-
	Total (ha)	76,24						
Manutenção								
RVF - Complementar	61.052,78	Meios mecânicos	12.210,56	12.210,56	12.210,56	12.210,56	12.210,56	
Total (m)	61.052,78							
Pontos de água	3	-	1	-	1	1	-	
Total	3							

Quadro 6: Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)

Quadro 6. Metas e indicadores – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)								
Freguesia	Acção	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				2013	2014	2015	2016	2017
Sinde	Implementação							
	FGC - MAT	55,36	Meios manuais e mecânicos	-	27,68	-	27,68	-
	FGC - AT	3,59		-	-	-	3,59	-
	FGC - MT	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem	3,46		-	-	-	-	3,46
	FGC - RVF 2.ª Ordem	0,07		-	0,07	-	-	-
	MPGC	111,47		-	64,77	46,70	-	-
	Total (ha)	173,95						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	72.724,70	Meios mecânicos	14.544,94	14.544,94	14.544,94	14.544,94	14.544,94
	Total (m)	72.724,70						
Tábua	Implementação							
	FGC - MAT	0	Meios manuais e mecânicos	-	-	-	-	-
	FGC - AT	0		-	-	-	-	-
	FGC - MT	12,68		-	1,53	11,15	-	-
	FGC - RVf 1.ª Ordem	24,91		-	19,64	-	-	5,27
	FGC - RVF 2.ª Ordem	25,62		13,89	-	6,93	2,94	1,86
	MPGC	42,44		42,44	-	-	-	-
	Total (ha)	105,65						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	118.952,72	Meios mecânicos	23.790,54	23.790,54	23.790,54	23.790,54	23.790,54
	Total (m)	118.952,72						
Vila Nova de Oliveirinha	Implementação							
	FGC - MAT	40,32	Meios manuais e mecânicos	-	20,16	-	20,16	-
	FGC - AT	0		-	-	-	-	-
	FGC - MT	5,00		2,50	-	-	-	2,50
	FGC - RVF 1.ª Ordem	0		-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem	4,38		-	-	4,38	-	-
	MPGC	19,65		19,65	-	-	-	-
	Total (ha)	69,35						
	Manutenção							
	RVF - Complementar	29.574,34	Meios mecânicos	5.914,87	5.914,87	5.914,87	5.914,87	5.914,87
	Total (m)	29.574,34						
Implementação								
Total FGC e MPGC (ha)		1.553,01						
Manutenção								
Total RVF (m)		1.101.623,76						
Total PA		12						

4.1.2.6. Estimativa de orçamento e responsáveis

No Quadro 7 apresenta-se a respectiva estimativa de orçamento e responsáveis.

Quadro 7: Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Quadro 7 - Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais								
Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamentos (€)				
				2013	2014	2015	2016	2017
Ázere	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	-	-	-	-
	FGC - AT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - MT		EDP	-	-	5.568,00	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	1.610,00	-	1.952,50	-
	MPGC		CAULE	85.656,00	-	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	8.388,98	8.388,98	8.388,98	8.388,98	8.388,98
	Candosa	Implementação						
FGC - MAT		Meios manuais e mecânicos	REN	-	11.928,00	11.376,00	11.928,00	11.376,00
FGC - AT			EDP	-	1.992,00	-	6.300,00	-
FGC - MT			EDP	-	-	3.768,00	-	-
FGC - RVF 1.ª Ordem			EP	-	8.268,00	-	2.556,00	-
FGC - RVF 2.ª Ordem			CM	2.512,50	-	600,00	880,00	-
MPGC			CAULE	-	-	-	-	-
Manutenção								
RVF - Complementar		Meios mecânicos	CM	9.138,11	9.138,11	9.138,11	9.138,11	9.138,11
Carapinha		Implementação						
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	-	-	-	-
	FGC - AT		EDP	-	-	-	4.512,00	-
	FGC - MT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	5.016,00	-	8.340,00	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	-	-	-	-
	MPGC		CAULE	-	-	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	6.220,37	6.220,37	6.220,37	6.220,37	6.220,37
	Covas	Implementação						
FGC - MAT		Meios manuais e mecânicos	REN	-	24.996,00	-	24.996,00	-
FGC - AT			EDP	11.256,00	9.696,00	-	-	11.256,00
FGC - MT			EDP	6.372,00	-	432,00	-	6.372,00
FGC - RVF 1.ª Ordem			EP	-	-	-	3.996,00	-
FGC - RVF 2.ª Ordem			CM	210,00	-	2.307,50	-	-
MPGC			CAULE	42.708,00	-	-	-	-
Manutenção								
RVF - Complementar		Meios mecânicos	CM	15.673,61	15.673,61	15.673,61	15.673,61	15.673,61
Pontos de água		-	CM	2.000,00	2.000,00	-	2.000,00	

Quadro 7: Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)

Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamentos (€)				
				2013	2014	2015	2016	2017
Covelo	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	30.036,00	-	30.036,00	-
	FGC - AT		EDP	-	-	-	4.032,00	-
	FGC - MT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	2.692,50	-	-	-
	MPGC		CAULE	-	-	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	8.165,26	8.165,26	8.165,26	8.165,26	8.165,26
Espariz	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	11.376,00	16.680,00	14.340,00	16.680,00	14.340,00
	FGC - AT		EDP	-	-	-	10.692,00	-
	FGC - MT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	-	7.344,00	1.404,00	6.624,00
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	27,50	-	1.342,50	-
	MPGC		CAULE	-	33.720,00	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	7.344,77	7.344,77	7.344,77	7.344,77	7.344,77
Meda de Mouros	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	10.332,00	-	19.716,00	-	19.716,00
	FGC - AT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - MT		EDP	-	-	-	5.940,00	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	1.067,50	-	-	-
	MPGC		CAULE	-	146.844,00	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	7.240,68	7.240,68	7.240,68	7.240,68	7.240,68
Midões	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	-	-	-	-
	FGC - AT		EDP	-	5.148,00	-	-	-
	FGC - MT		EDP	-	-	2.880,00	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	6.120,00	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	1.727,50	-	657,50	-	-
	MPGC		CAULE	32.256,00	-	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	15.230,31	15.230,31	15.230,31	15.230,31	15.230,31
	Pontos de água	-	CM	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00

Quadro 7: Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)

Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamentos (€)				
				2013	2014	2015	2016	2017
Mouronho	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	-	-	-	-
	FGC - AT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - MT		EDP	-	-	-	96,00	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	14.448,00	-	11.976,00	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	1.017,50	-	-	-
	MPGC		CAULE	48.144,00	51.132,00	133.536,00	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	21.388,32	21.388,32	21.388,32	21.388,32	21.388,32
Pinheiro de Coja	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	13.008,00	-	25.992,00	-	25.992,00
	FGC - AT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - MT		EDP	-	-	-	4.728,00	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	1.548,00	-	24,00	4.488,00	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	1.477,50	-	-	1.662,50
	MPGC		CAULE	72.372,00	24,00	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	9.871,39	9.871,39	9.871,39	9.871,39	9.871,39
Póvoa de Midões	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	-	-	-	-
	FGC - AT		EDP	-	5.088,00	-	-	-
	FGC - MT		EDP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	-	-	-	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	497,50	-	2.120,00	-	-
	MPGC		CAULE	56.928,00	-	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	6.042,91	6.042,91	6.042,91	6.042,91	6.042,91
Pontos de água	-	CM	-	2.000,00	-	-	-	
São João da Boa Vista	Implementação							
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	1.764,00	1.056,00	24.696,00	1.056,00	24.696,00
	FGC - AT		EDP	-	-	-	5.532,00	-
	FGC - MT		EDP	-	1.500,00	8.568,00	-	-
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	2.856,00	-	2.052,00	-
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	-	-	1.707,50	1.982,50
	MPGC		CAULE	-	-	-	-	-
	Manutenção							
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	8.547,39	8.547,39	8.547,39	8.547,39	8.547,39
Pontos de água	-	CM	2.000,00	-	2.000,00	2.000,00	-	

Quadro 7: Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (Cont.)

(Cont.)		Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamentos (€)				
						2013	2014	2015	2016	2017
Sinde	Implementação									
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	33.216,00	-	33.216,00	-		
	FGC - AT		EDP	-	-	-	4.308,00	-		
	FGC - MT		EDP	-	-	-	-	-		
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	-	-	-	4.152,00		
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	17,50	-	-	-		
	MPGC		CAULE	-	77.724,00	56.040,00	-	-		
	Manutenção									
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	10.181,46	10.181,46	10.181,46	10.181,46	10.181,46		
Tábua	Implementação									
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	-	-	-	-		
	FGC - AT		EDP	-	-	-	-	-		
	FGC - MT		EDP	-	1.836,00	13.380,00	-	-		
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	23.568,00	-	-	6.324,00		
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	3.472,50	-	1.732,50	735,00	465,00		
	MPGC		CAULE	50.928,00	-	-	-	-		
	Manutenção									
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	16.653,38	16.653,38	16.653,38	16.653,38	16.653,38		
Vila Nova de Oliveirinha	Implementação									
	FGC - MAT	Meios manuais e mecânicos	REN	-	24.192,00	-	24.192,00	-		
	FGC - AT		EDP	-	-	-	-	-		
	FGC - MT		EDP	3.000,00	-	-	-	3.000,00		
	FGC - RVF 1.ª Ordem		EP	-	-	-	-	-		
	FGC - RVF 2.ª Ordem		CM	-	-	1.095,00	-	-		
	MPGC		CAULE	23.580,00	-	-	-	-		
	Manutenção									
	RVF - Complementar	Meios mecânicos	CM	4.140,41	4.140,41	4.140,41	4.140,41	4.140,41		
Implementação										
Total FGC - MAT					36.480,00	142.104,00	96.120,00	142.104,00	96.120,00	
Total FGC - AT					11.256,00	21.924,00	0	35.376,00	11.256,00	
Total FGC - MT					9.372,00	3.336,00	34.596,00	10.764,00	9.372,00	
Total FGC - RVF 1.ª Ordem					27.132,00	34.692,00	27.684,00	14.496,00	17.100,00	
Total FGC - RVF 2.ª Ordem					8.420,00	7.910,00	8.512,50	6.617,50	4.110,00	
Total MPGC					412.572,00	309.444,00	189.576,00	0	0	
Manutenção										
Total RVF - 3.ª ordem					154.227,33	154.227,33	154.227,33	154.227,33	154.227,33	
Total PA					6.000,00	6.000,00	4.000,00	6.000,00	2.000,00	

4.2. REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, que tem como objectivo diminuir o risco de incêndio, tanto ao nível de controlo de ignições como ao nível de propagação. Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados por actividade humana, é neste sentido, e sobre os comportamentos relativos ao uso do fogo que a prevenção deverá incidir. Importa, portanto, identificar os grupos populacionais cuja actividade pode dar origem a ignições, de forma a se desenvolver acções específicas que conduzam à alteração de comportamentos de risco e, assim, à diminuição do número de incêndios.

É de extrema importância educar a população em geral, de forma a reconhecerem que a floresta é um bem comum a todos, com valor económico, social e ambiental com a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

4.2.1. Avaliação

4.2.1.1. Comportamentos de risco

A sensibilização da população assume um papel fundamental na estratégia de diminuição do número de ignições e de fomento do sentido de alerta.

Estas acções de sensibilização dos cidadãos para o risco de incêndio no Concelho de Tábua, tem como objectivo específico sensibilizar e envolver as populações na problemática dos incêndios florestais, reduzir o número de ignições, reduzir a área ardida e informar os cidadãos acerca das causas e consequências dos incêndios e legislação vigente.

Para iniciar um programa de sensibilização, identificou-se os comportamentos de risco, o impacto e danos para cada grupo alvo (Quadro 8).

4.2.1.2. Fiscalização

Para além da sensibilização, a prevenção passa obrigatoriamente por acções de fiscalização nas áreas em risco.

O quadro a seguir apresentado (Quadro 9) define o número de autos dos processos de contra-ordenações por freguesia para o ano de 2012, que se encontram em cumprimento e incumprimento, por tipologia de situações previstas na legislação.

Quadro 8: Comportamentos de risco

Quadro 6: Comportamentos de risco

CÓDIGO		DIAGNÓSTICO-RESUMO						
Grupo-alvo	Comportamento de risco				Impacto e danos			
	O quê?	Como?	Onde (freguesia / local)?	Quando?	N.º ocorrências	Área ardida (ha)	Danos	Custos
População em geral.	Realização de queima de sobrantes.	Sem respeitarem a legislação.	Carapinha	03-09-2012	1	207,64	-	-
			Póvoa de Midões	04-09-2012	1	884,30		
			Pinheiro de Coja	15-09-2012	1	2,86		
Comissões de festas	Lançamento de foguetes.	Sem respeitarem a legislação.	Em todo o concelho	-	-	-	-	-
Automobilista	Fumar.	Projecção de cigarros incandescentes.	Em todo o concelho.	-	-	-	-	-
Agricultor/Proprietário florestal	Realização de queima de sobrantes.	Sem respeitarem a legislação.	Em todo o concelho.	-	-	-	-	-
Pastor	Realização de queima de sobrantes.	Sem respeitarem a legislação.	Em todo o concelho.	-	-	-	-	-
Caçador	Realização de fogueiras.	Nas ZCM e ZCA.	Em todo o concelho.	-	-	-	-	-
População escolar	Diminuir a ocorrência de futuros comportamentos de risco.	Uso incorrecto do fogo.	Em todo o concelho.	-	-	-	-	-
Apicultor	Realização de fumigação.	Sem respeitarem a legislação.	Em todo o concelho.	-	-	-	-	-
Operadores de máquinas Agrícolas/Florestais.	Utilização de maquinaria	Lançamento de faíscas ou faúlhas, devido à ausência de dispositivos de retenção.	Em todo o concelho.	-	-	-	-	-

Quadro 9: Fiscalização - Processos de Contra-Ordenação

Quadro 3: Realização de Processos de Contra-Ofensa					
Ano	Freguesia	N.º de Autos		Cumprimento	Incumprimento
		Infração			
		alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro	n.º 2 do artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro		
2012	Ázere				
	Candosa		3	1	2
	Carapinha		1	1	
	Covas	1	2	3	
	Covelo				
	Espariz		2	2	
	Meda de Mouros				
	Midões		2	2	
	Mouronho	1	1	1	1
	Pinheiro de Coja				
	Póvoa de Midões				
	São João da Boa Vista	1	1	1	1
	Sinde		1	1	
	Tábua		3	2	1
	Vila Nova de Oliveirinha	1	1	2	
		4	17	16	5
Total		21		21	
		100%		76,19%	23,81%

4.2.2. Planeamento das Acções

4.2.2.1. Sensibilização

Tendo em conta que o presente plano integra as áreas administrativas de todas as freguesias **e porque contem os elementos e as consequentes decisões a elas associadas**, é fundamental o envolvimento, não só dos responsáveis pelas mesmas como também a promoção de sessões de esclarecimento às populações acerca da matéria em causa.

No Quadro 10 apresenta-se um calendário que inclui os tempos previstos para os contactos e encontros necessários para a monitorização do plano e ainda as acções de sensibilização que em cada caso se verifiquem necessárias.

4.2.2.2. Fiscalização

Para além da sensibilização relativamente às consequências que determinados comportamentos poderão ter nos espaços florestais, a prevenção passa obrigatoriamente por acções de fiscalização nas áreas em risco.

O quadro a seguir apresentado (Quadro 11) define áreas de actuação, grupo alvo, período de actuação, entidade responsável, meios envolvidos e as actividades a desenvolver em função dos comportamentos de risco presentes.

A fiscalização fica a cargo da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Câmara Municipal dividida em 2 fases, uma delas durante o período crítico e a outra fora do período crítico.

A fiscalização que será realizada dentro do período crítico terá uma maior incidência nas freguesias com maior número de ocorrências, sendo elas as freguesias de Covas, Pinheiro de Coja, Póvoa de Midões e Tábua.

Dentro deste período, também deverá ter-se em atenção, em centralizar esforços para uma maior fiscalização à terça-feira e sexta-feira, porque são estes os dias da semana que apresentam um maior número de ocorrências.

A fiscalização a realizar fora do período crítico, será uma fiscalização mais relacionada com a limpeza dos matos em redor das edificações isoladas e nos aglomerados populacionais, começando nas freguesias com maior risco de incêndio, sendo estas as de Mouronho, Carapinha, Covelo, Meda de Mouros e Pinheiro de Coja.

4.2.2.3. Metas e indicadores

O acompanhamento das **acções de sensibilização** exige, portanto, que se defina desde o início quais as metas para cada ano e para cada acção que se pretendem alcançar,

bem como definir indicadores de realização/impacto que permitirão avaliar o sucesso ou insucesso das iniciativas desenvolvidas (Quadro 12).

Nas **acções de fiscalização** tem que se definir desde o início quais as metas para cada ano e para cada acção que se pretendem alcançar, bem como definir indicadores de realização/impacto por ano (2013 - 2017) (Quadro 13).

4.2.2.4. Estimativa de orçamento e responsáveis

Outro aspecto muito importante a definir desde o início de qualquer **acção de sensibilização** é a estimativa de orçamento das acções propostas, em conformidade com os pressupostos de intervenção detalhados nas metas e indicadores por ano (2013 - 2017), indicando os responsáveis (Quadro 14).

Outro aspecto muito importante a definir desde o início de qualquer **acção de fiscalização** é a estimativa de orçamento das acções propostas, em conformidade com os pressupostos de intervenção detalhados nas metas e indicadores por ano (2013 - 2017), indicando os responsáveis (Quadro 15).

As acções de fiscalização a desenvolver no concelho de Tábua não representarão um encargo adicional para as diferentes entidades responsáveis pela sua realização (GNR, CMT e CAULE), uma vez que decorrerão no âmbito do normal cumprimento das suas competências, não estando prevista a necessidade de se adquirirem meios adicionais.

Quadro 10: Sensibilização da população

Freguesia	2013 - 2017																											
	J		F		M		A		M		J		J		A		S		O		N		D					
Ázere	X	X																										
Candosa			X	X																								
Carapinha					X	X																						
Covas																												
Covelo																												
Espariz																												
Meda de Mouros																												
Midões																												
Mouronho																												
Pinheiro de Coja																												
Póvoa de Midões																												
São João da Boa Vista																												
Sinde																												
Tábua																												
Vila Nova de Oliveirinha																												

Quadro 11: Fiscalização

Área de actuação	Grupo-alvo	Período de actuação	Entidade responsável	Meios envolvidos		Actividade desenvolvida
				Recursos humanos	Recursos materiais	
Concelho de Tábua	Proprietários de terrenos confinantes com edificações	Outubro a 15 de Abril	CMT	2	Viatura 4 x 4	Verificar se os proprietários de terrenos inseridos nas FGC se encontram a cumprir a legislação no que respeita ao controlo da vegetação.
	Comissões de festas e população em geral	Período crítico	GNR/SEPNA	4	Viatura 4 x 4	Fiscalizar o cumprimento da lei no que respeita à proibição do lançamento de foguetes durante o período crítico.
	Automobilista	Período crítico	GNR	-	-	Fiscalizar se os condutores não lançam cigarros para as bermas das estradas.
	Empresas florestais (necessidade de utilização de equipamento dotado de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés.	Período crítico	GNR	4	Viatura 4 x 4	Fiscalizar o cumprimento da lei no que respeita à obrigatoriedade de utilização de determinado equipamento.

Quadro 12: Metas e indicadores - Sensibilização

PROBLEMA DIAGNOSTICADO	ACÇÃO	METAS	INDICADORES				
			2013	2014	2015	2016	2017
Não cumprimento da obrigatoriedade de proceder à gestão de combustíveis os terrenos confinantes a edificações (artigo 15.º do DL n.º 124/2006).	Sensibilizar os proprietários de terrenos localizados em espaços rurais para a obrigatoriedade de proceder à gestão de combustíveis.	Os principais órgãos de comunicação social locais veiculam informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis. O sítio da Internet da CMT e os editais das juntas de freguesia divulgam a informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis.	100 % dos proprietários cumprem a legislação até 2017.				
Ocorrência de ignições na interface urbano-florestal.	Sensibilizar a população em geral para a necessidade de se evitarem comportamentos de risco.	O sítio da Internet da CMT e os editais das juntas de freguesia divulgam a informação relativa à necessidade de se evitarem comportamentos de risco.	Menos de 5 ignições anuais na interface urbano-florestal.				
Lançamento de foguetes em festas, locais durante o período crítico.	Alertar as comissões de festas para a proibição do lançamento de foguetes durante o período crítico (artigo 29.º do DL n.º 124/2006)	Todas as comissões de festas foram contactadas pela CMDFCI.	Ausência de casos de lançamento de foguetes durante o período crítico.				
Proiecção a partir de veículos em circulação de cigarros ainda incandescentes.	Realizar acções de divulgação e sensibilização direccionadas aos automobilistas.	Afixação de placards nas principais vias de circulação do concelho e colocação em bombas de combustível.	Não se verificar qualquer ignição provocada por automobilistas.				
Ocorrência de incêndios nos espaços rurais devido ao uso negligente de maquinaria agrícola, ao uso indevido de fogo e à projecção de cigarros mal apagados por parte dos proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores.	Alertar os proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores para a necessidade de se evitarem comportamentos de risco.	A CAULE contacta os seus associados anualmente para os alertar da necessidade de se evitarem comportamentos de risco.	Não se verificar qualquer ignição provocada por proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores.				
Possibilidade de no futuro a população adulta vir a adoptar comportamentos de risco ou negligentes.	Sensibilizar a população escolar.	No dia da árvore são realizadas acções de sensibilização, alertando para a importância dos espaços florestais e necessidade de se proteger a floresta contra os incêndios.	Até 2012 toda a população do ensino básico e preparatório participou em campanhas de sensibilização.				

Quadro 13: Metas e indicadores - Fiscalização

Concelho	Acção	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis				
				2013	2014	2015	2016	2017
Tábua	Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados urbanos e casas isoladas e avaliar os locais onde as necessárias intervenções não foram realizadas.	O programa operacional definido para as faixas secundárias de gestão de combustíveis encontra-se cumprido.	% de FGC em incumprimento (de acordo com a calendarização definida)	< 10 %	< 5 %	< 5 %	< 5 %	< 5 %
	Destacar elementos da GNR/SEPNA para os locais em festa, por forma a garantir que não são lançados foguetes nem balões com mecha acesa.	Entre 2013 e 2017, o uso de foguetes durante a época crítica é banido.	N.º de festas em que se verifica o lançamento de foguetes	< 3	0	0	0	0
	Fiscalizar o comportamento dos condutores no que se refere à projecção de cigarros.	A projecção de materiais incandescentes a partir de veículos em circulação encontra-se erradicada.	N.º de autuações	< 3	< 2	0	0	0
	Percorrer os espaços florestais durante a época crítica de modo a verificar se agricultores, proprietários florestais ou pastores se encontram a cumprir as recomendações divulgadas pelo GTF.	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos diariamente pelas brigadas de vigilância móvel.	Km/semana	350	350	350	350	350

Quadro 14: Estimativa de orçamento e responsáveis - Sensibilização

Concelho	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamentos (€)				
				2013	2014	2015	2016	2017
Tábua	Sensibilizar os proprietários de terrenos localizados em espaços rurais para a obrigatoriedade de proceder à gestão de combustíveis.	Os principais órgãos de comunicação social locais veiculam informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis.	CMT	1.250	1.250	1.250	1.250	1.250
		O sítio da Internet da CMT e os editais das juntas de freguesia divulgam a informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis.		200	200	200	200	200
		Sub-total			1.450	1.450	1.450	1.450
	Sensibilizar a população em geral para a necessidade de evitarem a queima de resíduos durante o período crítico e de outro tipo de comportamentos de risco.	Os principais órgãos de comunicação social locais veiculam informação relativa ao uso do fogo.	CMT	750	750	750	750	750
		O sítio da Internet da CMT e as juntas de freguesia divulgam a informação relativa ao uso do fogo.		200	200	200	200	200
		sub-total			950	950	950	950
	Alertar as comissões de festas para a proibição do lançamento de foguetes durante o período crítico (artigo 29.º do DL n.º 124/2006)	Todas as comissões de festas foram contactadas pela CMDFCI.	CMT	100	100	100	100	100
			Sub-total			100	100	100
	Alertar os proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores para a necessidade de se evitarem comportamentos de risco.	A CAULE contacta os seus associados anualmente para os alertar da necessidade de se evitarem comportamentos de risco.	CAULE	0 *	0 *	0 *	0 *	0 *
			Sub-total			0 *	0 *	0 *
	Sensibilizar a população escolar.	No dia da árvore são realizadas acções de sensibilização, alertando para a importância dos espaços florestais e necessidade de se proteger a floresta contra os incêndios.	CMT BVT BVVNO	200	200	200	200	200
			Sub-total			200	200	200
				Total	2700	2700	2700	2700

Legenda:

* As despesas com as deslocações de elementos pertencentes à CAULE enquadram-se no normal funcionamento daquele organismo.

CMT - Câmara Municipal de Tábua; **CAULE** - Associação Florestal da Beira Serra. **BVT** - Bombeiros Voluntários de Tábua; **BVVNO** - Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha.

Quadro 15: Estimativa de orçamento e responsáveis - Fiscalização

Concelho	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamentos (€)				
				2013	2014	2015	2016	2017
Tábua	Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados urbanos e casas isoladas e avaliar os locais onde as necessárias intervenções não foram realizadas.	O programa operacional definido para as faixas secundárias de gestão de combustíveis encontra-se cumprido.	CMT	0 *	0 *	0 *	0 *	0 *
	Destacar elementos da GNR/SEPNA para os locais em festa, por forma a garantir que não são lançados foguetes nem balões com mecha acesa.	Entre 2013 e 2017, o uso de foguetes durante a época crítica é banido.	GNR/SEPNA	0 *	0 *	0 *	0 *	0 *
	Fiscalizar o comportamento dos condutores no que se refere à projecção de cigarros.	A projecção de materiais incandescentes a partir de veículos em circulação encontra-se erradicada.	GNR	0 *	0 *	0 *	0 *	0 *
	Percorrer os espaços florestais durante a época crítica de modo a verificar se agricultores, proprietários florestais ou pastores se encontram a cumprir as recomendações divulgadas pelo GTF.	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos diariamente pelas brigadas de vigilância móvel.	GNR/SEPNA CAULE	0 *	0 *	0 *	0 *	0 *
Total				0 *	0 *	0 *	0 *	0 *

Legenda:

* As despesas com as deslocações de elementos pertencentes ao serviço de fiscalização enquadram-se no normal funcionamento daquele serviço municipal.

CMT - Câmara Municipal de Tábua; **GNR** - Guarda Nacional Republicana; **SEPNA** - Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente; **CAULE** - Associação Florestal da Beira Serra.

4.3. MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

A coordenação de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a detecção e extinção rápida dos fogos, evitando que os mesmos atinjam grandes proporções, tendo em conta as condições climáticas.

A organização prévia de todos os agentes e meios envolvidos, bem como as suas responsabilidades e competências, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

O **objectivo estratégico** deste eixo, é a articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1.^a intervenção, adequar a capacidade de 1.^a intervenção e melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Os **objectivos operacionais**, passam por estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado, estruturar o nível municipal de 1.^a intervenção, garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio e integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

4.3.1. Avaliação

4.3.1.1. Vigilância e detecção

A vigilância e detecção de incêndios é uma operação fundamental em qualquer sistema de DFCl, uma vez que possibilita a rápida detecção de incêndios e o seu combate numa fase inicial. Desta forma, diminui-se a probabilidade de um incêndio tomar proporções incontroláveis, o que se traduz na diminuição da área ardida e na redução dos meios de combate necessários para a sua supressão.

A organização do sistema de vigilância e detecção deve assentar na multiplicidade de fontes de vigilância. A complementaridade da vigilância fixa e da vigilância móvel é preponderante para assegurar uma cobertura efectiva da área do concelho.

No concelho de Tábua não existe nenhum posto de vigia que se insira na rede de postos de vigia. Contudo, existem quatro postos de vigia nos concelhos vizinhos que, devido à área que conseguem cobrir, são utilizados na detecção de incêndios no concelho de Tábua.

Os postos de vigia indicados no Quadro 16, são aqueles que têm visibilidade sobre a área do concelho de Tábua.

Quadro 16: Postos de vigia

Designação	Indicativo	Concelho	Coordenadas (Gauss Militar)		Altitude (m)
			X	Y	
Rabadão	41 - 05	Arganil	205996	355394	780
Carvalhal	41 - 06	Arganil	219507	365053	775
Catraia de S. Paio	41 - 07	Oliveira do Hospital	224420	375100	575
Fiais da Telha	45 - 05	Carregal do Sal	215450	387520	313

Fonte: SCRIF, 2012

O conjugação das bacias de visibilidade associadas a cada posto de vigia e locais estratégicos de estacionamento, está representada no Anexo XVI.

4.3.1.2. 1.ª intervenção

Como já se fez referência, o tempo de resposta dos meios de supressão de incêndios constitui um factor crítico no âmbito da DFCI. Para evitar que os incêndios assumam proporções de difícil controlo, os meios de primeira intervenção devem chegar rapidamente ao local.

A 1.ª intervenção nas várias secções do concelho, é da responsabilidade das equipas a que essas mesmas secções se encontram inerentes.

O potencial do tempo de chegada para a 1.ª intervenção (tempo entre o primeiro alerta e a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações), os locais estratégicos de estacionamento (LEE) e dos aquartelamentos das equipas com essa competência estão representados no Anexo XVII.

No Mapa n.º 16 (Anexo XVII) identifica-se o tempo estimado na deslocação das forças de socorro a partir dos quartéis do Corpo de Bombeiros Voluntários de Tábua e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha, podendo-se observar que toda a área do concelho poderá ser alvo de intervenção em menos de 20 minutos. A zona Sul do concelho é aquela onde os tempos de intervenção apresentam ser mais longos, principalmente na Carapinha (próximo dos 20 minutos).

De salientar que no Mapa n.º 16 foi considerada toda a rede viária do concelho, pelo que em caso de obstrução de vias por destroços, os tempos de intervenção poderão ser superiores ao previsto (PMEPCT, 2010).

4.3.1.3. Combate, rescaldo e vigilância pós - incêndio

O Combate de incêndios florestais é efectuado pelas duas Corporações de Bombeiros existentes no concelho, os Bombeiros Voluntários de Tábua e os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha, tendo em conta a área de intervenção de cada Corporação de Bombeiros.

O número de reacendimentos, por ano desde 2002 está indicado no Quadro 17.

Quadro 17: Número de reacendimentos, por ano desde 2002 - 2011

Ano	Número de reacendimentos
2002	3
2003	5
2004	1
2005	3
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	2
2011	1
Total	15

Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dpci>

Relativamente à distribuição anual do número de reacendimentos no período considerado de 2002 a 2011 (Quadro 17), verifica-se que a partir de 2006 o número de reacendimentos diminuiu.

4.3.2. Planeamento das Acções

4.3.2.1. Metas e indicadores

A necessidade de se promover a acção concentrada de todas as entidades com responsabilidades no desenvolvimento das acções de vigilância e detecção, 1.^a intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, exige que se defina de forma rigorosa todas as acções que deverão ser implementadas durante a vigência do PMDFCI, por forma a optimizar-se a eficiência do ataque e gestão dos incêndios.

Para tal, recorreu-se uma vez mais à definição de acções, metas e indicadores (Quadro 18), o que torna possível não só planificar a actividade da CMDF no que se refere ao esforço de melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios, como também facilitar o acompanhamento da operacionalização das diferentes acções.

4.3.2.2. Estimativa de orçamento e responsáveis

A identificação dos responsáveis pelo cumprimento das metas definidas para optimização das acções de vigilância e detecção, 1.^a intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, assim como o orçamento de execução das mesmas, encontram-se descritos no Quadro 19.

Quadro 18: Vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio - Metas e indicadores

ACÇÃO	METAS	UNIDADES		INDICADORES				
				2013	2014	2015	2016	2017
Formar os agentes envolvidos na vigilância, primeira intervenção e combate.	Todas as equipas de vigilância e primeira intervenção frequentam acções de formação no primeiro trimestre de cada ano.	Equipas	%	-	100	100	100	100
	Os BV de Tábua e V.N. de Oliveirinha realizam simulacros de combate a incêndios florestais no primeiro trimestre de cada ano.	Simulacros	N.º	-	1	1	1	1
Realizar a inventariação de meios e recursos existentes no município.	No início de cada época de incêndio o inventário de meios e recursos disponíveis para acções de DFCI encontra-se actualizado.	Inventário anual	Sim/Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Avaliar e melhorar o desempenho do sistema municipal de DFCI.	Todas as entidades com responsabilidades nas acções de vigilância, primeira intervenção, combate e rescaldo elaboram relatório de avaliação do seu desempenho, em que identificam os aspectos a melhorar e a necessidade de aquisição de meios materiais e humanos, no 4.º trimestre.	Entidades que entregam o relatório anual	%	-	100	100	100	100
	A CMDFCI elabora o relatório anual de avaliação da coordenação e articulação entre as diferentes entidades com responsabilidade nas acções de vigilância, primeira intervenção, combate e rescaldo, no 4.º trimestre.	Relatório anual	Sim/Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim
	O plano de re-equipamento encontra-se realizado e submetido para aprovação das diferentes entidades que compõem a CMDFCI.	Relatório anual	Sim/Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim
	O plano de contratação e mobilização de recursos humanos encontra-se realizado e submetido para aprovação das diferentes entidades que compõem a CMDFCI.	Relatório anual	Sim/Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim
	O POM incorpora as conclusões dos relatórios anuais elaborados pela CMDFCI e os planos de re-equipamento e de contratação/mobilização de recursos humanos.	POM integrando as conclusões	Sim/Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 19: Vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio - Estimativa de orçamento das ações propostas

ACÇÃO	METAS	RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO (€)				
			2013	2014	2015	2016	2017
Formar os agentes envolvidos na vigilância, primeira intervenção e combate.	Todas as equipas de vigilância e primeira intervenção frequentam acções de formação no primeiro trimestre de cada ano.	CMDFCI	-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	Os BV de Tábua e V.N. de Oliveirinha realizam simulacros de combate a incêndios florestais no primeiro trimestre de cada ano.	BV	-	0 *	0 *	0 *	0 *
	Sub-total		-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Realizar a inventariação de meios e recursos existentes no município.	No início de cada época de incêndio o inventário de meios e recursos disponíveis para acções de DFCI encontra-se actualizado.	CMDFCI	-	0 *	0 *	0 *	0 *
	Sub-total		-	0 *	0 *	0 *	0 *
Avaliar e melhorar o desempenho do sistema municipal de DFCI.	Todas as entidades com responsabilidades nas acções de vigilância, primeira intervenção, combate e rescaldo elaboram relatório de avaliação do seu desempenho, em que identificam os aspectos a melhorar e a necessidade de aquisição de meios materiais e humanos, no 4.º trimestre.	Todas as entidades que integram a CMDFCI	0 *	0 *	0 *	0 *	0 *
	A CMDFCI elabora o relatório anual de avaliação da coordenação e articulação entre as diferentes entidades com responsabilidade nas acções de vigilância, primeira intervenção, combate e rescaldo, no 4.º trimestre.	CMDFCI	-	0 *	0 *	0 *	0 *
	O plano de re-equipamento encontra-se realizado e submetido para aprovação das diferentes entidades que compõem a CMDFCI.	CMDFCI	-	0 *	0 *	0 *	0 *
	O plano de contratação e mobilização de recursos humanos encontra-se realizado e submetido para aprovação das diferentes entidades que compõem a CMDFCI.	CMDFCI	-	0 *	0 *	0 *	0 *
	O POM incorpora as conclusões dos relatórios anuais elaborados pela CMDFCI e os planos de re-equipamento e de contratação/mobilização de recursos humanos.	CMDFCI	-	0 *	0 *	0 *	0 *
	Sub-total		-	0 *	0 *	0 *	0 *
TOTAL			-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00

4.4. RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

O **objectivo estratégico**, para este eixo é recuperar e reabilitar os ecossistemas e o **objectivo operacional**, é avaliar e mitigar os impactos causados pelos incêndios e implementar de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

As acções preconizadas para este eixo passam pela elaboração de um plano específico de acordo com a recuperação de áreas ardidas, tendo em conta as orientações estratégicas do Concelho Nacional de Reflorestação, do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROFPIN) e as recomendações técnicas do INAG as das IES (Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu), para desta forma, se evitar a degradação de recursos e infra-estruturas.

Todos os anos deverá ser realizado um levantamento das áreas ardidas e a sua caracterização, de forma a poder avaliar as espécies existentes e as perdas sofridas.

Prevê-se um tempo de espera de 3 anos, de forma a avaliar a existência de regeneração natural para essas zonas queimadas, procedendo de seguida ao tipo de plano mais adequado a aplicar.

Estes critérios vão ter em conta o proposto no PROFPIN, segundo o exposto na Figura 2.

Após a ocorrência de um fogo, os espaços florestais podem sofrer processos de degradação ecológica, quer devido a perdas locais de biodiversidade, quer devido a fenómenos de erosão. Estes últimos poderão ainda causar impactos significativos nos recursos hídricos, uma vez que poderão diminuir a capacidade de retenção de águas dos solos e reduzir as secções de vazão (devido a fenómenos de assoreamento), levando a alterações nos regimes de cheia.

Neste sentido, terminada a época de incêndios, deverão efectuar-se acções de mitigação de danos nas áreas afectadas que mostrem maior vulnerabilidade a processos de erosão e degradação ecológica. De forma a tornar o processo de recuperação mais eficiente, as zonas de maior risco deverão ser identificadas previamente, assim como as intervenções a efectuar em caso de incêndio.

<i>Estações de produtividade nula a fraca</i>		<i>Estações de produtividade média</i>	<i>Estações de produtividade boa a muito boa</i>
▼		▼	▼
Manter a regeneração espontânea da vegetação, com excepção das situações em que seja exigida intervenção: combate a invasoras lenhosas, controlo de erosão, instalação de formações com valor para a conservação ou de parques florestais, etc.	Regeneração natural inexistente; necessidade de substituição de espécies	► • Rearborização artificial (investimento com prioridade 2)	• Rearborização artificial (investimento com prioridade 1)
	Regeneração natural de espécies sem interesse silvícola (invasoras lenhosas, etc.)	► • Condução da regeneração existente ou • Rearborização artificial (investimento com prioridade 3)	• Rearborização artificial (investimento com prioridade 1)
	Regeneração natural suficiente, de espécies sem interesse económico mas com valor ecológico (pioneiras)	► Adensamento da regeneração com plantação de espécie(s) de maior valor económico, adaptada(s) à estação e com adequada proveniência	
	Regeneração natural suficiente, de qualidade aceitável e com interesse silvícola	► Acompanhamento da dinâmica da regeneração, com eventual controlo da vegetação concorrente	
		Não adensar Operações culturais para a consolidação dos povoamentos-objectivo	Avaliação da regeneração nos anos seguintes Adensamento eventual, com plantas de boa proveniência

Figura 2: Critérios para as intervenções na recuperação de áreas ardidas
Fonte: PROFPIN, 2006.

Os critérios utilizados no estabelecimento das necessidades de intervenção deverão ter por base a previsão de resposta dos ecossistemas ardidos, sendo prioritário a intervenção nos espaços que apresentem uma escassa regeneração espontânea e que tendam, por isso, para uma degradação irreversível ou muito lenta. As acções devem ser estruturadas de acordo com os objectivos pretendidos para as áreas afectadas sendo estas, de acordo com o PROFPIN, as seguintes:

- * Conservação do solo e da água;

- * Manutenção da resiliência dos espaços florestais;
- * Manutenção da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

O objectivo de conservação do solo e da água desenvolvem-se numa primeira fase de intervenção, que se pode designar de estabilização de emergência, que ocorre logo após a época crítica de incêndios e que tem por finalidade evitar a erosão do solo e a degradação da qualidade das águas subterrâneas durante a época chuvosa (Outono e Inverno). Para além da implementação de operações que visem o controlo da erosão e incorporação de grandes quantidades de nitratos e fósforo nos aquíferos, a fase de estabilização de emergência serve ainda para proteger infra-estruturas que se encontrem ameaçadas, assim como habitats sensíveis.

Numa segunda fase procede-se ao fomento de condições que levem a um aumento da resiliência dos espaços florestais. Esta fase prolonga-se por volta de dois anos procedendo-se, entre outras acções, à avaliação da resposta do meio aos danos sofridos, à recolha de salvados e, caso se prove necessário, ao controlo fitossanitário, a acções de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis.

A terceira fase tem lugar normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo, altura em que são implementados os projectos definitivos de recuperação ou reflorestação de acordo com os objectivos que se pretendem atingir (florestas de produção, protecção e/ou enquadramento paisagístico). Será nesta fase que serão promovidos as acções conducentes ao cumprimento dos objectivos de manutenção da resiliência dos espaços florestais da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

4.5. ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

O **objectivo estratégico**, deste eixo, é operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).

4.5.1. Competências das Entidades Intervenientes no SDFCI

Para que os objectivos de defesa da floresta contra incêndios sejam alcançados, importa garantir que as entidades intervenientes (Quadro 20) no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI se articulam entre si de forma eficiente.

No concelho de Tábua, tendo em conta as diferentes organizações e organismos que nele actuam, a CMDF apresenta a seguinte composição:

- * Presidente da Câmara Municipal de Tábua ou seu representante;
- * Comandante Operacional Municipal;

- * Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF, IP);
- * CAULE - Associação Florestal da Beira Serra;
- * EP - Estradas de Portugal, S.A.;
- * Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tábua;
- * Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha;
- * REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.;
- * Clube de Caça e Pesca de Tábua;
- * Guarda Nacional Republicana;
- * Associação de Caçadores de Espariz e Sinde;
- * EDP Distribuição - Energia, S. A.;
- * Junta de Freguesia (através de um seu representante);
- * AFOCELCA.

Com a constituição da CMDF garante-se, portanto, a articulação das entidades com responsabilidades na gestão do território, vigilância e combate a incêndios, nas acções a desenvolver no âmbito do PMDFCI, promovendo-se uma acção concertada ao nível do município e integrando-se diferentes competências, experiências e conhecimentos. À CMDF caberá estabelecer um circuito de comunicação entre as diferentes entidades que a compõem, de forma a tornar eficiente a partilha de informação e otimizar as várias operações a realizar.

A garantia de que as forças responsáveis pelas acções de 1.^a intervenção, combate e rescaldo desenvolverão eficientemente a sua actividade e passará pela colaboração, numa base anual, de planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) que permitirão otimizar a distribuição dos meios materiais e humanos pelas diferentes actividades de defesa, assim como apoiar a coordenação das diferentes entidades envolvidas. Em caso de emergência, caberá à CMDF prestar todo o apoio necessário à Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) que terá por função garantir a coordenação das operações de combate, socorro e assistência às populações e grupos operacionais (definidos no Plano Municipal de Emergência), bem como estabelecer a ligação com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS).

Quadro 20: Quadro de competências das entidades intervenientes do SDFCI

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS	INSTRUMENTOS	ENTIDADES
1º Eixo estratégico	Criar e manter faixas de gestão de combustíveis	Caracterização física	GTF-GNR-SNB-OPF
		Caracterização da população	GTF-GNR-SNB-OPF
	Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustíveis	Ocupação do solo	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa dos modelos de combustíveis florestais	GTF-GNR-SNB-OPF
	Promover acções de silvicultura no âmbito da DFCI	Mapa de perigosidade de incêndio florestal	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa de risco de incêndio florestal	GTF-GNR-SNB-OPF
	Promover acções de gestão de pastagens	Mapa de prioridades de defesa	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis	GTF-GNR-SNB-OPF
	Criar e manter rede de infra-estruturas (rede viária e pontos de água)	Mapa da rede viária florestal	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa da rede de pontos de água	GTF-GNR-SNB-OPF
	Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais	Mapa de planeamento de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa de planeamento da rede viária florestal	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa de planeamento da rede de pontos de água	GTF-GNR-SNB-OPF
2º Eixo estratégico		Mapa síntese das acções (2013 a 2017)	GTF-GNR-SNB-OPF
	Sensibilização da população	Quadro de diagnóstico da população	GTF-GNR-SNB-OPF
	Sensibilização e educação escolar	Quadro de sensibilização da população	GTF-GNR-SNB-OPF
	Fiscalização	Quadro indicador da fiscalização (metas, indicadores e orçamento)	GTF-GNR-SNB-OPF

Quadro 20: Quadro de competências das entidades intervenientes do SDFCI (Cont.)

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS	INSTRUMENTOS	ENTIDADES
3º Eixo estratégico	Sistema de vigilância e detecção	Quadro com as entidades envolvidas e inventário dos equipamentos	GTF-GNR-SNB-OPF
	Sistema de 1.ª Intervenção	Quadro com os meios complementares de apoio ao combate	GTF-GNR-SNB-OPF
	Sistema de combate	Quadro dos dispositivos operacionais (funções e responsabilidades)	GTF-GNR-SNB-OPF
	Sistema do rescaldo	Esquema de comunicação dos alertas	GTF-GNR-SNB-OPF
	Sistema de Vigilância após rescaldo	Esquema de procedimento dos alertas	GTF-GNR-SNB-OPF
		Lista geral dos contactos	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa dos sectores territoriais de DFCI	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa da rede de postos de vigia e bacias de visibilidade	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa de vilância do concelho	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa de 1.ª intervenção	GTF-GNR-SNB-OPF
		Mapa de combate, rescaldo e vigilância pós incêndio	GTF-GNR-SNB-OPF
		Cartografia de apoio á decisão (CAD) I	GTF-GNR-SNB-OPF
		Cartografia de apoio á decisão (CAD) II	GTF-GNR-SNB-OPF
		Cartografia de apoio á decisão (CAD) III	GTF-GNR-SNB-OPF
4º Eixo estratégico		Mapa de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio (2013-2017)	GTF-GNR-SNB-OPF
	Recuperação de áreas ardidas	Avaliação e calendarização da recuperação das áreas ardidas	GTF-GNR-SNB-OPF
5º Eixo estratégico	Organigrama/quadro de competências		GTF-GNR-SNB-OPF
	Prazo de vigência do PMDFCI		GTF-GNR-SNB-OPF
	Identificação das componentes do POM		GTF-GNR-SNB-OPF
	Procedimentos e periodicidade da monitorização do PMDFCI e actualização do POM		GTF-GNR-SNB-OPF
	Planificação das reuniões da CMDFCI		GTF-GNR-SNB-OPF
	Definição da data de aprovação do POM (data limite 15 de Abril)		GTF-GNR-SNB-OPF
	Análise das relações supramunicipais		GTF-GNR-SNB-OPF
	Processo de monitorização do PMDFCI - Contribuições de cada entidade		GTF-GNR-SNB-OPF
	Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI		GTF-GNR-SNB-OPF

4.5.2. Actividade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta

O correcto funcionamento da CMDF passará pela definição das responsabilidades de cada uma das entidades que a compõem e, necessariamente, pela realização frequente de reuniões que permitam àquelas entidades acompanhar de perto o evoluir das operações e definir estratégias conjuntas de acção. A realização de reuniões possibilita ainda a responsabilização perante a CMDF de cada uma das entidades que têm a seu cargo acções definidas no PMDFCI, assim como a apresentação e discussão de propostas.

Neste sentido, dada a importância que apresenta a criação de condições que permitam a comunicação regular entre as entidades com responsabilidades ao nível da defesa da floresta, definiu-se que **a CMDF do concelho de Tábua se reunirá trimestralmente**, o que garantirá o acompanhamento da execução dos trabalhos definidos no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI). O Quadro 21 apresenta o resumo das principais actividades atribuídas a cada um dos elementos que compõem a CMDF.

Quadro 21: Principais responsabilidades de cada uma das entidades que constituem a CMDF

Entidade	Responsabilidades
Juntas de Freguesia	Acompanhar de perto as intervenções definidas para cada uma das freguesias do concelho e esclarecer a população sobre a utilidade das acções postas em prática. Competirá, também às juntas de freguesia alertar a CMDFCI para aspectos que precisem ser considerados ou alterados e garantir a permanente actualização do inventário de meios disponíveis.
Serviço Municipal de Protecção Civil	Garantir em sede de POM a coordenação de todas as entidades intervenientes; operacionalizar as acções de silvicultura preventiva, nomeadamente a limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos e criação de zonas de descontinuidade; operacionalizar as campanhas de sensibilização das populações.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	Prestar apoio técnico relativamente aos procedimentos a seguir nas operações de gestão de combustíveis e nas acções de recuperação e reabilitação dos espaços florestais. Prestar, ainda, apoio técnico da definição das estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável dos espaços florestais. Prestar apoio técnico no que respeita aos procedimentos a seguir nas operações de gestão de combustíveis e nas acções de recuperação e reabilitação dos espaços florestais de forma a garantir a integridade dos ecossistemas intervencionados.
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários	Acompanhar o decorrer das operações de gestão de combustíveis definidas no PMDFCI. Apresentar no quarto semestre de cada ano o relatório sobre as actividades desenvolvidas no concelho (ocorrências, avaliação da coordenação entre entidades, etc.). Identificar aspectos operacionais que necessitem de revisão. Manter actualizado o inventário de meios disponíveis; propor medidas de beneficiação de estruturas de apoio ao combate aos incêndios (rede divisional e pontos de água).
Guarda Nacional Republicana	Acompanhar as operações a desenvolver no âmbito do PMDFCI. Apresentar relatório anual (no quarto semestre) sobre as actividades desenvolvidas no concelho. Manter actualizado o inventário de meios disponíveis.
Associações Florestais Empresas	Acompanhar as operações a desenvolver no âmbito do PMDFCI
Clube de Caça e Pesca	Acompanhar as operações a desenvolver no âmbito do PMDFCI, apresentar as acções desenvolvidas na sensibilização dos caçadores e pescadores, contribuir com sugestões (por exemplo sobre as campanhas de sensibilização) e manter actualizado o inventário de meios disponíveis.
Associação de Caçadores	

O plano apresentado é um instrumento dinâmico e monitorizável, sujeito a alterações constantes, assim sendo deve ser continuamente actualizado em função das informações apresentadas pelas entidades envolvidas, que as farão chegar ao GTF, o qual por sua vez, e

após uma análise cuidada procederá à sua introdução no plano e à sua apresentação à Comissão Municipal de Defesa da Floresta na reunião seguinte.

O compromisso de se criar uma estrutura eficiente e funcional exige, por outro lado, que a CMDF promova o estreitamento das relações com as CMDF dos concelhos vizinhos (especialmente Oliveira do Hospital, Arganil e Penacova), de modo a se analisar quais os aspectos em que se poderão desenvolver estratégias de cooperação e melhorar os procedimentos de comunicação entre as entidades com responsabilidades ao nível do combate e vigilância.

A partilha de informação e experiências com os concelhos vizinhos, além de constituir uma mais valia para a operacionalização das acções de DFCI, apresenta ainda a vantagem de familiarizar as forças de combate a incêndios dos concelhos vizinhos com a realidade do concelho de Tábua, o que se traduzirá num aumento da eficiência das acções conjuntas que poderão vir a ser desenvolvidas num cenário de alerta vermelho. A realização de exercícios de emergência conjuntos, desenvolvidos no âmbito da actividade das respectivas comissões municipais de protecção civil, deve ser incentivada para testar e preparar a capacidade de resposta em acções conjuntas.

O Quadro 22 apresenta o resumo das principais acções a desenvolver pela CMDF.

As componentes do PMDFCI vão ser rigorosamente identificadas para que constem na aprovação do **POM** na data prevista, isto é, no **1.º trimestre de 2013**.

Relativamente ao orçamento para implementação do PMDFCI, porque estamos perante diversas entidades, propõe-se que cada uma delas elabore uma proposta de orçamento, a qual após a sua apresentação ao GTF terá o tratamento de rotina acima referido.

Quadro 22: Principais acções a desenvolver no âmbito da actividade da CMDFCI

Objectivo	Acção
Operacionalização da CMDFCI	Realizar reuniões trimestrais onde serão discutidas as acções desenvolvidas por cada entidade que compõe a CMDFCI e criados os canais de informação entre autarquia e forças de combate. Elaborar relatório anual de actividade.
Promover o contacto próximo com as CMDFCI vizinhas e com o CDOS, de forma a debaterem-se estratégias e a cimentar-se os mecanismos de comando e coordenação a estabelecer-se entre aquelas entidades em caso de emergência.	Realizar anualmente uma reunião que envolva a CMDFCI de Tábua, as CMDFCI dos concelhos vizinhos e o CDOS.
Optimizar a resposta das forças de primeira intervenção, combate e rescaldo face a ocorrência de incêndios florestais.	Promover a realização de exercícios de emergência conjuntamente com os concelhos vizinhos e o CDOS.
Compilar informação útil para as acções de vigilância, primeira intervenção e rescaldo e organizar o dispositivo de DFCI com base naqueles dados.	Elaborar anualmente o POM.
Optimizar a resposta das forças de primeira intervenção, combate e rescaldo, e enquadrá-las no sistema municipal de prevenção e primeira intervenção (definido ao nível da CMPC e CMDFCI).	Realização anual de acções de formação por parte das forças de primeira intervenção e combate ampliado, após a realização de cada POM.
Optimizar o sistema municipal de vigilância contra incêndios, distribuindo de forma eficiente os meios materiais e humanos disponíveis ao nível do município.	Promover, antes da elaboração dos POM, a realização de uma reunião entre as entidades com responsabilidades ao nível da vigilância.

*Caderno III - **PLANO OPERACIONAL
MUNICIPAL (POM)***

1. MEIOS E RECURSOS

Em caso de ocorrência de incêndio florestal, o sucesso das operações de combate a desencadear depende, em grande medida, do trabalho prévio de inventariação de todos os meios disponíveis ao nível do município, que permitirá distribuir de forma optimizada os recursos existentes às diferentes operações de protecção de vidas e edifícios e de defesa dos espaços florestais.

Tendo este objectivo em vista, realizou-se um levantamento de todas as entidades envolvidas em cada acção (vigilância e detecção; 1.^a intervenção; combate, rescaldo e vigilância pós - incêndio), em que está identificada cada equipa, o número de elementos que a constitui, o período e a área de actuação de cada entidade, o tipo de viatura, o equipamento de supressão hidráulico e a ferramenta de sapador (Quadro 1).

Quadro 1: Entidades envolvidas em cada acção e inventário de viaturas e equipamentos

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	Recursos Humanos (n.º)	Área de Actuação (Sectores Territoriais)	Período de Actuação	Tipo de Viatura		Equipamento de Supressão Hidráulico			Ferramenta de Sapador						
						4x4	4x2	Capacidade de água (l)	Potência (Hp)	Comprimento total de mangueira (m)	Foição	Ancinho	Enxada/ Ancinho (McLeod)	Machado Pulaski	Enxada	Abafador	Bomba dorsal
Vigilância e Detecção	GNR	GIPS	2	Concelho	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
		SEPNA	2		01-07-2013 a 30-09-2013												
		Brigadas Territoriais			01-07-2013 a 30-09-2013												
	Bombeiros Voluntários de Tábua	EIP - VLCI 02	5	Concelho	01-01-2013 a 31-12-2013	1		750	13	200	1	1	1	1	1	1	
		1 ELAC - VTGC 03	2		01-06-2013 a 30-06-2013	1		22000	190	100							
		1 ECIN - VFCl 07	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		3000		240	1	1	1	1	1	1	
		2 ECIN - VRCl 06	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		4000		240	1	1	1	1	1	1	
		1 ECIN - VECI 06	5		01-06-2013 a 30-09-2013	1		5000		200							
		2 ECIN - VRCl 05	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		2400		120				1	2		
	AFOCELCA	AFOCELCA	4	S06160501/S06160302	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
	OPF (CAULE)	ESF 14 - 164	4	S06160903/S06160704	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
		ESF 28 - 164	4	S06160608/S06161014	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
	Total					10		39150	239	1500	7	7	7	8	9	7	4

Quadro 1: Entidades envolvidas em cada acção e inventário de viaturas e equipamentos (Cont.)

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	Recursos Humanos (n.º)	Área de Actuação (Sectorres Territoriais)	Período de Actuação	Tipo de Viatura		Equipamento de Supressão Hidráulico			Ferramenta de Sapador						
						4x4	4x2	Capacidade de água (l)	Potência (Hp)	Comprimento total de mangueira (m)	Foição	Ancinho	Enxada/ Ancinho (McLeod)	Machado Pulaski	Enxada	Abafador	Bomba dorsal
1.ª Intervenção	GNR	GIPS	2	Concelho	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
		EIP - VLCI 02	5	Concelho	01-01-2013 a 31-12-2013	1		750	13	200	1	1	1	1	1	1	
	Bombeiros Voluntários de Tábua	1 ELAC - VTGC 03	2	S06161407/S06160105/S06161306 S06161212/S06161413	01-06-2013 a 30-06-2013	1		22000	190	100							
		1 ECIN - VFCI 07	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		3000		240	1	1	1	1	1	1	
		2 ECIN - VRCI 06	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		4000		240	1	1	1	1	1	1	
	Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha	1 ECIN - VECI 06	5	S06160810/S06161509/S06161011 S06161115/S06160216/S06160417	01-06-2013 a 30-09-2013	1		5000		200							
		2 ECIN - VRCI 05	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		2400		120				1	2		
	AFOCELCA	AFOCELCA	4	S06160501/S06160302	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
	OPF (CAULE)	ESF 14 - 164	4	S06160903/S06160704	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
		ESF 28 - 164	4	S06160608/S06161014	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
		JF de Covas		Freguesia de Covas	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
	Juntas de Freguesia *	JF de Meda de Mouros		Freguesia de Meda de Mouros	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
	(* Função da existência de equipamento)	JF de S. João da Boa Vista		Freguesia de S. João da Boa Vista	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
		JF de Tábua		Freguesia de Tábua	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
		JF de V.N. de Oliveirinha		Freguesia de V.N. de Oliveirinha	01-07-2013 a 30-09-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	1
	Total					15		41650	284	2000	12	12	12	13	14	12	9

Quadro 1: Entidades envolvidas em cada acção e inventário de viaturas e equipamentos (Cont.)

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	Recursos Humanos (n.º)	Área de Actuação (Sectorres Territoriais)	Período de Actuação	Tipo de Viatura		Equipamento de Supressão Hidráulico			Ferramenta de Sapador						
						4x4	4x2	Capacidade de água (l)	Potência (Hp)	Comprimento total de mangueira (m)	Folção	Ancinho	Enxada/ Ancinho (McLeod)	Machado Pulaski	Enxada	Abafador	Bomba dorsal
Combate, Rescaldo e Vigilância Pós - Incêndio	Bombeiros Voluntários de Tábua	EIP - VLCI 02	5	Concelho	01-01-2013 a 31-12-2013	1		750	13	200	1	1	1	1	1	1	
		1 ELAC - VTGC 03	2		01-06-2013 a 30-06-2013	1		22000	190	100							
		1 ECIN - VFCI 07	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		3000		240	1	1	1	1	1	1	
		2 ECIN - VRCI 06	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		4000		240	1	1	1	1	1	1	
		VLCI 01	4	S06160501/S06160302/S06160903 S06160704/S06160105/S06161306 S06161407/S06160608/S06161212 S06161413/S06161014/S06161115 S06160216	01-01-2013 a 31-12-2013	1		500	9	100	1	1	1	1	1	1	
		VFCI 08	5		01-01-2013 a 31-12-2013	1		3000		240	1	1	1	1	1	1	
		VRCI 04	5		01-01-2013 a 31-12-2013	1		1000		240	1	1	1	1	1	1	
		VECI 05	5		01-01-2013 a 31-12-2013	1		5500		240	1	1	1	1	1	1	
		VTTU 01	2		01-01-2013 a 31-12-2013		1	12400		240	1	1	1	1	1	1	
	Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha	1 ECIN - VECI 06	5		01-06-2013 a 30-09-2013	1		5000		200							
		2 ECIN - VRCI 05	5		01-07-2013 a 30-09-2013	1		2400		120				1	2		
		VLCI 01	2	S06161509/S06160810/S06161011 S06161413/S06161115/S06160216 S06160417	01-01-2013 a 31-12-2013	1		600	11	140							
		VLCI 02	5		01-01-2013 a 31-12-2013	1		600	11	160			2		2		
		VLCI 03	5		01-01-2013 a 31-12-2013	1		1100		200					1		
		VFCI 04	5		01-01-2013 a 31-12-2013	1		3000		240				1	2	4	
		VTGC 02	2		01-01-2013 a 31-12-2013	1		24000		200							
Total						15	1	88850	234	3100	8	8	10	10	15	12	

Para além dos meios de combate disponibilizados pelos corpos de bombeiros, poderá vir a verificar-se a necessidade de se recorrer a maquinaria pesada de forma a controlar grandes incêndios ou a proteger infra-estruturas que se encontrem em perigo. De facto, o recurso a maquinaria pesada poderá constituir uma importante mais valia para as acções de combate, uma vez que aquele tipo de equipamento permite criar, de forma célere, corta-fogos que apoiem as operações de confinamento do incêndio.

O inventário de maquinaria pesada, encontra-se especificado no Quadro 2, em que se refere a descrição das máquinas disponíveis, a quantidade, o nome do proprietário e o respectivo contacto.

Quadro 2: Meios complementares de apoio ao combate

Tipologia	Quantidade	Proprietário / Nome do responsável	Contacto	Localização
Retroescavadora	3	Câmara Municipal de Tábua Presidente Mário Loureiro	913452654	Tábua
Motoniveladora	1	Câmara Municipal de Tábua Presidente Mário Loureiro	913452654	Tábua
	1	ADESA Presidente Mário Loureiro		
Cisterna de água	2	Câmara Municipal de Tábua Presidente Mário Loureiro	913452654	Tábua
	1	Junta de Freguesia de Carapinha Sr.º José António Santos Esteves	917438460	Carapinha
Bulldozer D6	1	ADESA Presidente Mário Loureiro	913452654	Tábua/Penacova
Tractor	2	Câmara Municipal de Tábua Presidente Mário Loureiro	913452654	Tábua
	2	ADESA Presidente Mário Loureiro		
Plataforma de Transporte (Zorra)	1	ADESA Presidente Mário Loureiro	913452654	Tábua
Carrinha	5	Câmara Municipal de Tábua Presidente Mário Loureiro	913452654	Tábua
	1	ADESA Presidente Mário Loureiro		

O quadro abaixo indicado (Quadro 3), apresenta a funções e responsabilidades para cada entidade envolvida.

Quadro 3: Dispositivo operacional - funções e responsabilidades

Entidades		Áreas e vertentes do Decreto-Lei n.º 124/2006 e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006										
		Prevenção Estrutural			Prevenção Operacional				Combate			
		Dispositivo de prevenção estrutural (DIPE)	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
ICNF, IP	DUDEF	nac/dist/mun		nac/mun/loc								
	DCNFC	reg/loc										
	Departamentos/gestão florestal	loc		reg/loc								
	Vigilantes da natureza			reg/loc								
	Equipas de 1.ª intervenção											
Indústrias florestais	Aliança Florestal, Silvicaíma	loc										
	AFOCELCA (meios aéreos e equipas de 1.ª intervenção)											
Outros proprietários e gestores florestais		loc		nac/reg/mun/loc								
Municípios	CMDFCI/GTF	mun		mun/loc								
	SMPC	mun		mun/loc								
	Outros serviços municipais			mun/loc								
Juntas de Freguesia		loc		loc								
Exército	Sapadores especiais do Exército											
	Engenharia militar											
	Outras unidades											
Equipas de sapadores florestais												
Equipas de 1.ª intervenção												
Entidades detentoras de máquinas												
Entidades gestoras de zonas de caça												
Organizações não governamentais de ambiente				nac/loc								

Quadro 3: Dispositivo operacional - funções e responsabilidades (Cont.)

Entidades		Áreas e vertentes do Decreto-Lei n.º 124/2006 e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006										
		Prevenção Estrutural			Prevenção Operacional				Combate			
		Dispositivo de prevenção estrutural (DIPE)	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Brigadas territoriais											
Polícia de Segurança Pública												
Polícia Judiciária												
Polícia Marítima												
Aeroclubes												
ANPC	CNOS/meios aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist
	Equipas de combate a incêndios											
Corpos de Bombeiros				mun/loc								
Municípios, proprietários florestais e visitantes												

Legenda das siglas:

nac nível nacional

reg nível regional

dist nível distrital

dist nível distrital

dist nível distrital

Legenda das cores:

Sem intervenção significativa

Com competências significativas

Com competências de coordenação

Deveres de cívicos

2. DISPOSITIVO OPERACIONAL DE DFCI

O sistema de alerta é uma forma de intensificar as acções preparatórias para tarefas de supressão ou minoração dos sinistros, colocando meios humanos e materiais de prevenção.

Este sistema tem início no nível azul e progride de forma crescente para os níveis amarelo, laranja e vermelho, conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige. O nível de **alerta azul**, é activado em situações de previsibilidade de ocorrências locais não ultrapassando a capacidade de resposta distrital; o nível de **alerta amarelo**, é activado quando se prevê ocorrências podendo ultrapassar a capacidade de resposta sectorial do distrito; o **alerta laranja**, é activado quando se prevê ocorrência ou ocorrências múltiplas com necessidade de resposta nacional ao nível sectorial; o nível de **alerta vermelho** é activado em situações de previsibilidade de ocorrências múltiplas, com necessidade de resposta nacional global.

A activação dos sistemas de alerta, é da exclusiva competência do Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), que informará os Agentes de Protecção Civil de escalão nacional e determinará aos Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS), tendo em vista as áreas abrangidas por tais condições, o nível adequado, em função do tipo de situação, da sua gravidade, do nível de prontidão que esta exige, e do período de tempo em que se preveja especial incidência do fenómeno.

O esquema de comunicação dos três níveis de alerta mais elevados, encontra-se caracterizado segundo a Figura 1, em que se pode concluir que quando o concelho de Tábua se encontra em alerta amarelo, laranja ou vermelho é accionada a vigilância armada, em que todas as equipas devem mobilizar-se para os seu sectores de vigilância e localizarem-se nos locais estratégicos de estacionamento que lhes estão destinados.

Formalização das Comunicações:

CDOS - Centro Distrital de Operações de Socorro

Contactos:

Telemóvel: **961 313 016**

Telefone: **239 854 060**

Fax: **239 854 061**

CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA

Contactos:

Presidente Mário Loureiro - **913 452 654**

COM, António Oliveira - **966 967 085**

- **913 452 653**

Catarina Mendes, Eng.^a - **913 452 651**

Formalização Comunicações - Fax: **235 410 349**

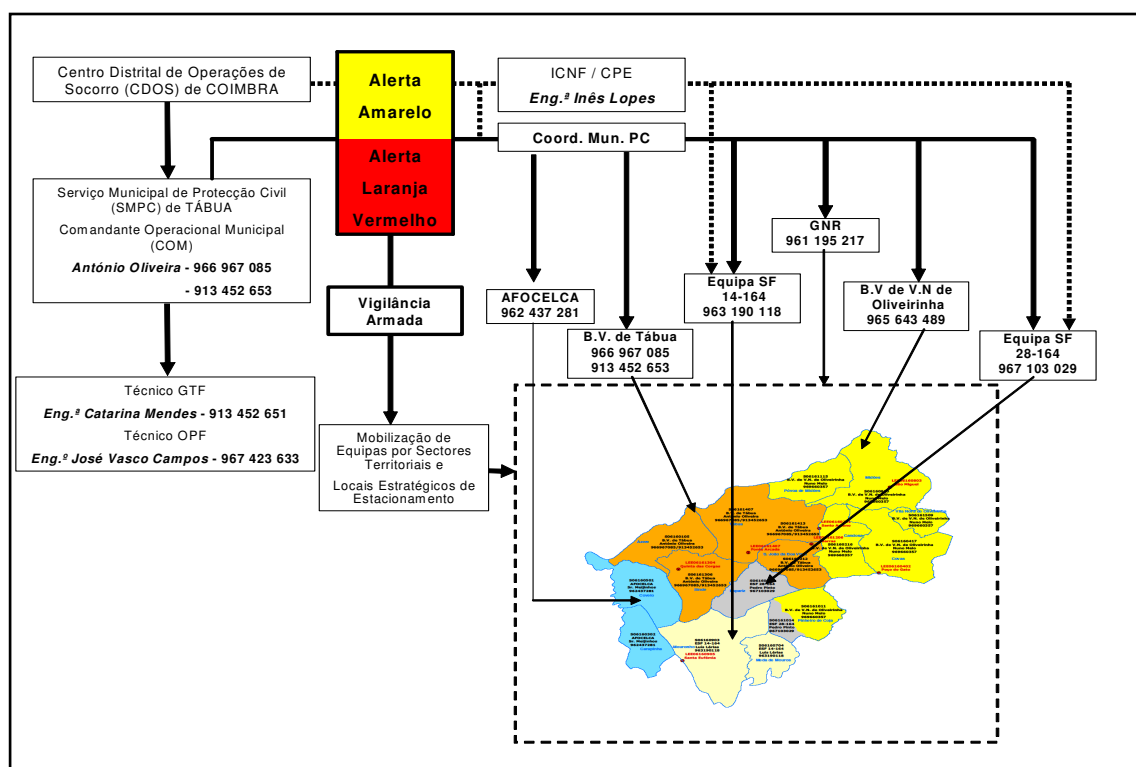


Figura 1: Esquema de comunicação dos alertas amarelo, laranja e vermelho (1.ª Intervenção) do concelho de Tábua

Em caso de alertas amarelo, laranja e vermelho, os procedimentos de actuação durante o período crítico para cada entidade envolvida, estão apresentados no Quadro 4.

Quadro 4: Procedimentos de actuação nos alertas amarelo, laranja e vermelho

Entidades		Alertas amarelo, laranja e vermelho				
		Procedimentos de Actuação – Período Crítico				
		Actividade	Horário	N.º mínimo de elementos	Local Estratégico de Estacionamento	Contacto
GNR	SEPNA	Vig. Armada	11h30m - 19h30m	2	Concelho	235412129
	GIPS	Vig. Armada	11h30m - 19h30m	2		
Bombeiros Voluntário	B.V. de Tábua	Vig. Armada	11h30m - 19h30m	5	LEE06160201 LEE06160206	966967085
	B.V. de V.N. de Oliveirinha	Vig. Armada	11h30m - 19h30m	5	LEE06160803 LEE06160402	965643489
AFOCELCA		Vig. Armada	11h30m - 19h30m	4	LEE06161304	962437281
OPF (CAULE)	ESF 14 - 164	Vig. Armada	11h30m - 19h30m	4	LEE06160905	915670757
	ESF 28 - 164	Vig. Armada	11h30m - 19h30m	4	LEE06161407	

Para um rápido e melhor contacto entre as entidades que actuam no terreno, foi elaborada uma lista geral de contactos (Quadro 5).

Quadro 5: Lista geral de contactos

Entidades	Serviço	Cargo	Nome do responsável	Telemóvel	Telefone	Fax
Câmara Municipal	CMDFCI/ SMPC	Presidente da Câmara	Mário de Almeida Loureiro	913 452 654	235 410 340	235 410 349
		Presidente da CMDFCI				
		Pelouro da Protecção Civil				
		Comandante Operacional Municipal	António Oliveira	966 967 085		
		Gabinete Técnico Florestal	Eng.ª Florestal	Ana Catarina Antunes Mendes		
Bombeiros Voluntários	B.V. de Tábua	Comandante	António Oliveira	966 967 085	235 412 122	235 418 417
				913 452 653		
		Adjunto	Vítor Gomes	964 162 512		
	B.V. de V.N. de Oliveirinha	Comandante	Paulo Rodrigues	965 643 489	238 604 887	238 602 131
		2º Comandante	Nuno Melo	969 660 357		
		Adjunto	Nuno Santos	969 660 358		
	Ambulância de Candosa					235 413 340
Juntas de Freguesia	CMDFCI	Representante das Juntas de Freguesia	José Cardoso	963 966 150	235 413 650	-
		Presidente da JF de Ázere	Isabel Castanheira	966 343 792	235 418 403	235 418 403
		Presidente da JF de Candosa	José Cardoso	963 966 150	235 413 650	-
		Presidente da JF de Carapinha	António Esteves	964 274 255	235 713 737	-
		Presidente da JF de Covas	Fernanda Cabral	961 734 113	238 601 568	238 601 568
		Presidente da JF de Covelo	Avelino Figueiredo	966 570 250	235 713 729	-
		Presidente da JF de Mouronho	Manuel Gambôa	967 474 087	235 712 011/235 712 089	235 712 011
		Presidente da JF de Espariz	José Pereira Dias	933 423 160	235 713 786	235 713 786
		Presidente da JF de Meda de Mouros	João Moura	965 233 932	235 713 734	235 713 734
		Presidente da JF de Midões	José Alberto Pereira	917 819 276	235 464 341	235 464 341
		Presidente da JF de Pinheiro de Coja	António Santos	964 649 025	235 728 890	-
		Presidente da JF de Póvoa de Midões	José Ângelo	964 374 179	235 465 263	235 465 263
		Presidente da JF de S. João da Boa Vista	Albertino Costa	967 133 898	235 413 985	-
		Presidente da JF de Sinde	Fernando Gameiro	965 582 667	235 712 210	-
		Presidente da JF de Tábua	António Oliveira	966 967 085	235 418 422	235 413 990
		Presidente da JF de V.N. de Oliveirinha	Vítor Marques	963 439 411	238 601 417	-
INEM	Delegação Regional do Centro	Directora Regional	Dr.ª Regina Pimentel	964 539 178	239 797 800	239 797 825

Quadro 5: Lista geral de contactos (Cont.)

Entidades	Serviço	Cargo	Nome do responsável	Telemóvel	Telefone	Fax
GNR (Posto Territorial de Tábua)	CMDFCI	Comandante	Miguel Serpa	961 195 217		
	SEPNA				235 410 430	235 410 438
	GIPS					
	Brigadas Territoriais					
ICNF, IP	DGOF	Chefe de Divisão (Eng.º)	Jorge Humberto A. Cancela			
	DIPE	Eng.º	Inês Lopes	-	239 990 010	
	GAUF	Técnico GAUF				
ANPC - CDOS de Coimbra		Comandante Operacional Distrital				
		2º Comandante Operacional Distrital	Paulo Palilha	962 743 853	239 854 060	239 854 061
		Adjunto de Operações Distrital	Fernando Ricardo Simões Pimenta			
CAULE - Associação Florestal da Beira Serra	Sede	Presidente Executivo (Eng.º)	José Vasco Campos	918 128 521		
	ESF	Técnico de Acompanhamento Eng.º Ângelo Cardoso	ESF 14 - 164	915 670 757	238 602 444	238 604 393
			ESF 28 - 164			
AFOCELCA		Responsável	Meijinhos	962 437 281		
	Centro Operacional				233 955 610	233 955 825
					800 500 023	
Cento de Saúde					235 410 410	235 410 417
Sala EMEIF *				961 195 263	117	
ADESA	Máquinas	Delegado da Adesa	António Catela	965 090 101	235 418 309	
		Motorista	António M. A. Fernandes	917 636 141		
Águas do Planalto					808 220 219/232 819 240	
Farmácias	Tábua	Farmácia Carvalho			235 412 132	
		Farmácia Simões Ferreira			235 418 222	
		Farmácia Quaresma			235 711 828	235 713 005
	Midões	Farmácia Cruz Chieira			235 465 170	
	Vila Nova de Oliveirinha	Posto de Medicamentos Cruz Chieira			238 609 982	
EDP					800 506 506	

* Alertas Amarelo, Laranja e Vermelho

Equipas @ Sala EMEIF: Identificação da Equipa; Hora de Entrada; Localização e Hora de Saída.

3. SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO

Os sectores territoriais de DFCI, são uma medida para uma planificação adequada e execução das acções de vigilância, detecção e 1.^a intervenção. Estes sectores foram identificados segundo a divisão administrativa das freguesias e pelas áreas de vigilância inerentes a cada entidade interveniente na 1.^a intervenção. Assim cada uma, está identificada por uma expressão alfanumérica, com os seguintes componentes: **SDDCCss**, em que “**S**” significa “sector”, “**DD**” e “**CC**” são os algarismos do código INE e “**ss**” é um número sequencial próprio para os sectores do concelho.

Os locais estratégicos de estacionamento (LEE) identificados no concelho de Tábua, foram considerados no terreno através da altitude elevada existente de forma a manter uma visão estratégica de vigilância e detecção. Estes pontos garantem um eficaz posicionamento das unidades de primeira intervenção, sendo utilizados por estas equipas quando a situação de risco de incêndio accione o alerta amarelo, laranja ou vermelho, e são também utilizados pelas equipas de voluntariado jovem para as florestas.

3.1. VIGILÂNCIA E DETECÇÃO

A vigilância e detecção de incêndios é uma operação fundamental em qualquer sistema de DFCI, uma vez que possibilita a rápida detecção de incêndios e o seu combate numa fase inicial. Desta forma, diminui-se a probabilidade de um incêndio tomar proporções incontrolláveis, o que se traduz na diminuição da área ardida e na redução dos meios de combate necessários para a sua supressão.

A organização do sistema de vigilância e detecção deve assentar na multiplicidade de fontes de vigilância. A complementaridade da vigilância fixa e da vigilância móvel é preponderante para assegurar uma cobertura efectiva da área do concelho.

No concelho de Tábua não existe nenhum posto de vigia que se insira na rede de postos de vigia. Contudo, existem quatro postos de vigia nos concelhos vizinhos que, devido à área que conseguem cobrir, são utilizados na detecção de incêndios no concelho de Tábua.

Os postos de vigia indicados no Quadro 6, são aqueles que têm visibilidade sobre a área do concelho de Tábua.

Quadro 6: Postos de vigia

Designação	Indicativo	Concelho	Coordenadas (Gauss Militar)		Altitude (m)
			X	Y	
Rabadão	41 - 05	Arganil	205996	355394	780
Carvalhal	41 - 06	Arganil	219507	365053	775
Catraia de S. Paio	41 - 07	Oliveira do Hospital	224420	375100	575
Fiais da Telha	45 - 05	Carregal do Sal	215450	387520	313

Fonte: SCRIF, 2012

O cruzamento das bacias de visibilidade directa destes quatro postos e as zonas sombra que atingem o concelho, por falta de cobertura dos postos de vigia, estão representadas no Anexo I.

Por análise do Anexo I, verifica-se que a área de zona sombra do concelho corresponde a 12,64 % da sua área total.

Com o objectivo de melhorar a vigilância e a detecção de incêndios florestais no concelho de Tábua, este foi dividido em 5 áreas distintas, atendendo às áreas de intervenção de cada entidade interveniente no plano: Bombeiros Voluntários de Tábua, Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha, CAULE (Equipas de Sapadores Florestais), AFOCELCA e a G.N.R. (Anexo II).

Esta articulação de meios entre as várias entidades, permite que toda a área do concelho esteja sob vigilância.

A vigilância é levada a cabo durante o período crítico em que todas as equipas em vigilância estacionam nos LEE, que lhes estão destinados, quando for activado o alerta amarelo, laranja ou vermelho. Fora destes, as equipas de vigilância percorrem os percursos definidos pelas respectivas entidades.

3.2. 1.^a INTERVENÇÃO

Como já se fez referência, o tempo de resposta dos meios de supressão de incêndios constitui um factor crítico no âmbito da DFCI. Para evitar que os incêndios assumam proporções de difícil controlo, os meios de primeira intervenção devem chegar rapidamente ao local.

A 1.^a intervenção nas várias secções do concelho, é da responsabilidade das equipas a que essas mesmas secções se encontram inerentes (Anexo III).

A solicitação para a 1.^a intervenção é feita através de várias formas: telefonema para a central, por parte dos populares ou outras entidades; através de informação proveniente do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) e através de detecção durante o período de vigilância.

O dispositivo operacional das corporações de bombeiros para o ano de 2013, é constituído por meios humanos e materiais de intervenção, apoio, reforço e assistência estando dividido por várias fases:

- 1) Fase ALFA (01 de Janeiro a 14 de Maio);
- 2) Fase BRAVO (15 de Maio a 30 de Junho), os B.V. de Tábua irão ter 1 Equipa Logística de Apoio ao Combate (ELAC), equipa constituída por 2 elementos e um meio técnico de apoio logístico às operações ou a veículos de ataque. Os B.V. de Vila Nova de Oliveirinha irão ter 1 Equipa de Combate a Incêndios (ECIN), equipa constituída por 1 veículo de intervenção e respectiva guarnição de 5 elementos.

3) Fase CHARLIE (01 de Julho a 30 de Setembro), os B.V. de Tábua irão ter 2 Equipas de Combate a Incêndios (ECIN), cada uma constituída por 1 veículo de intervenção e respectiva guarnição de 5 elementos. Os B.V. de Vila Nova de Oliveirinha irão ter 2 Equipas de Combate a Incêndios (ECIN), cada uma constituída por 1 veículo de intervenção e respectiva guarnição de 5 elementos.

4) Fase DELTA (01 de Outubro a 15 de Outubro).

5) Fase ECHO (16 de Outubro a 31 de Dezembro).

A 1.ª intervenção cessa com a chegada da Corporação de Bombeiros.

3.3. COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS - INCÊNDIO

O Combate de incêndios florestais é efectuado pelas duas Corporações de Bombeiros existentes no concelho, os Bombeiros Voluntários de Tábua e os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha, tendo em conta a área de intervenção de cada Corporação de Bombeiros (Anexo IV).

Relativamente ao combate, os meios envolvidos são os que estão constituídos pelo dispositivo de cada Corporação de Bombeiros, podendo estes variar consoante a gravidade e a dimensão do incêndio, isto é, o auxílio das corporações de bombeiros dos concelhos vizinhos poderá ser solicitado.

Poderão ainda ser mobilizadas as Equipas de Sapadores Florestais para um apoio ao combate e às seguintes operações de rescaldo e vigilância pós-incêndio, desde que requisitados e enquadrados no teatro das operações e dispondo de formação e meios adequados (alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 38/2006, de 20 de Fevereiro), requisição esta feita pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI) ou pelo Comandante de Operações de Socorro (COS). Esta requisição é efectuada directamente às equipas de sapadores florestais por intermédio do COS que dá conhecimento ao CDOS respectivo.

O rescaldo, parte integrante no combate ao incêndio e uma das fases mais importantes, é feito pela equipa que se encontra no combate directo às chamas. Esta equipa só abandona o local depois de assegurar que o rescaldo foi devidamente efectuado e, todo o perímetro da área não representa perigo de possíveis reacendimentos.

Após o rescaldo ser efectuado pelos elementos dos bombeiros, a vigilância pós-incêndio será desempenhada pela equipa da entidade designada que pertence a área queimada.

4. CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD)

A representação cartográfica das redes DFCI constitui uma importante ferramenta de apoio às operações de 1.ª intervenção, combate e rescaldo, procurando aumentar os níveis de segurança dos intervenientes nessas operações.

É fundamental a constituição de base cartográfica simples, expedita, precisa e de fácil leitura, que permita aumentar a aficiência dessas acções, melhorando ainda as comunicações e uniformizando a linguagem entre as diversas entidades envolvidas - ICNF, ANPC, GNR, Câmaras Municipais, Organizações de Produtores Florestais, entre outras.

Esta cartografia é constituída por dois conjuntos de mapas, compostos por:

Conjunto I (Anexo V)

- Quadrícula operacional (QO) (1x1 km);
- Informação proveniente do planeamento municipal;
- Carta Militar de Portugal, Série M888 (Escala 1:25 000).

Conjunto II (Anexo VI)

- Quadrícula operacional (QO) (1x1 km);
- Informação proveniente do planeamento municipal;
- Ortofotomapa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFN (2012). Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI). *Guia Técnico*. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Autoridade Florestal Nacional. Direcção de Unidade de Defesa da Floresta. Abril 2012.

Botelho, H. S. (2001). *O Uso do Fogo na Prevenção de Incêndios Florestais*. In: A Floresta que Futuro? Conferência Nacional sobre Prevenção e Investigação de Incêndios Florestais. Évora, pp. 127 - 133.

Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2012.1) (2012). Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Instituto Geográfico Português. <http://www.igeo.pt>. Consultado em Janeiro de 2013.

CDOS (2009) - Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra. Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Carta de Ocupação do Solo (COS'90) (1990). Instituto Geográfico Português. <http://www.igeo.pt>. Consultado em 2012.

Comunicado do Conselho de Ministros de 23 de Outubro de 2008.

Decreto-Lei n.º 38/2006, de 20 de Fevereiro (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio, que estabelece as regras e procedimentos a observar na criação e reconhecimento de equipas de sapadores florestais e regulamenta os apoios à sua actividade).

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro (Estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios).

<http://fogos.afn.min-agricultura.pt/sgif2010/login.asp>. Consultado em Dezembro de 2012.

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci>. Estatísticas - Dados sobre incêndios florestais. Consultado em Dezembro de 2012.

INE, Censos (2011). Instituto Nacional de Estatística. <http://www.censos.ine.pt>. Consultado em Janeiro de 2013.

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal).

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo).

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro (Reorganização administrativa do território das freguesias).

Mendes, J. C.; Queiroz, D. X.; Anastácio, P. A.; Gonçalves, M. T. C. (1990). *O Clima de Portugal - Normais Climatológicas da Região de «Entre Douro e Minho» e «Beira Litoral», correspondentes a 1951 - 1980*. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Fascículo XLIX, Volume 1 - 1ª Região. Lisboa.

PMEPCT, 2010. Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Tábua. Câmara Municipal de Tábua. 01 de Julho de 2010.

POD, 2011. Plano Operacional Distrital (POD) de Coimbra 2011.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROFPIN) (2006). <http://www.dgrf.min-agricultura.pt>. Consultado em Outubro de 2012.

Portaria n.º 812/2008, de 08 de Agosto (Renova a zona de caça municipal de Tábua, bem como a transferência de gestão, por um período de seis anos, englobando os terrenos cinegéticos sitos nas freguesias de Ázere, Tábua, Sinde, Póvoa de Mindões, Midões, Covas, Vila Nova de Oliveirinha, Candosa, Espariz, São João de Boavista, Covelo, Pinheiro de Coja, Meda de Mouros, Mouronho e Carapinha, município de Tábua (processo n.º 2997-DGRF)).

Portaria n.º 890/2008, de 14 de Agosto (Cria a zona de intervenção florestal de Tábua Mondego, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Ázere, Covelo, Espariz, Mouronho, Sinde e Tábua, município de Tábua (ZIF n.º 27, processo n.º 053/06-DGRF)).

Portaria n.º 892/2008, de 14 de Agosto (Cria a zona de intervenção florestal de Lourosa, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Pinheiro de Coja, Coja, Barril de Alva, Lourosa, Vila Pouca da Beira, Avô, Santa Ovaia e Nogueira de Cravo, dos municípios de Tábua, Arganil e Oliveira do Hospital (ZIF n.º 28, processo n.º 038/06-DGRF)).

Portaria n.º 1035/2008, de 12 de Setembro (Concessiona, pelo período de 12 anos, à Associação de Caçadores de Espariz e Sinde, a zona de caça associativa de caçadores de Espariz e Sinde, englobando vários prédios rústicos sitos nas freguesias de Espariz e Sinde, município de Tábua (processo n.º 5019-DGRF)).

Portaria n.º 1470/2008, de 17 de Dezembro (Cria a zona de intervenção florestal de Tábua Alva, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Carapinha, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Mouronho, Pinheiro de Coja e Sarzedo, dos concelhos de Tábua e Arganil (ZIF n.º 46, processo n.º 052/06-AFN)).

Portaria n.º 1495/2008, de 19 de Dezembro (Cria a zona de intervenção florestal de Tábua Nordeste, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Candosa, Covas, Espariz, Midões, Póvoa de Midões, São João da Boavista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha, do concelho de Tábua (ZIF n.º 47, processo n.º 37/06-AFN)).

Portaria n.º 1541/2008, de 30 de Dezembro (Anexa à zona de caça associativa de Tábua vários prédios rústicos sítos nas freguesias de Mouronho e de Sinde, município de Tábua (processo n.º 4057-AFN)).

Portaria n.º 353/2012, de 31 de Outubro (Aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio (Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios).

SCRIF (2012). *Cartografia de Risco de Incêndio Florestal*. <http://scrif.igeo.pt>. Consultado em Outubro de 2012.

Silva, J. S. (2002). *Os Mecanismos de Ignição e Propagação dos Incêndios Florestais*.

ANEXOS

ANEXOS

Caderno I – DIAGNÓSTICO (INFORMAÇÃO DE BASE)

ANEXO I

ACTA DA REUNIÃO DE 05 DE ABRIL DE 2013

ANEXO II

MAPA DO ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

ANEXO III

MAPA HIPSOMÉTRICO

ANEXO IV

MAPA DE DECLIVES

ANEXO V

MAPA DE EXPOSIÇÕES

ANEXO VI

MAPA HIDROGRÁFICO

ANEXO VII

MAPA DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL

ANEXO VIII

MAPA DE ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO

ANEXO IX

MAPA DA POPULAÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

ANEXO X

MAPA DA TAXA DE ANALFABETISMO

ANEXO XI

MAPA DE ROMARIAS E FESTAS

ANEXO XII

MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ANEXO XIII

MAPA DE ESPÉCIES FLORESTAIS

ANEXO XIV

MAPA DA REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E REGIME
FLORESTAL

ANEXO XV

MAPA DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMIENTO FLORESTAL

ANEXO XVI

ACTA DA REUNIÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO XVII

ACTA DA REUNIÃO DE 08 DE JUNHO DE 2011

ANEXO XVIII

ACTA DA REUNIÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

ANEXO XIX

MAPA DE EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E DE
PESCA

ANEXO XX

ACTA DA REUNIÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008

ANEXO XXI

ACTA DA REUNIÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2009
(REGRAS DE EDIFICABILIDADE)

ANEXO XXII

MAPA DAS ÁREAS ARDIDAS (1989 - 2012)

ANEXO XXIII

MAPA DOS PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS

ANEXO XXIV

MAPA DAS ÁREAS ARDIDAS DOS GRANDES INCÊNDIOS (1991 - 2012)

ANEXOS

Caderno II – PLANO DE ACÇÃO

ANEXO I

MAPA DE MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

ANEXO II

MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

ANEXO III

MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL PROPOSTO PARA O PDM

ANEXO IV

MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

ANEXO V

MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA

ANEXO VI

MAPA DAS REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE
COMBUSTÍVEL

ANEXO VII

ACTA DA REUNIÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2009

ANEXO VIII

MAPA DA REDE VIÁRIA FLORESTAL

ANEXO IX

MAPA DA REDE DE PONTOS DE ÁGUA

ANEXO X

MAPA DAS REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE
COMBUSTÍVEL, REDE DE PONTOS DE ÁGUA - 2013

ANEXO XI

MAPA DAS REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE
COMBUSTÍVEL, REDE DE PONTOS DE ÁGUA - 2014

ANEXO XII

MAPA DAS REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE
COMBUSTÍVEL, REDE DE PONTOS DE ÁGUA - 2015

ANEXO XIII

MAPA DAS REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE
COMBUSTÍVEL, REDE DE PONTOS DE ÁGUA - 2016

ANEXO XIV

MAPA DAS REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE
COMBUSTÍVEL, REDE DE PONTOS DE ÁGUA - 2017

ANEXO XV

MAPA DA REDE VIÁRIA FLORESTAL, COMPLEMENTAR 2013 - 2017

ANEXO XVI

MAPA DE VIGILÂNCIA E DETECÇÃO
(INTERVISIBILIDADES)

ANEXO XVII

MAPA DE 1.ª INTERVENÇÃO
(TEMPO DE CHEGADA PARA A 1.ª INTERVENÇÃO)

ANEXOS

Caderno III – PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM)

ANEXO I

MAPA DA REDE DE VIGILÂNCIA E DETECÇÃO DE INCÊNDIOS

ANEXO II

MAPA DE VIGILÂNCIA E DETECÇÃO
(SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE
ESTACIONAMENTO)

ANEXO III

MAPA DE 1.ª INTERVENÇÃO
(SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE
ESTACIONAMENTO)

ANEXO IV

MAPA DE COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO
(SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE
ESTACIONAMENTO)

ANEXO V

CONJUNTO I

CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD) I

CONJUNTO I
CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD) II

CONJUNTO I
CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD) III

ANEXO VI

CONJUNTO II

CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD) I

CONJUNTO II
CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD) II

CONJUNTO II
CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD) III